

INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES
CURSO DE ESTADO-MAIOR
(2004/2006)

TRABALHO INDIVIDUAL DE LONGA DURAÇÃO

**A POSTURA POLÍTICO-ESTRATÉGICA DA ESPANHA.
IMPACTO NAS OPÇÕES ESTRATÉGICAS NACIONAIS**

Rui Pedro Magro do Gago
Major de Artilharia

Presidente do Júri: TGEN José Luís Pinto Ramalho

Arguente principal: COR INF António Noé Pereira Agostinho

Arguente: MAJ INF José Augusto Amaral Lopes

Arguente: MAJ CAV Paulo Jorge Lopes da Silva

ESTE TRABALHO É PROPRIEDADE DO INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

ESTE TRABALHO FOI ELABORADO COM UMA FINALIDADE ESSENCIALMENTE ESCOLAR, DURANTE A FREQUÊNCIA DE UM CURSO NO INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES, CUMULATIVAMENTE COM A ACTIVIDADE ESCOLAR NORMAL.

AS OPINIÕES DO AUTOR, EXPRESSAS COM TOTAL LIBERDADE ACADÉMICA, REPORTANDO-SE AO PERÍODO EM QUE FORAM ESCRITAS, PODEM NÃO REPRESENTAR DOCTRINA SUSTENTADA PELO INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES.

O PROFESSOR ORIENTADOR

**José Alberto Dias Martins
Major de Artilharia**

RESUMO

Desde o início do século passado, até à década de 1980, as relações entre Portugal e a Espanha foram caracterizadas pela desconfiança e pela divergência. As **orientações** político-estratégicas do país vizinho motivaram quase sempre, um caminho diametralmente oposto aos desígnios estratégicos nacionais, como forma de garantir a tão necessária **diferenciação peninsular**. Sendo raras as situações em que as orientações estratégicas seguiram rumos comuns, quando existiram, determinaram uma desvantagem expressiva para Portugal.

O curso da história determinou aos dois Estados peninsulares, a partir do final do século XX, uma realidade até então desconhecida para ambos. Se até aqui os países tinham estado de costas voltadas, o projecto de construção europeu e a inserção no quadro da Aliança Atlântica, permitiu uma convivência até então desconhecida. Este novo quadro de relacionamento determinou a abertura de ambos ao exterior, e a partilha de responsabilidades e interesses. É neste contexto que se pretende determinar se as opções político-estratégicas da Espanha influenciam as opções estratégicas nacionais.

A metodologia empregue, incidiu na realização de consultas a várias obras literárias, na procura de artigos publicados em jornais e revistas, na pesquisa de alguns sítios da Internet, ainda na realização de entrevistas a algumas personalidades com estudos realizados neste âmbito. A investigação realizada foi orientada para a obtenção da resposta à questão central inicialmente colocada: “Poderão as opções político-estratégicas da Espanha, em face da menor dimensão de Portugal, no actual ambiente internacional, condicionar as opções estratégicas nacionais?” A resposta encontrada foi afirmativa e inequívoca, pelo que ao concluir o trabalho, sugerimos algumas recomendações que considerámos pertinentes.

ABSTRACT

From the beginning of the 20th century, until 1980's, the relations between Portugal and Spain have been characterized by suspicion and divergence. The political and strategic guide-lines of Spain have always determined the opposite action from the portuguese nation, thus assuring the peninsular differences. There were only a few situations in which both countries have taken the same options, but always with a notorious disadvantage to Portugal.

By the end of the 20th century a new reality, totally unknown so far, has been imposed to both countries. The Project of a new Europe and joining the Atlantic Alliance have made the relations between them become closer. This new situation made both countries face the world, and at the same time share responsibilities and interests. It is under these circumstances that we must find out if the political and strategical options of Spain are influencing the portuguese strategy.

This study has been based on the search of diverse literary books, newspapers and magazines articles, websites, as well as on interviews made to some personalities who have worked and studied these subjects. This investigation has been developed to get the answer to the main question, **“will the spanish political and strategical options influence the national strategy, under the actual international context?”** The answer obtained is affirmative, what makes us conclude this essay leaving some recommendations we consider relevant.

DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado à Paula Alexandra, a minha mulher, pela inesgotável paciência, compreensão e apoio que jamais questionou. Ao Rodrigo, o meu filho, pelo pouco tempo que lhe pude dedicar.

AGRADECIMENTO

O autor deste trabalho expressa o seu reconhecimento a todos quantos contribuíram para a sua realização. Destes, cabe um especial agradecimento ao Major de Artilharia Dias Martins, pela total disponibilidade demonstrada e pelas oportunas recomendações efectuadas.

LISTA DE ABREVIATURAS

- BBVA - *Banco Bibao Vizcaya Argentaria*;
BSCH - *Banco Santander Central Hispano*;
CEDA - *Confederação Espanhola dos Grupos Autónomos de Direita*;
CEDN - *Conceito Estratégico de Defesa Nacional*;
CEE - *Comunidade Económica Europeia*;
CPLP - *Comunidade de Países de Língua Portuguesa*;
DDN - *Directiva de Defesa Nacional 1/2004*;
EDP - *Electricidade de Portugal*;
EFTA - *Associação Europeia de Comércio Livre*;
EUA - *Estados Unidos da América*;
Hab - *Habitantes*;
JC Lisbon - Joint Command Lisbon;
MIBEL - *Mercado Ibérico de Energia Eléctrica*;
OCDE - *Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico*;
OI - *Organização Internacional*;
ONU - *Organização das Nações Unidas*;
OCS - *Órgãos de Comunicação Social*;
OSCE - *Organização para a Segurança e Cooperação Europeia*;
OTAN - *Organização do Tratado do Atlântico Norte*;
PESC - *Política Externa e de Segurança Comum*;
PHNE - *Plano Hidrológico Nacional de Espanha*;
PIB - *Produto Interno Bruto*;
ppc - *Paridade de Poder de Compra*;
PP - *Partido Popular*;
PS - *Partido Socialista*;
PSD - *Partido Social Democrata*;
PSOE - *Partido Socialista Obrero Español*;
PT - *Portugal Telecom*;
PTM - *Países Terceiros do Mediterrâneo*;
TCE - *Tratado Constitucional Europeu*;
TEM - *Telefónica Móviles*;
UE - *União Europeia*;
UEM - *União Económica e Monetária*;
URSS - *União das Repúblicas Socialistas Soviéticas*;
VAB - *Valor Acrescentado Bruto*;

ÍNDICE

| | |
|---|----|
| INTRODUÇÃO | 1 |
| 1. PORTUGAL E ESPANHA: OS INIMIGOS ÍNTIMOS | 4 |
| 1.1. Portugal, Espanha e as opções político-estratégicas | 4 |
| 1.1.1. Da aproximação ao afastamento | 4 |
| 1.1.2. Portugal, a guerra civil e a procura da neutralidade peninsular | 7 |
| 1.1.3. A supremacia internacional de Portugal..... | 9 |
| 1.2. Portugal e Espanha na política de alianças..... | 10 |
| 1.3. A questão económica | 12 |
| 2. UMA VISÃO GEOPOLÍTICA DOS PAÍSES..... | 15 |
| 2.1. O posicionamento geopolítico e geoestratégico..... | 15 |
| 2.2. Portugal e Espanha em factos comparados | 17 |
| 2.2.1. Os sistemas políticos em presença | 18 |
| 2.2.2. A organização administrativa e as autonomias regionais..... | 19 |
| 2.2.3. A população e a educação | 21 |
| 2.2.4. O mercado de trabalho | 22 |
| 2.2.5. As contas nacionais e o comércio externo | 22 |
| 2.3. Alguns aspectos específicos de dependência | 23 |
| 2.3.1. O sector energético..... | 24 |
| 2.3.2. A partilha de recursos hídricos..... | 25 |
| 2.3.3. O sector bancário..... | 26 |
| 2.3.4. O sector das telecomunicações..... | 27 |
| 3. A COABITAÇÃO INTERNACIONAL | 29 |
| 3.1. A União Europeia, união política e económica..... | 29 |
| 3.1.1. A integração e a participação no projecto de construção da UE..... | 29 |
| 3.1.2. O relacionamento económico..... | 32 |
| 3.1.3. A política externa e a segurança europeia..... | 34 |
| 3.2. A Aliança Atlântica..... | 36 |
| 3.3. Os espaços regionais | 41 |
| 3.3.1. A Comunidade de Países de Língua Portuguesa..... | 41 |
| 3.3.2. O Mediterrâneo e o Magreb | 42 |
| 3.3.3. A Ibero-América | 43 |
| 4. PORTUGAL E AS OPÇÕES POLÍTICO-ESTRATÉGICAS DA ESPANHA: SÍNTESE CONCLUSIVA E RECOMENDAÇÕES | 45 |
| 4.1. A dinâmica de expansão e os prováveis factores de dependência | 45 |
| 4.2. Os Estados e as opções de política externa | 47 |
| 4.3. A confrontação dos modelos de relacionamento..... | 52 |
| 4.3.1. O modelo tradicional de relacionamento | 53 |
| 4.3.2. O “novo paradigma peninsular” | 54 |
| 4.4. A resposta de Portugal..... | 57 |
| BIBLIOGRAFIA E OUTRAS FONTES | 60 |
| APÊNDICES | |
| ANEXOS | |

INTRODUÇÃO

Ao abordar a questão do relacionamento entre Portugal e Espanha, vem-nos logo à ideia o velho provérbio português, no qual se refere que “de Espanha, nem bom vento nem bom casamento”. De facto, ao longo da já velha história nacional, as relações entre as duas nações foram caracterizadas por inúmeros conflitos, a maior parte deles traduzidos pela força das armas. Poucos foram os momentos em que os dois países não estiveram de costas voltadas. No entanto, é incontestável a ideia de que são duas grandes nações que procuraram, ao longo da história, a respectiva afirmação, tanto no seu espaço regional, como num mundo já partilhado pelo Tratado de Tordesilhas.

A matriz de relacionamento entre os dois Estados peninsulares foi, até 1985, determinada pela divergência e desconfiança permanente. Os traços fundamentais dessa relação, assentavam na permanente necessidade portuguesa de procurar a diferenciação do alinhamento estratégico, o qual mantinha como marca estruturante a ligação à potência marítima dominante. Contudo, nos momentos em que os países se encontraram no mesmo quadro de alianças, a balança pendeu sempre em desfavor de Portugal. Estas eram as alturas em que o País voltava a procurar separação da Espanha, apoiando-se numa aliança estratégica oposta. A ligação extra-peninsular permitiu a Portugal manter a sua individualidade e identidade, constituindo-se, também, como suporte fundamental da sua soberania.

Após a entrada de Portugal e da Espanha na Comunidade Económica Europeia (CEE) e na Aliança Atlântica, surgiu um novo paradigma de relacionamento. A partilha de interesses nestes espaços determinou a impossibilidade de uma diferenciação explícita, considerando a necessidade de recurso a um alinhamento estratégico diferenciado. A partir daquele momento, os países despertavam para uma realidade que lhes permitia a convivência, sem a necessidade de recurso aos velhos receios de perda de soberania.

Se, até então, o relacionamento bilateral se resumia ao âmbito político e diplomático, após aquele momento pôde ser alargado a outras áreas como a económica, a comercial e a cultural. A evolução foi retratada pelo Professor Doutor Adriano Moreira que, sobre o assunto, referiu: “a experiência da conflitualidade entre os Estados europeus, em termos de frequentemente serem mais inimigos do que vizinhos, fez emergir um novo paradigma de convergência e de cooperação”¹, expressão que muito bem cabe ao caso peninsular.

¹ Expressão empregue pelo Professor Doutor Adriano Moreira em entrevista concedida, em 23 de Setembro de 2005, ao autor do trabalho.

Nos dias de hoje, Portugal e Espanha assumiram finalmente caminhos comuns. Ambos fazem parte das duas Organizações Internacionais (OI), provavelmente mais relevantes do planeta, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e a União Europeia (UE), nelas querendo fazer valer os seus interesses estratégicos, e procurando a sua afirmação num mundo globalizado, no qual a sobrevivência individualizada poderá ser posta em causa.

É pois, neste novo quadro político-estratégico, de toda a pertinência avaliar em que medida os dois Estados poderão seguir um rumo comum, assumindo as respectivas individualidades e particularidades, procurando contribuir para o desenvolvimento das OI, onde se encontram inseridos. Ou ao contrário, as opções tomadas pelo vizinho peninsular, determinarão a Portugal a necessidade de assumir uma orientação oposta, mantendo assim a tendência da história.

Em face da vastidão do objecto, delimitámos o estudo desde o início do século XX até aos nossos dias, enquadrando-o no âmbito da política externa, designadamente nas opções político-estratégicas, tomadas no seio da UE e da Aliança Atlântica, OI que determinam o actual enquadramento geoeconómico, geopolítico e geoestratégico de ambos os Estados. Contudo, não deixamos de abordar outros aspectos do relacionamento bilateral, confinados à realidade peninsular, mas que considerámos ser um contributo necessário para a conclusão do estudo.

A metodologia empregue, versou fundamentalmente na realização de uma pesquisa bibliográfica, na qual se incluiu a consulta de várias obras literárias, vários artigos publicados em jornais e revistas de carácter generalista, mas também da especialidade, e ainda, alguns sítios da Internet. A investigação incluiu a realização de entrevistas a personalidades, com estudos realizados neste âmbito. Nestas incluem-se o General Loureiro dos Santos, o Professor Doutor Carlos Gaspar, o Professor Doutor Medeiros Ferreira, o Professor Doutor António José Telo, o Professor Doutor Nuno Severiano Teixeira, e o Professor Doutor Adriano Moreira.

Para o desenvolvimento do trabalho, definimos a seguinte questão central: “Poderão as opções político-estratégicas da Espanha, em face da menor dimensão de Portugal, no actual ambiente internacional, condicionar as opções estratégicas nacionais?”. Desta extraímos as seguintes questões derivadas: “Qual o impacto de uma orientação predominantemente atlântica, da política externa da Espanha nas opções estratégicas nacionais?”; “Qual o impacto de uma orientação predominantemente europeia, da política externa da Espanha nas opções estratégicas nacionais?”; por último, “Será a orientação estratégica comum, a melhor forma de afirmar Portugal no seio das OI onde se encontra inserido?”.

Das questões apresentadas extraímos as seguintes hipóteses: “Dada a menor dimensão de Portugal, as opções político-estratégicas espanholas condicionam as opções estratégicas

nacionais”; “Uma orientação predominantemente atlântica da política externa espanhola, condiciona a política externa portuguesa”; “Uma orientação predominantemente europeia da política externa espanhola, condiciona a política externa portuguesa”; por último, “Uma orientação estratégica comum, não é a melhor forma de afirmar os interesses de Portugal no seio das OI onde se encontra inserido”.

O trabalho encontra-se organizado em quatro capítulos. No primeiro, que surge após a presente introdução, pretendemos apresentar o enquadramento histórico do relacionamento peninsular. Assim, desde o início do século XX até à partilha de posições no seio da UE e da OTAN, pretende-se mostrar como as orientações político-estratégicas da Espanha influenciaram as orientações estratégicas nacionais.

No segundo capítulo, efectuamos um enquadramento geopolítico e geoestratégico dos dois países. Neste, pretendemos apresentar as duas realidades ibéricas, recorrendo a alguns aspectos comparativos, como os sistemas políticos e a organização administrativa, dados relativos à população e à situação macro-económica, assim como aspectos que poderão determinar a existência de factores de dependência de Portugal relativamente à Espanha.

O terceiro capítulo versa sobre o momento de coabitação internacional actualmente vivido pelos dois Estados. Inicialmente abordámos a UE, sobre a qual analisamos a integração e a participação de ambos os países no processo de construção europeu, o relacionamento económico, e ainda, a premente questão da implementação da Política Externa e de Segurança Comum (PESC). Segue-se uma abordagem à participação de Portugal e da Espanha na OTAN, terminando com uma pequena referência à postura individual em espaços regionais preferenciais.

O capítulo final, para além de se constituir como um espaço de análise, nele pretendemos incluir uma síntese conclusiva. Aqui se confronta Portugal com as opções político-estratégicas da Espanha. Para tal, iniciamos efectuando uma breve abordagem ao plano bilateral, após o que salientamos as grandes linhas da política externa de ambos, que nos permitem responder às primeira e segunda questões derivadas. Seguidamente, procuramos expor os modelos de relacionamento encontrados, momento considerado oportuno para responder à terceira questão derivada, e ainda à questão central do trabalho. Por último, terminamos efectuando uma abordagem ao que considerámos ser a mais adequada resposta de Portugal.

1. PORTUGAL E ESPANHA: OS INIMIGOS ÍNTIMOS

A história dos países ibéricos cruza-se tanto quanto poderia determinar a realidade de uma vizinhança muitas vezes designada por fatalidade geográfica. Os dois Estados tiveram uma evolução política própria (Apêndices A e B) e orientada pelo decurso dos acontecimentos internos que, de tão intensos, determinaram a tomada de opções tendentes a apoiar ou a contrariar a orientação do vizinho peninsular. Neste âmbito, destaca-se a guerra civil espanhola cujo desfecho os responsáveis nacionais entenderam ser determinante para a manutenção da estabilidade política portuguesa. A mesma postura foi adoptada para fazer face aos grandes acontecimentos europeus, dos quais se destacam dois conflitos mundiais e os consequentes arranjos político-estratégicos que se lhes seguiram. O parco relacionamento económico é outro dos reflexos de uma vivência bilateral que se revelou quase exígua na época a que se refere o presente capítulo. No entanto, a questão económica iria sofrer uma significativa inversão com o decorrer dos acontecimentos.

1.1. Portugal, Espanha e as opções político-estratégicas

No período em análise, Portugal e Espanha mantiveram-se tradicionalmente afastados seguindo alinhamentos estratégicos opostos, que estiveram na base de um distanciamento das relações bilaterais em grande parte do século XX. Os momentos em que o posicionamento político-estratégico de ambos coincidiu, apesar de muito raros, caracterizaram-se pela valorização da Espanha em detrimento de Portugal.

O Pacto Peninsular foi, no século que há pouco terminou, um dos momentos marcantes das relações ibéricas. A sua realização teve por base a necessidade de garantir a neutralidade na II Guerra Mundial, pelo que haveria que conseguir retirar a relevância estratégica do espaço peninsular. O século termina com ambos os países a coabitarem os mesmos espaços político, económico e de defesa, facto que determinou uma nova era nas relações bilaterais.

1.1.1. Da aproximação ao afastamento

Portugal terminava o século XIX em crise com o seu velho aliado inglês. Em 1890, a Inglaterra fazia ao nosso País um ultimato que iria pôr fim às aspirações nacionais de unir os territórios de Angola e de Moçambique, do Atlântico ao Índico. O projecto, representado pelo Mapa Cor-de-rosa, colidia, no entanto, com a ambição britânica de estabelecer uma ligação contínua do Cabo ao Cairo. Através do documento entregue ao Governo em 11 de Janeiro de 1890, a Inglaterra exigia a retirada imediata das forças expedicionárias portuguesas da região do Noroeste de Moçambique, apesar deste território “pertencer a Portugal” (MATTOSE et al, 1994,

p. 38). Como retaliação, ameaçava com o corte das relações diplomáticas e com o emprego da força. O facto fez desencadear um amplo movimento de protesto e foi encarado como uma humilhante lança no orgulho nacional. O governo caiu mas respondeu afirmativamente aos ingleses.

Tinha-se desenvolvido um forte e generalizado “sentimento antibritânico” (FERREIRA, 1989, p. 18), que teve como consequência o regresso à realidade peninsular. Em face da posição britânica, seu tradicional aliado, Portugal voltava-se para a Espanha, seu tradicional inimigo. Do lado espanhol as opiniões variaram desde uma cautelosa posição monárquica a um declarado apoio republicano. Os medos estavam vencidos, os desentendimentos esquecidos e descobriam-se afinidades, de tal forma que ganhava alguma projecção o sentimento iberista português que, para os mais radicais, passava por uma federação das repúblicas ibéricas. Para os demais, o relacionamento com a Espanha passava por uma aliança que consideravam indispensável para a afirmação internacional da Península Ibérica. O Tratado, assinado em Agosto de 1891, punha fim à contenda com os britânicos; contudo, deixava claro a sua influência no desenrolar das opções político-estratégicas nacionais.

No início do século XX, as pretensões alemãs no Norte de África, designadamente sobre Marrocos, determinaram uma alteração da importância estratégica dos países peninsulares. As possessões espanholas no continente africano motivam uma aproximação de franceses e ingleses à Espanha, que culmina na assinatura de tratados com ambas as potências. Sobre Portugal, os britânicos passaram a considerá-lo de menor valor estratégico, em face das possibilidades fornecidas pela posição geográfica da Espanha que permitia o controlo sobre o Mediterrâneo Ocidental e o Norte de África. Ficava, no entanto, uma ressalva quanto à importância das ilhas atlânticas portuguesas que, segundo *Winston Churchill*, não deveriam cair “nas mãos de alguma potência hostil a Londres” (FERREIRA, 1989, p. 24).

Portugal via-se secundarizado perante a entrada da Espanha nas tradicionais posições estratégicas nacionais. O facto não escapou à percepção dos responsáveis portugueses que procuraram outra âncora externa que pudesse conferir ao País a centralidade estratégica que lhe permitisse dispor de uma maior capacidade negocial. O papel passava a ser desempenhado pela Alemanha, país com quem Portugal negociou a instalação de depósitos de carvão nas ilhas açorianas e outras facilidades à navegação. Desta forma Portugal procurou defender a sua individualidade, diferenciando a sua aliança externa da do vizinho espanhol.

Na I Guerra Mundial, a neutralidade espanhola faria Portugal dispor de uma oportunidade de ouro para obter a tão indispensável diferenciação peninsular e colocar o País no seu alinhamento

tradicional. “Um dos motivos que decidiu a República à participação na guerra ao lado dos aliados foi, sem dúvida, a disputa da representatividade internacional da Península Ibérica” (FERREIRA, 1992, p. 49). Franco Nogueira, ao designar uma “preocupação sincera” (NOGUEIRA, 2000a, p.239), pretendia referir-se à integridade territorial do ultramar, apenas assegurada com a presença de Portugal na Conferência de Paz e no futuro organismo internacional que dela resultasse. Assim sendo, Portugal decidiu-se pela participação, cedendo a base naval de Leixões aos franceses, permitindo que fosse estabelecida uma base naval norte-americana em Ponta Delgada e enviando um corpo expedicionário para o teatro de operações europeu.

Sobre as razões que terão levado os ingleses a preferir a participação portuguesa relativamente à espanhola, Medeiros Ferreira refere a existência de um documento britânico² do *Foreign Office*, datado de 1917, o qual refere as exigências efectuadas pelo Estado espanhol como o factor decisivo para a recusa. Estas, englobavam Tânger, Gibraltar e “mão livre em Portugal”. Desta última, explica não se tratar da anexação mas de uma tentativa de “amarrá-lo por qualquer tipo de tratado ou de aliança que assegurasse a presença do domínio espanhol nas deliberações portuguesas, (...)” (FERREIRA, 1989, p.32).

Estava conseguido o objectivo de diferenciar Portugal na Península Ibérica conferindo-lhe a notoriedade internacional pretendida. Entrava na guerra ao lado dos aliados, diferenciava-se da neutralidade espanhola e obtinha o assento na Conferência de Paz em Paris. Contudo, não era previsível o enorme revés que se seguiu. Discutia-se a fundação da Sociedade das Nações, organização na qual Portugal se arrogava no direito de integrar, ocupando um lugar compatível com o de uma potência beligerante. A actividade diplomática nacional desenvolvia-se junto do velho aliado, na tentativa de assegurar a presença no futuro Conselho Executivo.

Ao mesmo tempo, a Espanha acercava-se dos Estados Unidos da América (EUA) e do seu presidente, *Woodrow Wilson*, “principal decisor na fundação da Sociedade das Nações” (FERREIRA, 1992, p.51), sobre quem exerceu um apertado cerco diplomático, também desenvolvido sobre a França e a Grã-Bretanha, no sentido de vir a tornar-se Membro Permanente do Conselho Executivo. O resultado final desta intensa batalha diplomática foi em desfavor de Portugal. A Espanha é efectivamente convidada a fazer parte, em representação dos países neutrais, embora como Membro Não Permanente, enquanto que Portugal se viu relegado para uma posição secundária.

² “Potential Value of Spain as na Ally”.

Ao ver-se afastada daquele organismo em favor da Espanha que não tinha desenvolvido qualquer esforço de guerra, a delegação portuguesa manifestava-se fazendo sentir o seu desagrado. Franco Nogueira retratou desta forma o facto: “(...) regressámos a casa sem glória, nem benefício material ou político, e sem a gratidão dos aliados, e nem ao menos o apreço. Foram para a Espanha as homenagens dos aliados, e àquela foi atribuído um lugar no Conselho Executivo da Sociedade das Nações, o que foi negado a Portugal, beligerante que havia sido; (...)” (NOGUEIRA, 2000b, p.67).

1.1.2. Portugal, a guerra civil e a procura da neutralidade peninsular

No período que se seguiu à I Guerra Mundial, as relações entre os dois Estados conheceram distintos graus de intensidade. Inicialmente, o relacionamento político foi problemático, com responsabilidades dirigidas a Afonso XIII e à sua apetência para chegar ao domínio ibérico. O rei procurava “um pretexto de intervenção em Portugal e tentava obter a complacência da Inglaterra para o efeito” (NOGUEIRA, 2000a, p. 245). A fricção política manteve-se até 1926, quando surge no poder um regime de ditadura militar com o qual o vizinho peninsular demonstrou alguma simpatia, tendo como consequência “um imediato incremento a partir de 1927” (FERREIRA, 1989, p.44).

A partir de 1931, iniciado já em Portugal o período do Estado Novo, as relações ibéricas regressaram a uma fase de maior tensão. Este facto, para Medeiros Ferreira, não deveria ser imputado à natureza diferente dos regimes, mas sim ao apoio que os republicanos espanhóis prestavam aos democratas Portugueses. Para António de Oliveira Salazar o triunfo da esquerda em Espanha representava “um duplo perigo, o revolucionário e o iberista” (FERREIRA, 1989, p.47), pelo que preparava as Forças Armadas para uma hipotética guerra com a Espanha.

A guerra civil espanhola obrigou Portugal a exercer uma intensa actividade diplomática. O conflito que opunha nacionalistas e republicanos representava, segundo o governo português, um perigo substancial para a segurança e a independência do País. Os responsáveis portugueses procuravam sensibilizar ingleses, franceses, alemães e italianos, embora aos dois últimos apenas tivesse recorrido pela ausência de resposta dos primeiros, bem como pela crescente influência da actividade soviética.

Para o Governo português, a questão era simples e directa: “vitória do exército espanhol ou implantação do comunismo a breve prazo” (NOGUEIRA, 2000a, p.274), tornando-se Portugal, pela sua situação geográfica, no País mais directamente ameaçado já que os partidos republicanos espanhóis não escondiam a sua apetência pelo federalismo ibérico. Apesar da

cedência à pressão anglo-francesa de não-intervenção que nos levaria à assinatura de um compromisso³, Portugal apoiou os nacionalistas, juntamente com a Alemanha e a Itália, em contraponto ao apoio soviético prestado ao governo de Madrid.

Após a guerra civil, ainda em 1939, Portugal e a Espanha assinam um Tratado de Não-Agressão⁴. Para Portugal, o acordo permitia travar as tendências iberistas espanholas e, no conjunto peninsular, mantinha os países numa situação de neutralidade relativamente ao conflito generalizado que se avizinhava. Para o efeito, o nosso País teria de permanecer afastado das obrigações a que o Tratado luso-britânico obrigava, assim como as posições da Alemanha e da Itália não deveriam arrastar a Espanha⁵ para uma posição beligerante. Seria a forma de eliminar a possibilidade de entrada na guerra de ambos os países sob influência dos respectivos aliados externos.

A situação de neutralidade da Península Ibérica deveria estar dependente do entendimento entre a Alemanha e a Rússia que, num cenário de confronto com os aliados, procurariam o isolamento dos EUA. Este facto, implicava a formação de uma “esfera de influência alemã num hemisfério oriental” (GASPAR, p.168) que, por um lado, permitisse a ligação da Europa à África e, por outro, a ocupação das ilhas atlânticas de forma a estabelecer uma fronteira com o hemisfério de influência americano. O cenário, segundo Carlos Gaspar, exigiria ainda a constituição de um bloco continental, formado pela França e pela Espanha, “assim como fechar o Mediterrâneo, para isolar a Grã-Bretanha e estabelecer nos estreitos uma ligação segura com o Norte de África” (GASPAR, p.168).

A invasão da Rússia pela Alemanha e a tomada do Norte de África pelos aliados proporcionou a “desvalorização da posição peninsular” (GASPAR, p.169), permitindo manter a Península afastada dos confrontos. Contudo, a entrada na guerra da Espanha mantinha-se uma incógnita. A ala intervencionista, protagonizada por *Serrano Suñer*, exercia forte influência junto de *Franco*, levando-o a expor perante *Hitler* as condições para a participação na guerra, entre as quais constavam a recuperação de Gibraltar e várias concessões no Norte de África. A Espanha aderiu a “um pacto secreto com a Alemanha e a Itália” (GASPAR, p.179), no entanto, nunca se comprometendo com uma data para a participação no conflito. Portugal, demarcava-se mais uma

³ Assinaram o tratado de não-intervenção a Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Checoslováquia, Dinamarca, Finlândia, França, Grã-Bretanha, Hungria, Irlanda, Itália, Jugoslávia, Noruega, Países Baixos, Polónia, Portugal, Repúblicas Bálticas, Roménia, Rússia e Suécia.

⁴ Pacto Peninsular em Portugal; Pacto Ibérico em Espanha.

⁵ Sobre o assunto interessa salientar que a neutralidade espanhola era de grande conveniência para a Grã-bretanha visto que assim poderia proceder mais facilmente à defesa de Gibraltar.

vez da posição espanhola e cedia os Açores aos aliados passando de uma “neutralidade geométrica a uma neutralidade activa” (GASPAR, p.181).

1.1.3. A supremacia internacional de Portugal

O pós-guerra proporcionou ao mundo um novo quadro estratégico, no qual emergiam os EUA e a União Soviética, formando dois pólos antagónicos onde cada qual procurava aglutinar as alianças que mais e melhores vantagens pudessem acrescentar às suas esferas de influência e às respectivas potencialidades estratégicas. Perante esta nova realidade, haveria que encontrar respostas rápidas para travar o avanço de influências indesejáveis. Iniciavam-se assim, as conversações para a implementação de um Tratado do qual fariam parte os Países do Pacto de Bruxelas⁶, os EUA, o Canadá e ainda a Noruega, a Dinamarca, a Islândia e Portugal.

O convite endereçado a Portugal, motivou uma reacção imediata do país vizinho que, ao ver-se excluído, se apressou a condicionar a adesão portuguesa à existência do Pacto Peninsular, levando mesmo *Franco* a querer “impedir a entrada de Portugal” (ANTUNES, 2003, p.30). A questão centrava-se no artigo que alude à defesa mútua em caso de agressão, facto que poderia inviabilizar a possibilidade de colaboração com a Espanha, quando confrontado com o previsto na redacção do Pacto Peninsular. Apesar da pressão espanhola, Portugal reafirma a compatibilidade dos dois Pactos assumindo-se como país fundador. No entanto, desencadeou esforços no sentido de que o vizinho peninsular pudesse também integrar a Aliança à data da sua formação.

A Espanha atravessava um período de isolamento internacional decorrente das posições assumidas no decurso da II Guerra Mundial, bem como do autoritarismo do seu regime político. Portugal vivia um período de diferenciação estratégica efectiva no contexto ibérico e afirmava a supremacia na representatividade peninsular, constituindo-se como a única possibilidade de ligação da Espanha ao exterior.

A partir de 1953 a Espanha assina com os EUA os convénios sobre ajuda de defesa e ajuda económica que iriam permitir a instalação de bases militares no território e o apoio financeiro para a recuperação económica do país⁷. Era o momento a partir do qual a Espanha punha um ponto final no período de isolamento internacional, passando os dois países a partilhar a mesma aliança externa. A adesão à Organização das Nações Unidas (ONU) é efectuada em simultâneo e, definitivamente, anula a dependência que a Espanha tinha de Portugal para o relacionamento externo. Ao invés, Portugal entrava agora numa fase de marginalização internacional motivada

⁶ Bélgica, França, Grã-Bretanha, Holanda e Luxemburgo.

⁷ Sublinha-se o facto de que a Espanha tinha ficado excluída da ajuda financeira proporcionada pelo Plano *Marchall*.

pela questão colonial, contudo, ambos os países seriam afastados do processo de integração europeia.

Em 1974 e 1975, Portugal e Espanha, alteraram respectivamente, a natureza dos seus regimes políticos. O processo nacional foi mais atribulado, dado que decorreu da realização de um golpe militar. Em Espanha, *Franco* preparou a sua sucessão para que, após a sua morte, o rei *Juan Carlos I* assumisse a Chefia do Estado, transformando o regime, de forma pacífica, numa monarquia parlamentar. Em Portugal, o processo revolucionário que se seguiu ao golpe militar foi atentamente acompanhado pelo regime espanhol que, com receio de contaminação fronteiriça, “os serviços de informação franquistas foram imediatamente, em força, para Lisboa. (...) *Franco* tinha interesse especial em ver as imagens que lhe chegavam de Portugal”⁸ (ANTUNES, 2003, p.31). Após a democratização dos sistemas políticos, as relações entre os dois Estados assumiram outras proporções, multiplicando-se as visitas oficiais. As consequências ao nível da inserção internacional estavam também visíveis e culminaram na aceitação do pedido de adesão à CEE, organização para a qual entraram em simultâneo.

1.2. Portugal e Espanha na política de alianças

Tradicionalmente, os países da Península Ibérica adoptaram uma política de alianças orientada sob os desígnios da divergência. Portugal procurou sempre a diferenciação estratégica peninsular, recorrendo a uma aliança com a potência marítima dominante, no caso a Grã-Bretanha. As vantagens eram mútuas, no entanto, para Portugal tornara-se essencial, para assegurar a sua identidade e independência, assim como a manutenção do vasto império colonial.

A Espanha inicia o século precisamente ao lado daqueles que, tradicionalmente, eram os aliados dos portugueses, sendo as questões africanas a motivar a aproximação aos ingleses e franceses. Com a I Guerra Mundial, o vizinho peninsular regressa à sua postura de neutralidade, em contraponto com a posição portuguesa que se mantém ao lado do velho aliado procurando o protagonismo internacional e um lugar entre as grandes nações. Contudo, é a Espanha que, recorrendo aos EUA, garante um lugar no Conselho Executivo da Sociedade das Nações.

Na guerra civil espanhola, as facções em confronto apercebem-se da importância da cativação de apoio externo. Enquanto os nacionalistas cativavam a atenção da Alemanha e da Itália, o governo republicano obtinha a simpatia da Rússia, que contribuiu com equipamento militar. O governo português não se quedou por uma atitude passiva, com receio das consequências de uma vitória republicana, perseguiu os seus interesses, realizando uma intensa actividade diplomática,

⁸ Referência feita a declarações de Raul Morodo a José Freire Antunes em 1999.

que lhe permitiu contornar o acordo de não-intervenção, patrocinado por ingleses e franceses e prestar o apoio às forças do Generalíssimo.

Com o final do conflito interno espanhol, surgia uma nova prioridade para os países ibéricos. A necessidade de neutralidade perante a possibilidade de um novo conflito mundial, determinou o estabelecimento de uma nova política de alianças. Referimo-nos ao Pacto Peninsular, assinado em 17 de Março de 1939, que Portugal encarou, não como substituição do seu alinhamento tradicional, mas como uma adição à aliança com a potência marítima existente, já que o submeteu à apreciação do aliado inglês.

No regime espanhol existiam duas facções, uma, personificada por *Serrano Suñer*, ministro da governação, era partidária do intervencionismo ao lado das forças do eixo. A outra, liderada por *Juan Beigbeder*, ministro dos negócios estrangeiros, era mais moderada e consciente da necessidade da eliminação da importância estratégica da Península Ibérica, para a qual a reafirmação do Pacto Peninsular era imprescindível. As acções político-diplomáticas entre os dois Estados, levaram à assinatura de um protocolo adicional ao Pacto, que garantia a não-intervenção inglesa em Portugal e mantinha a Espanha afastada da influência alemã.

Apesar das conversações e pactos assinados, o vizinho ibérico mantinha as diligências intervencionistas junto da Alemanha que motivaram a participação, em 23 de Outubro, na cimeira de *Hendaia*, e conseqüentemente, a adesão ao Pacto Tripartido. Contudo, não se comprometeria com uma data para entrar na guerra. O decurso do conflito determinou a efectiva neutralidade dos dois países e, a 13 de Fevereiro de 1942, na cimeira luso-espanhola de Sevilha, era reafirmado o Bloco Peninsular e o entendimento comum sobre a neutralidade da península.

Com o final da II Guerra Mundial, a Espanha ficou isolada internacionalmente, funcionando Portugal como o interlocutor ibérico. A supremacia peninsular nacional ficou reflectida no alinhamento internacional que se seguiu através da adesão, em 1949, à OTAN. O emergir internacional de Portugal, teve como consequência a desvalorização da aliança ibérica. A Espanha iniciava a normalização do seu relacionamento internacional, ainda em 1949, assinando com os EUA um acordo de cooperação militar, reafirmado em 1953 e em 1976. Sendo, neste último, conseguido o acordo sobre a Zona de Interesse Comum⁹. Em 1982, o pedido de adesão da Espanha à OTAN colocava os dois países ibéricos junto da potência marítima.

O período em análise foi caracterizado por momentos de alinhamento internacional coincidente, isto é, ambos coabitando numa mesma aliança extra-ibérica, momentos de alinhamento oposto e, outros, em que a aliança peninsular foi uma realidade. Contudo, os Pactos

⁹ A Zona de Interesse Comum engloba o espaço marítimo que une o Atlântico ao Mediterrâneo Ocidental, englobando as ilhas Baleares, Canárias, arquipélago da Madeira e... Portugal continental.

estabelecidos por cada um, tiveram uma característica que deve ser salientada. Enquanto Portugal manteve o seu alinhamento tradicional, atribuindo-lhe um carácter estrutural, a Espanha fez flutuar a sua orientação internacional de acordo com os interesses estratégicos do momento, conferindo-lhes um carácter conjuntural. No entanto, foi nítida a desvantagem nacional, quando verificados os períodos de alinhamento coincidente, nos quais a desvalorização estratégica de Portugal foi uma evidencia.

1.3. A questão económica

No decorrer do século XX, o relacionamento económico entre os dois Estados ibéricos conheceu duas fases distintas (ALVES, 2001, p.32). Na primeira, até ao início da década de 70, o relacionamento entre ambos decorreu essencialmente no patamar político. A segunda fase, a partir da década de 70 e após o período de transição para um regime democrático, vivido pelos dois países quase em simultâneo, evoluiu progressivamente enquadrando, para além do aspecto político, entre outras, a área económica e cultural.

O relacionamento económico nunca foi aquele que a proximidade geográfica poderia justificar, não obstante alguns acordos terem sido assinados sobre esta matéria (Apêndice C). De forma a ilustrar o nível de relacionamento entre ambos, vejamos os dados relativos a 1942: as importações portuguesas de Espanha representavam 3,65% do total (ALVES, 2001, p.45), enquanto que as exportações se situavam nos 1,93%. Em 1944, os mesmos valores atingiam uma maior expressão passando para 4,54% e 3,51%, respectivamente, para nos anos seguintes diminuírem progressivamente de importância. De salientar que, os valores mais elevados entre os anos de 1946 e 1955, relativos às mesmas trocas comerciais, se situaram em 2,66% e 1,88%, respectivamente (ALVES, 2001, p.45).

O período de isolamento internacional espanhol, terminou ainda em 1949 com a assinatura de um acordo com os EUA, permitindo-lhe aceder a um crédito para apoio à reconstrução do país e ao relançamento económico. No mesmo ano, com o objectivo de proceder à substituição dos acordos estabelecidos até aquela data entre os dois vizinhos peninsulares, Portugal assinou com a Espanha um acordo¹⁰ económico que se limitava à indicação de alguns produtos a incluir em eventuais transacções, assim como a uma limitada cooperação técnica e científica (ALVES, 2001, p.34). Este, contrariamente à vontade espanhola, em nada contribuiu para desenvolver o relacionamento económico e comercial entre os dois, dado que Portugal receava a dependência económica da Espanha e a sua influência nas colónias.

¹⁰ Acordo Preliminar de Cooperação Económica entre Portugal e Espanha.

As décadas seguintes marcaram o início da abertura económica da Espanha e de Portugal, assim como o afastamento do relacionamento bilateral. Neste período, Portugal adere em 1948, como membro fundador, à Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), em 1959, também como membro fundador, à Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA) ao Fundo Monetário Internacional e ao Banco Mundial. A Espanha, em 1953, assinava os Convénios sobre Ajuda para Mútua Defesa e Ajuda Económica com os Estados Unidos. Adere em 1958 à OCDE, em 1962 inicia os primeiros contactos com vista à adesão à CEE, que culminaram, em 1970, com a assinatura de um acordo comercial entre ambos.

A internacionalização das economias portuguesa e espanhola processou-se de forma diferente (ALVES, 2001, p.34). Enquanto Portugal, no quadro do relacionamento luso-britânico, procurou expandir a sua economia através da EFTA que, ao mesmo tempo, lhe assegurava a manutenção da sua política colonial, a Espanha procurou adquirir outros parceiros comerciais na América Latina, países Árabes, do Próximo e Extremo Oriente e na Europa de Leste. Em 1960 é assinado um novo acordo comercial entre os dois Estados ibéricos que incidia, principalmente, sobre questões aduaneiras não alterando, em nenhum aspecto, o âmbito das relações comerciais da época.

A reaproximação entre os dois Estados é motivada pela assinatura dos acordos comerciais com a CEE, assim como pelo pedido formal, efectuado em 1977, em simultâneo, para a adesão às Comunidades Europeias. As negociações tiveram início, em Portugal no ano de 1978, enquanto que na Espanha desenvolveram-se a partir do ano seguinte. Em 1980 a governação espanhola assinou com a EFTA um compromisso, que deu origem ao Acordo de Comércio Bilateral Luso-espanhol – Anexo P (relativo a Portugal).

A orientação do comércio externo português, no início da década de 70, privilegiou os países europeus constituintes da CEE¹¹ e da EFTA¹². Os motivos centraram-se na assinatura do Acordo¹³ de Comércio Livre com a CEE e a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, bem como na independência dos territórios ultramarinos (ALVES, 2001, p.39). A Espanha tinha nos países do centro da Europa, os seus principais parceiros comerciais, no entanto, estes representavam um peso menor do que no caso português (ALVES, 2001, p. 42), dado que o vizinho ibérico tinha, já na década de 60, diversificado o seu relacionamento comercial externo para regiões exteriores à Europa.

¹¹ Da qual faziam parte a Alemanha, França, Reino Unido, Irlanda Dinamarca, Itália, Holanda, Bélgica e Luxemburgo.

¹² Faziam parte desta organização, em 1973, para além de Portugal, a Suécia, Suíça, Áustria, Noruega, Finlândia e Islândia.

¹³ Este facto determinava abertura da economia portuguesa à Europa.

Após a adesão de Portugal e Espanha às Comunidades Europeias em 1985, o relacionamento económico e comercial de ambos conheceu um incremento significativo, tanto com os países Europeus, como entre si. A Espanha, que no início da década de 80 representava cerca de 5% do comércio externo nacional, passou para cerca de 19% em 1995 (Anexo A), tornando-se o principal parceiro comercial de Portugal. No caso do país vizinho, o fenómeno ocorreu de forma semelhante, mas com uma dimensão menor. Em 1981 Portugal representava cerca de 1% do comércio externo espanhol, passando a representar cerca de 5% em 1995 (Anexo B). O relacionamento económico entre os países ibéricos, na actualidade, efectua-se a um ritmo nunca antes assinalado.

2. UMA VISÃO GEOPOLÍTICA DOS PAÍSES

Os Países peninsulares não se encontram confinados à sua área geográfica continental. Em ambos os casos, a descontinuidade territorial determinada pela posse de regiões autónomas localizadas no Oceano Atlântico e no Mar Mediterrâneo, permitem projectar os respectivos espaços de interesse para o interior dos referidos mares. Sendo certo que a descontinuidade lhes confere algumas vulnerabilidades, especialmente a Portugal, tendo em conta a sua menor dimensão geográfica, permite definir também várias potencialidades. Destas, poderemos desde já destacar: o espaço adicional com importantes reflexos geopolíticos e geoeconómicos; uma considerável profundidade estratégica, importante, tanto para o espaço peninsular, como para o europeu; e a possibilidade de se constituírem como importantes pontos de apoio à projecção de poder, de controlo do espaço marítimo e às rotas de navegação.

A história tem vindo a reservar aos dois actores peninsulares papéis distintos, consubstanciados num posicionamento político-estratégico diferenciado. Na actualidade, o facto de ambos se encontrarem inseridos nos mesmos espaços geopolítico, geoeconómico e geoestratégico, materializados na UE e OTAN, determina a necessidade de partilhar interesses e objectivos. O relacionamento entre os dois Estados tem vindo a ser aprofundado, tanto por via da globalização, como na tentativa de resolução de aspectos conflituais que se mantêm e que exigem a Portugal a adopção de uma postura firme na defesa dos seus interesses políticos, económicos ou na gestão de recursos naturais comuns.

2.1. O posicionamento geopolítico e geoestratégico

Quis a história que a Península Ibérica fosse constituída por dois Estados independentes, cabendo a Portugal um pequeno rectângulo situado na faixa ocidental do território. A realidade geográfica (Apêndice D) determinou-nos a convivência com dois parceiros. De um lado o Mar que tem vindo a contribuir para a nossa riqueza, modo de vida e valorização estratégica, e do outro, a Espanha, parceiro e foco de preocupação constante. Neste enquadramento, Portugal vê-se dependente da Espanha para dar seguimento aos fluxos de relacionamento com destino ao centro da Europa.

Contudo, não cabe apenas à “fatalidade geográfica” (FIEL, 2005, p.7) determinar, por si só, a realidade estratégica dos países ibéricos. Neste contexto, considerando também as vertentes física, política, económica e cultural, ambos se encontram inseridos na realidade Europeia. O caminho foi escolhido ao decidirem participar num projecto de construção, inicialmente em 1985, com a integração numa Europa económica que, gradualmente tem vindo a alargar o âmbito

da partilha de interesses, caminhando para os domínios da política externa e, quem sabe, até para uma polémica integração política de cariz federal. Em resumo, procurando fugir ao conseqüente isolamento que o “não estar presente” poderia determinar, a necessidade de captação de apoios económicos que garantissem a uniformização do desenvolvimento estrutural no seio da UE, e ainda o recente alargamento a Leste, para além de um direito e um dever, determinam que a integração europeia seja uma necessidade imperativa para os dois Estados.

Relativamente às questões de segurança e defesa, mais uma vez os dois países vivem uma situação de comunhão de interesses, integrando a OTAN¹⁴ e participando no desenvolvimento e implementação da PESC. Neste âmbito, é de salientar o facto de que a adesão à OTAN foi efectuada em momentos distintos. Enquanto Portugal adere em 1949, como membro fundador, a entrada da Espanha foi recusada vindo a integrar a organização apenas em 1982. A este facto certamente não foi alheia a importância estratégica conferida ao espaço português (Apêndice E), assim como as tomadas de posição da Espanha do decurso da II Guerra Mundial, que motivaram um prolongado isolamento internacional.

Após o final da guerra-fria, a queda do muro de Berlim e o desmembrar de todo o bloco socialista soviético, surgiu um novo quadro internacional, com uma tendência de equilíbrio ainda não completamente definida, do qual se destaca a posição hegemónica dos EUA. É neste contexto que a OTAN tem procurado adequar o seu posicionamento e onde se pretende que a PESC venha a desempenhar um importante papel de complementaridade.

Os dois países não poderão dissociar a sua acção estratégica individual, da preconizada pelas organizações de que fazem parte. É desta forma que Portugal se enquadra no ambiente estratégico da actualidade, garantindo a sua individualidade, e disponibilizando a sua mais valia estratégica, de forma a contribuir para o sucesso das organizações que integra. A Espanha, pelo contrário, define a Europa como “área de interesse prioritário”, assumindo contudo, a compatibilidade desta opção com a manutenção de uma “relação transatlântica robusta e equilibrada”, e uma presença na OTAN, respeitando os compromissos assumidos, orientações bem expressas pela *Directiva de Defesa Nacional 1/2004 (DDN)*.

As características mediterrânicas dos dois países estão de tal forma vincadas, que permitem ser salientadas como parte das respectivas matrizes de identidade. Estas características têm maior incidência na Espanha, por razões geográficas, dado que uma parte da sua costa é banhada por aquele mar, transformando-a numa região de particular interesse para o Estado espanhol.

¹⁴ Os 26 Países integrantes da OTAN: Bélgica, Bulgária, Canadá, República Checa, Dinamarca, Estados Unidos da América, Estónia, França, Alemanha, Grécia, Hungria, Islândia, Itália, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Holanda, Noruega, Polónia, Portugal, Roménia, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Turquia, Reino Unido.

Também Portugal, pelo seu posicionamento geográfico “junto às portas do Mediterrâneo” (ALMEIDA, 1990, p.362), poderá reclamar para si uma boa parte destas características.

Relativamente aos países do Norte de África, o facto de existirem significativos focos de instabilidade, a proximidade geográfica, bem como a dependência energética, justificam a inclusão do Magreb no Espaço Estratégico de Interesse Nacional Conjuntural (Anexo C). Se dúvidas houvesse quanto à importância da região mediterrânica para o nosso País, seriam dissipadas quando constatada a relevância e a atenção conferida, tanto pela OTAN, como pela UE sobre esta área do Globo. Neste âmbito, Portugal encontra-se numa posição de vantagem, podendo afirmar-se como um interlocutor privilegiado precisamente com os países do Mediterrâneo Ocidental, com os quais, ao contrário da Espanha, não tem ressentimentos coloniais nem qualquer contencioso territorial.

Restam as questões de “afinidades e interesses em áreas que transcendem o posicionamento geográfico” (ALMEIDA, 1990, p.362). Portugal tem com os países lusófonos uma relação histórica, alicerçada num passado secular comum, junto dos quais tratou de resolver os traumas decorrentes da época colonial. Para além da possibilidade de difusão da cultura e língua comuns, está também um importante mercado para o onde os grupos económicos nacionais se poderão expandir, bem como assumir um papel de destaque no relacionamento entre estes países, os EUA e a UE. Neste âmbito, a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP)¹⁵ poderá vir a desempenhar um papel importante, tanto na afirmação da cultura e língua nacional, como do próprio País. Por sua vez, a Espanha tem como área preferencial de relacionamento, os países pertencentes à Comunidade Ibero-americana de Nações¹⁶. Com eles mantém um relacionamento bilateral diverso, que nalguns casos inclui a cooperação militar.

Fica assim expressa a matriz de identidade de cada Estado, bem como as diferentes possibilidades de orientação político-estratégica. A tão propalada posição periférica peninsular, tendo em conta a enquadrante europeia, é assim contrariada, quando considerada a enquadrante de segurança e defesa sob a égide da OTAN, que transporta a região para uma posição central, tendo em conta a distribuição geográfica dos Estados que compõem esta Organização.

2.2. Portugal e Espanha em factos comparados

Considerámos de grande pertinência efectuar uma análise comparativa das duas realidades peninsulares. Para o efeito, seleccionámos alguns dados e questões que, de forma sintética mas

¹⁵ Fazem parte da CPLP: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, S. Tomé e Príncipe e Timor-leste.

¹⁶ Fazem parte da Comunidade Ibero América de Nações: Andorra, Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Chile, Equador, Espanha, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, República Dominicana, Uruguai e República Bolivariana de Venezuela.

objectiva, nos permitam visualizar a dimensão relativa de ambos os Estados, alguns aspectos representativos da interacção bilateral, e outros relativos a questões prementes que se encontram em discussão na actual agenda política dos respectivos governos. Destes, poderemos destacar as questões regionais e a indicação de alguns factores que poderão vir a determinar situações de dependência económica, relativamente ao nosso vizinho da Península Ibérica.

2.2.1. Os sistemas políticos em presença

Ambos os países vivem sob sistemas políticos democráticos, pelos quais se bateram no decurso do século XX e onde o papel desempenhado pelos cidadãos representa um suporte fundamental para a soberania. Contudo, estes sistemas políticos apresentam naturezas distintas. Em Portugal foi adoptado um sistema de cariz republicano na sua forma semi-presidencialista, no qual o Chefe de Estado é o Presidente da República, eleito por sufrágio universal directo e secreto, por mandatos de 5 anos. Das suas competências, destaca-se o direito de veto¹⁷ e a possibilidade de, nos termos previstos pela constituição, dissolver a Assembleia da República e exonerar o Governo.

A Assembleia da República, é o órgão representativo “de todos os cidadãos portugueses”¹⁸, sendo os deputados que a compõem eleitos por mandatos de 4 anos, utilizando um sistema de representação proporcional ao número de cidadãos inscritos em cada círculo eleitoral. O Governo “é o órgão de condução da política geral do País”¹⁹, representa o poder executivo e é o órgão de administração superior do Estado. O poder judicial é exercido pelos tribunais que têm a “competência para administrar a justiça em nome do povo”²⁰.

A Espanha adoptou uma monarquia parlamentar na qual a Coroa é transmitida de forma hereditária e o Rei se assume como o Chefe de Estado²¹. Das suas competências destaca-se o facto de não incluírem o direito de veto, nem tão pouco a possibilidade de exoneração do Governo. Estas competências encontram-se atribuídas, no primeiro caso, ao Senado, enquanto que a exoneração do Governo decorre da aprovação, por maioria absoluta, de uma Moção de Censura²² de iniciativa do Congresso de Deputados. A dissolução²³ do Congresso, do Senado ou

¹⁷ Segundo o artigo 136º da Constituição da República Portuguesa, o Presidente da República poderá exercer o direito de veto, com o intuito de solicitar nova apreciação, sobre qualquer decreto emanado pela Assembleia da República, do Governo ou sobre decisões do Tribunal Constitucional, desde que este último não emita um parecer de inconstitucionalidade. Normalizam ainda a aplicação do direito de veto os artigos 278º e 279º do mesmo documento.

¹⁸ [Constituição da República Portuguesa – artigo 147º.](#)

¹⁹ [Constituição da República Portuguesa – artigo 182º.](#)

²⁰ [Constituição da República Portuguesa – artigo 202º.](#)

²¹ Constitución Española – n.º 1, artigo 56º.

²² Constitución Española – n.º 1, artigo 113º.

²³ Constitución Española – n.º 1, artigo 115º.

até das Cortes, tem origem num decreto assinado pelo Rei mas decorre, sempre, de uma proposta efectuada pelo Presidente do Governo, após deliberação do Conselho de Ministros.

As Cortes, órgão representativo do povo espanhol, são constituídas²⁴ pelo Congresso de Deputados e pelo Senado, que assumem, em conjunto, o poder legislativo. Entre outras responsabilidades, assumem o dever de controlar a acção do governo. Os deputados do Congresso são eleitos por mandatos de 4 anos através de um sufrágio universal, livre, directo e secreto. A eleição é efectuada em cada circunscrição²⁵ eleitoral, obedecendo aos critérios de representatividade proporcional²⁶. O Senado é câmara de representação territorial²⁷, sendo os senadores eleitos²⁸ de forma idêntica aos deputados do Congresso por mandatos de 4 anos.

O Governo, a quem cabe exercer a função executiva da governação, dirige a política interna e externa, a administração civil e militar e a defesa do Estado²⁹, respondendo pela sua acção governativa perante o Congresso³⁰. O poder judicial³¹ emana do povo, e é administrado em nome do Rei, por juízes e magistrados independentes, inamovíveis, responsáveis e unicamente submetidos ao imperativo da lei.

2.2.2. A organização administrativa e as autonomias regionais

Relativamente à organização administrativa, Portugal encontra-se dividido em 18 distritos e duas Regiões Autónomas. Na sua base, o País é composto por 308 municípios que, por sua vez, se subdividem em cerca de 4000 freguesias. Apesar de Portugal se constituir como um Estado unitário, consagra a existência de “vários níveis de descentralização política e administrativa, o mais importante dos quais é o regime autonómico insular” (PINTO et al, 2005, p.180). Este materializa-se na existência, nas regiões autónomas, de órgãos legislativos e de direcção política próprios, bem como de um estatuto político-administrativo próprio. A Constituição Portuguesa consagra também, a autonomia das autarquias locais, traduzida na existência de entidades e órgãos próprios, com atributos específicos, cujos titulares são eleitos pelo povo, e ainda, a descentralização da administração pública.

²⁴ Constitución Española – n.º 1, artigo 66º.

²⁵ O n.º 2 do artigo 68º da Constituição Espanhola define que a circunscrição eleitoral é a província. Para a ocupação dos lugares do Congresso será definida uma representação mínima inicial para cada circunscrição, sendo os restantes lugares ocupados de acordo com o princípio da proporcionalidade de população em cada circunscrição. As cidades de Ceuta e Melilla terão um representante por cada uma.

²⁶ Constitución Española – n.º 3, artigo 68º.

²⁷ Constitución Española – n.º 1, artigo 69º.

²⁸ O artigo 69º da Constituição Espanhola define que cada província elegerá 4 senadores. As comunidades autónomas designaram 1 senador por cada milhão de habitantes. Ceuta e Melilla elegem 2 senadores por cada uma. Nas províncias insulares, por cada ilha ou agrupamento de ilhas será constituída uma circunscrição eleitoral que elegerá 3 senadores na Gran Canária, Maiorca e Tenerife, e 1 senador em Ibiza-Formentera, Menorca, Fuerteventura, Gomera, Hierro Lanzarote e La Palma.

²⁹ Constitución Española – artigo 97º.

³⁰ Constitución Española – artigo 108º.

³¹ Constitución Española – n.º 1, artigo 117º.

Têm sido comuns os discursos políticos que reclamam as reformas da administração pública, de descentralização administrativa ou até, de regionalização. Este assunto em breve ocupará um lugar de destaque na agenda política portuguesa. Sobre o tema considera-se a necessidade, entre outras questões, de reequacionar a actual divisão administrativa, assim como a atribuição de novas competências às eventuais regiões, com o intuito de “viabilizar a execução de planos de desenvolvimento regional integrados, articulando investimentos e visando proporcionar um protagonismo regional capaz de dinamizar as diferentes zonas do País, particularmente as do interior” (OLIVEIRA et al, 1996, p.502).

A Espanha, por sua vez, encontra-se dividida em 17 comunidades autónomas³² e duas cidades às quais lhes foi, também atribuído um estatuto de autonomia, designadamente as cidades de Ceuta e Melilla. A Galiza, o País Basco e a Catalunha, a par do estatuto de autonomia, gozam igualmente da condição de nacionalidade histórica reconhecida pela constituição. Este estatuto traduziu-se na obtenção de uma maior capacidade de decisão e soberania, relativamente às restantes comunidades.

As regiões possuem um parlamento próprio, um governo regional e um sistema de justiça que conta com um Supremo Tribunal de Justiça de cada zona. De salientar ainda, o facto de o País Basco, a Catalunha e Navarra contarem com um sistema policial próprio. O poder central reserva para si, entre outras, o controlo das Forças Armadas e de Segurança, as relações externas, a segurança social, os serviços secretos, jogos e apostas desportivas, a emissão de moeda, o Banco de Espanha, os portos e aeroportos e os caminhos-de-ferro.

Na actualidade este modelo parece ter atingido o seu limite e os sinais de tal facto reflectem-se nas “exigências da maioria das regiões autónomas, algumas delas claramente soberanistas” (CALLE, 2005, p.68). Deste processo, o Plano *Ibarretxe*, apresentado, em Dezembro de 2004 pelo presidente do governo do País Basco, *Juan José Ibarretxe*, é claramente um exemplo. O plano, apesar de derrotado no Congresso, propunha um novo modelo de relacionamento com o Estado e previa a realização de “um plebiscito para tornar voluntária a adesão ao Estado espanhol” (MEIRELES, 2005, p.64).

Torna-se inevitável a necessidade de levar a cabo uma reforma constitucional. No entanto, as exigências (Apêndice F) satisfeitas a qualquer das comunidades autónomas serão certamente disputadas pelas restantes regiões (Anexo F), podendo os seus efeitos tornar-se numa verdadeira bola de neve, não sendo descabido considerar o cenário da transformação da Espanha num Estado federal.

³² Uma comunidade autónoma é uma entidade territorial que, no ordenamento constitucional do Estado espanhol, é dotada de autonomia legislativa e competências executivas, bem como da faculdade de se administrar mediante representantes próprios.

2.2.3. A população e a educação

O diferencial demográfico existente entre os dois países é, no momento, cerca de 30 milhões de habitantes (Anexo D). A população portuguesa atinge os 10.356.117 hab, enquanto que, em Espanha, os números ascendem aos 40.847.371 hab. Apesar deste significativo diferencial, a densidade populacional nacional é superior atingindo os 113 hab/km², em oposição aos 84 hab/km² verificados em Espanha (Anexo E). Tomando por referência todo o espaço peninsular (Anexo F), poderemos concluir que as regiões de maior concentração populacional se encontram junto à costa atlântica e mediterrânica, exceptuando-se a região de Madrid situada bem no centro da península.

As tendências de evolução para um horizonte até 2040 dizem-nos que, enquanto em Portugal se prevê uma diminuição até aos 9.8 milhões de habitantes, em Espanha espera-se um crescimento até aos 52 milhões (Anexo G). Analisando as pirâmides etárias de ambos os Estados verificamos a existência de uma quase sobreposição, encontrando-se a maior parte da população compreendida entre os 24 e os 40 anos (Anexo H). Contudo, se atendermos à relação entre as taxas de natalidade e mortalidade, poderemos constatar que em Espanha ambas seguem a mesma tendência de crescimento, enquanto que em Portugal tendem para a convergência, isto é, verifica-se uma diminuição da taxa de natalidade e um aumento da taxa de mortalidade (Anexo I).

Na área da educação deverá salientar-se a taxa de abandono escolar que, apesar de se encontrar em franca queda, foi em 2003, no nosso País, claramente superior à verificada na Espanha (Anexo J). Outro dado curioso diz respeito ao número de mulheres que frequentam o ensino superior no nosso País (Anexo K). Este, representa um adicional de 10% relativamente ao valor atingido no vizinho espanhol. Apesar dos fracos resultados obtidos nos exames de acesso ao ensino superior, os gastos na educação representam, em Portugal, cerca de 6% do PIB, enquanto que, na Espanha, os valores representam apenas 4,4% (Anexo L).

Sobre a questão da utilização de novas tecnologias, nomeadamente a percentagem de alojamentos com computador, Portugal enquadra-se entre os 18% e os 30%, com excepção da região de Lisboa e Vale do Tejo que se situa entre os 30% e os 35%. Pelo contrário, a Espanha enquadra a maior parte do seu território em valores acima dos 30%, atingindo mesmo o intervalo entre os 35% e os 50% em regiões como Madrid, Catalunha, País Basco, Navarra e Aragão, assim como em todas as regiões insulares, incluindo Ceuta e Melilla (Anexo M).

2.2.4. O mercado de trabalho

Considerando a distribuição da população empregada por sector de actividade (Anexo N), verifica-se que 63,6% da população espanhola activa se encontra empregada no sector dos serviços, 30,8% na indústria e apenas 5,6% na agricultura. Em Portugal, 54,4% da população activa está empregada no sector dos serviços, 32,8% na indústria e 12,8% na agricultura. É, no mínimo, estranho que um País com menor superfície para cultivo tenha, em termos proporcionais, mais do dobro da população empregada no sector agrícola.

Importa salientar que actualmente, as economias de ambos os países se encontram cada vez mais baseadas, em termos estruturais, no sector dos serviços. Em Portugal (Anexo O), este sector contribui com 67% do Valor Acrescentado Bruto (VAB), enquanto que o sector da indústria, construção e energia, contribui com 29%, e a agricultura com apenas 4%. A Espanha (Anexo P) apresenta, proporcionalmente, um quadro semelhante com o sector dos serviços a contribuir com 60,30% do PIB, o sector da Industria, construção e energia com 26,63% do PIB e a agricultura com apenas 2,99% do PIB.

Relativamente à taxa de actividade feminina (Anexo Q), verifica-se que é favorável a Portugal situando-se entre os 45% e os 55%, valor apenas igualado nas regiões espanholas de Madrid, da Catalunha e do País Basco. Na maioria das restantes regiões da Espanha, o valor situa-se entre os 30% e os 40%. A vantagem portuguesa não poderá ser dissociada, tanto da necessidade de uma maior contribuição para o orçamento familiar, como do facto da taxa de desemprego em Portugal assumir um valor significativamente inferior à espanhola. Enquanto que o nosso País mantém este indicador em 6,1%, o espanhol atinge os 11,1% (Anexo R).

Relativamente às horas semanais efectivamente trabalhadas elas equivalem-se nos dois países situando-se nas 38 horas. Contudo, analisando os dias não trabalhados devido a greves (Anexo S), por cada mil empregados, constata-se em Portugal uma constância nos 29 dias, enquanto que na Espanha se verifica alguma irregularidade, identificando-se os períodos de maior contestação social que, em 2000, atingiu os cerca de 300 dias. Em 2002 o mesmo índice mantinha-se 30 dias acima do valor verificado em Portugal.

2.2.5. As contas nacionais e o comércio externo

Iniciaremos a análise abordando a taxa de crescimento anual do PIB a preços constantes (Anexo T), e de imediato se constata que ambos os países apresentam tendências opostas. Portugal apresenta, a partir do ano 2000, um acentuado decréscimo, decaindo dos cerca de 3,5% obtidos naquele ano até aos cerca de -1,2% obtido em 2003. A Espanha iniciava em 2000 um

período de decréscimo, desde os cerca de 4% até aos 2% de 2002, ano a partir do qual inicia a tendência de subida até aos cerca de 2,4% em 2003.

Relativamente ao PIB per capita a preços correntes (Anexo U), a diferença de valores entre os dois países é substancial, contudo, entre os anos de 1998 e 2002, verificou-se uma tendência semelhante de crescimento dos valores médios deste índice. Dos 9.900 € obtidos em 1998, Portugal conseguiu atingir os 12.500 € em 2002. O vizinho peninsular, nos mesmos anos, passou dos 13.300 € para os 17.200 €. Neste país, verificam-se valores mais elevados em Madrid, Catalunha, País Basco, Navarra, La Rioja, Aragão e as Ilhas Baleares, os quais se situam entre os 17.000 € e os 23.000 €. Em Portugal apenas se destaca a região de Lisboa e Vale do Tejo onde se obtém valores compreendidos entre os 14.000 € e os 17.000 € (Anexo V).

A Espanha é, hoje em dia, o principal parceiro comercial de Portugal ocupando a posição cimeira (Anexo W). As importações representam 29,1%, enquanto que as exportações ascendem aos 22,7%. Relativamente às importações espanholas (Anexo X), o nosso País ocupa a sétima posição com 3,2%, surgindo em quinto lugar, com 9,3%, quando referidas as exportações. Relativamente às trocas comerciais com os restantes países da UE (Anexo Y), constata-se uma maior dependência de Portugal representando, em 2003, 79% das exportações nacionais contra os 71% espanhóis, e 77% das importações contra os 66% espanhóis.

Os principais produtos comercializados (Anexo Z) na direcção do país vizinho são os veículos automóveis e os respectivos componentes com 13,4%; seguindo-se o vestuário e acessórios com 11,2%; o equipamento eléctrico com 5,6%; o ferro e o aço com 4,6%; os produtos metálicos fabricados com 4,0% e os manufacturados de minerais não metálicos com 3,8%. As exportações da Espanha para o nosso País, revelam, em primeiro lugar, os veículos automóveis e componentes com 11,9%; seguindo-se os artigos manufacturados diversos com 5,5%; o vestuário e acessórios com 4,9%; os equipamentos eléctricos com 4,5%; papel e cartão com 3,9% e as máquinas de processamento de dados com 3,7%.

2.3. Alguns aspectos específicos de dependência

Assentando as economias dos países ibéricos, fundamentalmente, no sector dos serviços, consideramos vantajoso visualizar a interdependência que actualmente existe em áreas de actividade que constituem a estrutura base do sector. Assim, iremos analisar, de forma breve, o sector energético sobre o qual tem estado na ordem do dia o impasse da implementação do Mercado Ibérico de Energia Eléctrica (MIBEL); a partilha de recursos hídricos, tema sempre actual e directamente relacionado à produção de energia; o sector bancário que tem representado

a principal área de investimento espanhol no nosso País; e finalmente, o sector das telecomunicações que representa uma das áreas de partilha de investimento externo de maior significado no âmbito peninsular.

2.3.1. O sector energético

O facto de Portugal e a Espanha não serem auto-suficientes em termos energéticos origina que ambos dependam de fontes externas para alimentarem as suas necessidades, tanto para os fins domésticos como para a sustentação do seu tecido económico. O consumo de energia primária (Anexo AA) revela-nos que o petróleo e os seus derivados ocupam o lugar cimeiro nas necessidades dos dois países, representando 63% em Portugal e 52% na Espanha. No nosso País, seguem-se o carvão com 16%, outras energias renováveis com 9%, o gás natural com 8% e a energia hídrica com 4%. Na Espanha a ordem dos factores é semelhante surgindo na segunda posição o carvão com 17%, a energia nuclear com 13%, o gás natural com 12%, outras energias renováveis com 4% e, finalmente, a energia hídrica com 2%.

No consumo final (Anexo AB), o petróleo e os seus derivados representam 68% em Portugal e 63% na Espanha. Seguem-se, relativamente a Portugal, o sector eléctrico com 18%, as outras energias renováveis com 9%, o gás natural com 4% e o carvão com 2%. Para a Espanha a segunda posição é ocupada pelo sector eléctrico com 18%, seguindo-se o gás natural com 14%, as outras energias renováveis com 4% e, finalmente, o carvão com 1%.

Para o sector, está prevista a implementação de um acordo, assinado entre os governos dos dois países, no sentido da criação do MIBEL. Inicialmente previsto para 01 de Janeiro de 2003, o projecto tem conhecido sucessivos adiamentos, a que não será alheia a sensibilidade suscitada pela questão energética. É notória a dependência de ambos os países de recursos energéticos externos. No entanto, a Espanha apresenta, no que diz respeito à produção, maior diversidade de recursos dado que, ao contrário de Portugal, recorreu à produção nuclear.

No que diz respeito à liberalização do sector, a Espanha detém um avanço significativo relativamente a Portugal. Enquanto que o país vizinho dispõe de várias empresas produtoras e distribuidoras de energia com significativa importância, em Portugal apenas a Electricidade de Portugal (EDP) se apresenta como a única com permissão para operar no mercado. Em face da sua dimensão, as empresas espanholas poderão intervir no mercado português, assumindo o controlo, tanto ao nível de produção como na distribuição. A Iberdrola “é o maior accionista privado da EDP” (MARTINS, 2005b, p.15) e “é já o segundo maior investidor estrangeiro em Portugal” (MARTINS, 2005b, p.15). No entanto, desde Julho de 2004 que a empresa portuguesa

assumiu o controlo pleno da espanhola Hidrocantábrico, que também opera no mercado de gás natural.

A questão energética apresenta-se como uma das mais sensíveis no relacionamento entre os dois países. A situação geográfica de Portugal impõe que a maior parte das importações de energia se efectuem através do território espanhol, nomeadamente no que diz respeito à importação de gás natural via gasoduto (Anexo AC). Esta fonte de energia primária, atinge o território nacional através da rede ibérica de gasodutos que, por sua vez chega à península pelo Estreito de Gibraltar, utilizando a rede euro-magrebina com proveniência na Argélia. Neste quadro, a possibilidade de recorrer ao Gás Natural Liquefeito, utilizando o porto de Sines, poderá minimizar o factor de dependência exposto.

2.3.2. A partilha de recursos hídricos

A importância atribuída à questão dos recursos hídricos, decorre do facto de cinco dos principais rios que percorrem o território nacional, terem a sua nascente no país vizinho. Referimo-nos aos rios Minho, Lima, Douro, Tejo e Guadiana. Para uma correcta avaliação da questão hídrica, torna-se essencial conhecer as dimensões das respectivas bacias hidrográficas (SANTOS, 2002). Relativamente ao rio Minho, ela estende-se por 17.080 km², o rio Lima atinge os 2.480 km², o Douro os 97.600 km², o Tejo 80.600 km² e o Guadiana os 66 800 km². Das áreas mencionadas, percorrem território nacional 5%, 48%, 19%, 31% e 17%, respectivamente. Os recursos hídricos superficiais gerados nas bacias hidrográficas referidas, representam cerca de 62.900 hm³, o que corresponde a 45% do total dos recursos hídricos de superfície gerados na Península Ibérica, isto é, 140.800 hm³ (SANTOS, 2002).

Por outro lado, a fronteira que separa os dois países tem cerca de 1.200 km de extensão e 2/3 é estabelecida por rios. O território continental é assim constituído, em mais de dois terços, por bacias hidrográficas cujos rios nascem do outro lado da fronteira. Para gerir esta questão, Portugal e a Espanha têm, ao longo do tempo, assinado vários convénios, nos quais ficaram definidas regras como limites fronteiriços, o aproveitamento hidroeléctrico do rio Douro, ou o aproveitamento hidráulico dos troços internacionais dos rios Minho, Lima, Tejo, Guadiana, Chança e seus afluentes.

O Plano Hidrológico Nacional de Espanha, surgiu no início da década de 90 e foi apresentado pelo executivo espanhol como sendo um instrumento fundamental para definir os objectivos da política de recursos hídricos e os meios para os alcançar. A preocupação surge quando nele se refere a necessidade de efectuar transvazes dos rios Douro, Tejo e Guadiana, consideradas bacias

com capacidade excedentária, para áreas geográficas onde se verificassem situações de défice hídrico. Sendo a bacia do rio Douro considerada como a segunda de maior excedente de água, a ela caberia fornecer as bacias dos rios Tejo e Ebro num total, até 2012, que poderia atingir os 900 hm³ de água. Contudo, conjugando os transvazes com o aumento dos consumos de água, a diminuição da afluência àquela bacia poderia atingir os 1.600 hm³. Neste plano, a bacia do rio Tejo, haveria de funcionar como charneira para a transferência de água entre as regiões Norte e Sul, recebendo cerca de 1050 hm³ provenientes do Ebro e do Norte-Douro, cedendo cerca de 900 hm³ distribuídos pelas bacias do Segura, Guadalquivir e do Guadiana.

Os especialistas nacionais foram unânimes na crítica efectuada ao programa, dizendo que, quaisquer que fossem as reduções nos caudais dos rios internacionais, teriam resultados significativamente negativos, podendo mesmo vir a afectar o equilíbrio hídrico nacional. Em resultado de pressões internas e externas, o documento foi abandonado e, em 2001, o governo espanhol apresentou um novo Plano Hidrológico, mais modesto nas ambições, que prevê a realização de transvazes apenas em rios não internacionais.

O posicionamento geográfico dos países determina a desvantagem portuguesa, tornando-o dependente das acções levadas a cabo no vizinho espanhol. A necessidade de acompanhar as tomadas de posição espanholas sobre a questão é permanente, obrigando os responsáveis portugueses a desencadear um apurado relacionamento político, diplomático, bem como um adequado acompanhamento técnico tendente a defender os interesses nacionais que poderão estar em causa.

2.3.3. O sector bancário

A banca é uma das áreas mais importantes de investimento espanhol no nosso País. Vários grupos espanhóis do sector adquiriram importantes participações em destacados grupos bancários portugueses, como é o caso do Banco Santander Central Hispano (BSCH) que adquiriu o Banco Totta e Açores, o Crédito Predial Português, o Banco Santander Portugal e o Banco Santander de Negócios. Pelo facto de o Banco Totta e Açores ser o quarto maior grupo nacional (Anexo AD), em termos de activos, e o terceiro relativamente aos grupos privados com uma cota de mercado com cerca de 11%, permitiu tornar o BSCH no maior da Península Ibérica.

O Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (BBVA), o segundo maior banco espanhol, detém uma cota no mercado português que não ultrapassa o 1%, concentrando-se, fundamentalmente, no segmento de mercado médio e alto. O Banco Sabadell de Barcelona, participa num acordo de participação cruzada com o Banco Comercial Português, detém cerca de 3,1% deste último, que,

por sua vez, detém cerca de 3% do Sabadell, podendo cada um aumentar a sua participação até aos 20%.

Relativamente à participação portuguesa em Espanha, deveremos destacar a Caixa Geral de Depósitos, o maior banco nacional, ainda sob controlo estatal, que é a instituição bancária com maior investimento em Espanha. A sua intervenção naquele mercado iniciou-se em 1991, com a aquisição do Banco Extremadura, o Banco Luso-espanhol e, em 1995, o Banco Simeón. A presença da banca portuguesa em Espanha, alarga-se também, a grupos privados, destacando-se o Banco Espírito Santo que “se instalou com uma pequena rede de sucursais e adquiriu duas das casas espanholas de bolsa, a Benito y Monjardín e a GES Capital” (CHISLETT, 2004).

É um facto que no sector da banca os espanhóis se encontram em franca expansão, tendo abandonando definitivamente o mercado doméstico (ALVES, 2001, p.158). O alvo preferencial é o mercado português que, pela sua menor dimensão, não tem, no momento, argumentos financeiros que lhe permitam competir da mesma forma no mercado vizinho. A absorção das instituições bancárias portuguesas por grupos espanhóis, deverá constituir uma preocupação séria para os responsáveis governativos portugueses, dado que o desnível é tão expressivo, que poderá criar-se uma situação de dependência da banca portuguesa relativamente à espanhola.

2.3.4. O sector das telecomunicações

A Portugal Telecom (PT) e a Telefónica Móviles (TEM) são as duas empresas líderes do ramo das telecomunicações nos respectivos países. Ambas mantêm um acordo de participação cruzada ao abrigo do qual a empresa espanhola detém 8% da portuguesa e a PT cerca de 1% da TEM. Para além deste acordo, as empresas têm desenvolvido uma aliança estratégica para o Norte de Africa e América Latina. Neste último continente, designadamente no Brasil, estas empresas criaram a Vivo, a marca comercial da Brasilcel, que se tornou na maior operadora de telefones móveis, não só no Brasil, mas em toda a América Latina. Esta empresa conquistou uma cota de mercado que ronda os 56%, o que representa cerca de 23 milhões e meio de clientes.

O Brasil é o único país da América Latina onde opera a PT, no entanto, a TEM é líder de mercado na Argentina, Chile e Peru, ocupando o segundo lugar no México. Esta última empresa reforçou a sua participação noutros países da região, adquirindo em Maio de 2004, a Bellsouth, operação que lhe garantiu um adicional de 11,6 milhões de clientes, transformando-a no quarto maior operador de telefones móveis do mundo. Ambas as empresas investiram, em finais de 2004, cerca de 425 milhões de euros, de forma a aumentar a participação em mais quatro empresas brasileiras do sector: a Telesudeste, a Teleeste Celular, a CTR Celular e a Tele Centro

Celular. Em Marrocos, o outro local do globo onde a parceria estratégica das duas empresas desenvolve as suas actividades, adquiriram a operadora de telefones móveis GSM Medi Telecom, conhecida tradicionalmente por Méditel, conferindo-lhes uma cota de mercado de cerca de 43%.

Este é outro dos sectores pelo qual o Governo português tem manifestado uma particular atenção, apesar de não atingir níveis de conflitualidade comparáveis aos do sector dos recursos hídricos. O facto ficou demonstrado na recente polémica desencadeada entre as duas empresas e que teve como origem a limitação imposta à TEM em ultrapassar o limite de 10%³³ no capital da PT. O Estado português, accionista da PT, “não achou por bem que a Telefónica ultrapassasse o patamar dos 10%”³⁴, orientação transmitida ao conselho de accionistas que acolheu a decisão, evitando o confronto com o governo. A TEM reagiu com dureza à decisão, fazendo questão de manifestar o seu desacordo através de uma carta enviada ao conselho de accionistas, onde ameaçava “recorrer aos meios necessários para salvaguardar os seus direitos” (MARTINS, 2005a). O diferendo aparentemente encontra-se solucionado, e para isso deverá ter contribuído o acordo na escolha do CEO da Vivo, assim como do “*Chairman*”, agora ambos brasileiros.

³³ A aquisição do capital na PT teria por base o programa de compra de acções próprias da empresa. Contudo, os estatutos da PT determinam que nenhum accionista que exerça a mesma actividade que a operadora de telecomunicações pode ter na sua posse mais de 10% do capital, salvo se autorizado pela Assembleia-geral.

³⁴ Entrevista de Miguel Horta e Costa, CEO da PT, ao jornal Expresso, publicada em 21 de Maio de 2005.

3. A COABITAÇÃO INTERNACIONAL

O relacionamento entre Portugal e Espanha estava assente num modelo caracterizado pela desconfiança e afastamento mútuo, sentimentos justificados pelas posturas conflituais históricas que determinaram a necessidade de Portugal recorrer a uma aliança externa, diferenciada da desenvolvida pela Espanha, como suporte da identidade e independência nacionais. A adesão aos espaços comuns político, económico e de defesa, determinaram a implementação de um novo figurino de relacionamento.

A partir daquele momento, os países peninsulares deixaram de abraçar alianças opostas partilhando objectivos, meios e dificuldades para os atingir. O presente capítulo aborda a questão da coabitação de Portugal e da Espanha em espaços comuns, representados pela UE e Aliança Atlântica, assim como a ligação aos espaços regionais com os quais desenvolveram laços históricos seculares, e nos quais mantêm interesses partilhados.

3.1. A União Europeia, união política e económica

A integração na CEE representou, para as populações de ambos os países, a possibilidade de aspirarem às condições de vida existentes nos Estados mais evoluídos da Europa. O caminho europeu foi então assumido por uma unanimidade sem precedentes, nomeadamente na Espanha, onde todas as forças políticas subscreveram os desígnios da adesão. A inserção no projecto europeu permitiu, para além de alterações estruturais com o objectivo da convergência com a Europa mais desenvolvida, o incremento do relacionamento económico e comercial nunca antes atingido. Hoje em dia, o projecto de construção da UE envolve outros aspectos da vida dos Estados, prevendo-se a necessidade de se efectivarem cada vez mais transferências de poderes para as instituições europeias, que determinam o surgimento de outros interesses na relação de poderes entre os Estados-membros.

3.1.1. A integração e a participação no projecto de construção da UE

Após os processos de democratização dos dois Estados, impunha-se a Portugal, muito mais do que à Espanha, para além da questão do desenvolvimento económico, a necessidade de redefinir novas prioridades de relacionamento externo. Para os dois países, o processo de adesão e a consequente integração na CEE, significava, no plano interno, a “irreversibilidade do processo democrático” (SEABRA, 1995, p.7), assim como a modernização dos sistemas económico e social que seguiriam a orientação do modelo europeu ocidental. No plano externo abriam-se novas oportunidades, que punham fim ao isolamento internacional de ambos, e os aproximaria

dos “centros de decisão europeus” (SOUSA, 2005a, p.8), assim como incrementava a possibilidade de desenvolvimento de novas oportunidades de relacionamento bilateral.

O “duplo significado, interno e externo” (SEABRA, 1995, p.15) da integração europeia, encontra-se espelhado nos objectivos referidos pelo Ministro das Finanças do Governo de Portugal, à data do processo negocial, Ernâni Lopes, definidos para o médio e longo prazo: “um novo e outro o de sempre” (SOUSA, 2005a, p.5). O “novo”, referindo-se ao processo de desenvolvimento económico e social, o qual partia da premissa de que a economia portuguesa necessitaria de um estímulo exterior que a obrigasse a desencadear as mudanças estruturais necessárias. Para a consecução deste objectivo estavam delineados os “cenários das três linhas” (SOUSA, 2005a, p.4), que determinavam três possibilidades de colocação da linha de separação entre o centro e a periferia da economia mundial. O primeiro era o “cenário Pirinéus” que colocava a Península Ibérica na periferia subdesenvolvida; o segundo, o “cenário Vilar Formoso”, considerado desastroso para Portugal, que determinava uma Espanha integrada e Portugal na zona periférica; por último, o “cenário Gibraltar” que colocava a linha divisória em Gibraltar, inserindo os dois países peninsulares na Europa Comunitária. Com o “objectivo de sempre”, pretendia aludir à necessidade histórica de assegurar a individualidade e a sobrevivência de Portugal, neste novo quadro político-estratégico. Daí a afirmação de que a nossa relação com a Espanha tem de passar por Bruxelas.

Relativamente à opção estratégica de integração europeia espanhola, Portugal procurou individualizar o seu processo negocial. Por um lado, tentou apresentar o pedido de adesão antes da Espanha, e por outro, deixava claro a existência de duas realidades distintas. Era sua intenção evitar que fosse analisado o conjunto, dada a forte convicção portuguesa de que, havendo a hipótese de “um bloqueio ao alargamento ele seria suscitado por causa da Espanha” (PEREIRA, 2005, p.9), pelas questões agrícolas. Contudo, os europeus pretendiam uma adesão em simultâneo, mesmo que, como veio a ocorrer, Portugal visse o seu processo de adesão resolvido antes do Espanhol. Os alemães eram os principais defensores da tese de entrada simultânea, evitando-se deste modo, uma “humilhação desnecessária” (SOUSA, 2005b, p.11) ao país excluído. Por outro lado, para os europeus, era importante manter o equilíbrio político e económico na Península Ibérica, considerando que seria muito afectado no caso de se verificar a adesão de apenas um dos Estados.

Concretizada a adesão em simultâneo, a 1 de Janeiro de 1986, Portugal e a Espanha mantiveram posicionamentos estruturalmente divergentes. As opções espanholas, frequentemente associadas às francesas e alemãs, de reforço da supranacionalidade e aceitação

de uma Europa federal, de criação de um pilar europeu autónomo de defesa e de convicção da necessidade de implementação de uma maior coordenação e integração da política externa europeia, justificavam a oposição de Portugal, contrariando a necessidade de aprofundamento da integração política e sublinhando que as questões de segurança e defesa deveriam ser absorvidas pela OTAN.

Lançada a temática da União Económica e Monetária (UEM), e do aprofundamento da união política no início da década de 1990, a Espanha defenderia, nas Conferências Intergovernamentais respectivas, para além das posições já referidas, o reforço dos poderes do Parlamento Europeu e o princípio de votação por maioria qualificada na PESC. Por outro lado, apoia o projecto de criação da moeda única e a coesão económica e social, assuntos sobre os quais Portugal manifestava a sua total concordância. Contudo, prevaleciam as diferenças quando abordadas as restantes questões, nomeadamente quanto à votação por maioria qualificada na PESC, onde entendia que a cada Estado deveria corresponder um voto.

Na cimeira de *Maastrich* Portugal via concretizados os seus “objectivos centrais” (SEABRA, 1995, p.23), vendo consagrado no Tratado a coesão económica e a cidadania europeia. Tendo a Espanha como protagonista, os dois Estados desenvolvem, nesta fase, uma acção concertada para a consecução de objectivos comuns, como a aprovação do Fundo de Coesão e do Pacote *Delors II*. No entanto, no período que se seguiu à sua assinatura, a posição espanhola iria divergir novamente. Estabelecera como objectivo prioritário colocar-se junto dos quatro grandes países europeus³⁵, incentivando a diferenciação entre países grandes e pequenos, na expectativa de vir a reforçar os seus poderes, objectivo a que Portugal e outros se opuseram com sucesso.

O Tratado de *Nice*, tendo em vista os futuros alargamentos, introduziu algumas alterações ao funcionamento da UE, designadamente procedendo à reorganização das três instituições principais. No Conselho Europeu (Apêndice G), a principal instituição decisória da União, na qual o número de votos de que dispõe cada país é ponderado em função da dimensão relativa da sua população, a Espanha aspirava colocar-se a par dos “quatro grandes”. No entanto, apesar de ter visto crescer o número de votos, o resultado final não lhe permitiu cumprir o objectivo a que se propusera. Na Comissão Europeia as alterações centraram-se na atribuição de um comissário por Estado-membro, enquanto que no Parlamento Europeu (Apêndice H), à excepção da Alemanha, todos os países viram diminuídos a representação de deputados.

Mais uma vez se sublinha o desempenho diferenciado dos dois países, no processo de construção europeia. A Espanha manteve sempre um papel activo na edificação da Europa

³⁵ Alemanha, França, Grã-Bretanha e Itália.

política, favorável ao reforço da supranacionalidade, à federalização europeia e à criação de um pilar de defesa autónomo. Já Portugal manteve uma atitude cautelosa, procurando uma evolução política gradual, defendendo a manutenção da sua posição relativa nas instituições, negando-se a aceitar uma Europa a diferentes velocidades, e apoiando o pilar europeu da OTAN. No entanto, existiram períodos em que os dois assumiram posições conjuntas de forma a atingirem objectivos comuns. Foi o caso da coesão económica e social, da obtenção dos diversos fundos financeiros e da implementação da moeda única.

A actual crise vivida no seio da UE relativamente à validação do texto do Tratado Constitucional Europeu (TCE), documento já aprovado pela Espanha em referendo, poderá ser a confirmação da necessidade de manter algumas precauções sobre as ambições de aprofundamento político na UE. Contudo, os responsáveis portugueses têm mantido um discurso favorável à evolução preconizada e coincidente com a posição espanhola. Entendemos que ainda não estão verdadeiramente dimensionadas as repercussões do “não” francês e holandês na evolução da UE. Portugal mantém uma posição cautelosa, consciente de que novas negações ao texto do Tratado poderão ter consequências dramáticas para o processo de construção europeu.

3.1.2. *O relacionamento económico*

A adesão à CEE conferiu às relações económicas e comerciais entre os dois vizinhos peninsulares uma dinâmica nunca antes conseguida. Se até aqui o relacionamento se quedava no âmbito político e diplomático, era agora a vez da área económica conhecer um significativo impulso. Os reflexos económicos da integração europeia fizeram-se sentir tanto no incremento das trocas comerciais e no investimento bilateral, como no crescimento e amadurecimento das economias dos dois Estados.

Analisando o desenvolvimento económico, verifica-se uma significativa evolução, no sentido da aproximação às economias mais evoluídas da Europa. O rendimento per capita em Espanha passou de um valor de, aproximadamente, 74% da média europeia em 1985, para 88% em 2004, enquanto que, em Portugal, o mesmo índice passou, no mesmo período, de 56% para cerca de 68% (Anexo AE). Entre 1994 e 2004, a Espanha atingia um crescimento económico anual médio de 3% do PIB, enquanto que Portugal, no mesmo período, se ficava pelos 2,3% (CHISLETT, 2004).

O cenário macro económico nacional não se apresentou, nos últimos anos, muito favorável. Para tal, contribuiu o facto de não ter sido cumprido o Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC) em 2001, tendo-se atingido os 4,4% do PIB contra o equilibrado défice espanhol. Apesar

de, nos anos de 2002 e 2003, ter sido cumprido o limite de 3% imposto pela UE, com 2,7% e 2,8%, respectivamente, os mesmos foram conseguidos com recurso a receitas extraordinárias, designadamente a alienação de património. No corrente ano, tudo aponta para que o mesmo limite seja novamente ultrapassado. Contudo, o Governo português anunciou já que não iria recorrer a medidas extraordinárias para o controle do défice. Em contraponto, deveremos salientar o anúncio efectuado em 25 de Agosto último pelo Governo espanhol, no qual deu conta da eliminação do défice orçamental em 2006, “prevendo já um excedente orçamental de 0,2% do PIB”³⁶.

O investimento directo de Espanha em Portugal (Anexo AF), tem-se vindo a efectuar nos mais diversos sectores de actividade, nomeadamente no financeiro, construção civil, supermercados e grandes armazéns, serviços, combustíveis, turismo, etc. Estes valores alcançaram, entre 1993 e 2003, a média anual de 1.111 milhões de euros, enquanto que os investimentos directos médios anuais de Portugal em Espanha, referentes ao mesmo período, se ficaram pelos 362 milhões de euros. A aquisição de grandes empresas nacionais por empresas espanholas, permite a abertura aos mercados exteriores onde aquelas já se encontram fortemente implantadas, como é o caso do Brasil, China, e, também Angola e outros países africanos lusófonos.

No sector da construção, operam no mercado nacional as principais empresas espanholas como a Sacyr Vallehermoso, detentora da Somague, a Ferrovial, a Dragados ou a FCC, bem como outras de menor dimensão. Os principais investimentos nacionais nesta área, em território espanhol, são efectuados pela Cimpor, a grande cimenteira nacional. O sector dos combustíveis é também amplamente explorado por empresas espanholas. A Cepsa, a primeira empresa a instalar-se, hoje em dia conta com mais de 150 estações de serviço, permitindo-lhe controlar uma cota de mercado de aproximadamente 8%. A Repsol que depois de ter adquirido, em Julho de 2004, as 303 estações de serviço da Shell portuguesa, quadruplicou a sua cota de mercado passando de 5% para os 19%. Ainda assim, em Portugal, a Galp lidera com uma cota de mercado de 45%, atingindo os 5% de implantação no país vizinho.

Na área do vestuário a Espanha dispõe de importantes empresas competindo em Portugal. O grupo Inditex, o Cortefiel e o Corte Inglês são as maiores do sector. Relativamente ao primeiro são cerca de 200 lojas. Entre outras, destacam-se a Pull & Bear, Zara, Massimo Dutti e Stradivarius, que representam um quarto das lojas que este importante grupo detém fora da Espanha. O sector alimentar é também uma área chave onde os espanhóis apostam na expansão

³⁶ Expresso 27 de Agosto de 2005. 24 horas, Caderno Principal, p. 1.

internacional. São os nossos principais fornecedores de carne, peixe, produtos lácteos, frutas e verduras, salientando-se a forte implantação da Pescanova ou Panrico.

No âmbito do relacionamento bilateral entendemos destacar o que se verifica entre a região da Galiza e o Norte de Portugal. Estas são as regiões dos dois países que têm desenvolvido um relacionamento de maior proximidade (CHISLETT, 2004). Para tal, tem contribuído o facto de que, como comunidade autónoma, a Galiza dispõe de alguma liberdade para tratar determinadas questões directamente com o governo Português. Nesta dinâmica, os principais actores têm sido o sector privado Galego e o sector empresarial localizado na área metropolitana do Porto. Contudo, a balança tende mais uma vez, claramente para o lado Espanhol. Este relacionamento tem sido incentivado pela política regional da UE, que através da transferência de verbas de fundos específicos³⁷, a aplicar em regiões cujo PIB per capita é 75% da média europeia, desenvolve projectos para promover a cooperação transfronteiriça como é o caso do INTERREG (Apêndice I).

O actual nível de relacionamento comercial e económico tende a crescer, designadamente em sectores que poderão ser considerados estratégicos para ambos os países. A exemplo, o mercado ibérico de energia eléctrica e o idealizado projecto comum de gás natural ou ainda, o projecto comum de ligação ferroviária de alta velocidade, que possibilitará uma ligação rápida entre as mais importantes regiões portuguesas e espanholas. Enfim, o maior potencial económico do nosso vizinho peninsular tem permitido às suas empresas uma fácil expansão internacional, na qual o mercado português tem desempenhado, pela sua proximidade geográfica, um papel de iniciador. O “avanço espanhol”, a “armada espanhola” ou a “invasão espanhola” são designações empregues pelos OCS nacionais, para retratar a dinâmica económica imposta pela Espanha no mercado nacional.

3.1.3. A política externa e a segurança europeia

O actual enquadramento estratégico mundial, a par do alargamento progressivo do espaço europeu, levou a UE a considerar a possibilidade de desenvolvimento de uma PESC. Apesar do gradual desenvolvimento do processo político e do reforço da supranacionalidade, as questões de política externa e de segurança e defesa são assuntos sobre os quais os Estados-membros da UE mantêm um controlo independente. Neste caso, a Comissão Europeia e o Parlamento Europeu, desempenham ainda, um papel de pouca relevância, tendo em conta que as acções desenvolvidas neste âmbito, deverão ser decididas por concertação intergovernamental.

³⁷ FEDER.

Para conferir capacidade interventora no âmbito da segurança e defesa, o Conselho Europeu de Helsínquia, em 1999, delineou um *Headline Goal* que previa, até 2003, estar em condições de colocar no terreno, num prazo de 60 dias, uma Força militar com cerca de 60.000 efectivos, com apoio naval e aéreo, a qual designou de Força de Reacção Rápida. Para a coordenação da Força, a UE passava a contar³⁸ com o Comité Político e de Segurança, o Comité Militar da União Europeia e o Estado-Maior da União Europeia, colocados sob a autoridade do Conselho Europeu.

Com a elaboração do “documento *Solana*”, foram definidas “as cinco ameaças mais importantes” (CHARLES, 2005, p.70) à segurança europeia: o terrorismo, a proliferação de armas de destruição maciça, os conflitos regionais, os Estados falhados e o crime organizado. Em face desta tipologia de ameaças, foi constatada a necessidade de conferir maior flexibilidade e prontidão à Força Europeia, pelo que, por uma iniciativa franco-britânica, procedeu-se à revisão dos objectivos definidos pela *Headline Goal*, surgindo o actual conceito de *Battle Groups*. Trata-se de agrupamentos táticos formados por cerca de 1.500 efectivos, dotados de capacidade de projecção com possibilidades de sustentação entre 30 a 120 dias.

A Espanha espera poder operar duas destas unidades táticas até 2007, facto a que Portugal não deverá ficar indiferente. A participação nacional prevista, também para 2007, será a da constituição de um *Battle Group*, estando ainda por definir a contribuição, no segundo semestre daquele ano³⁹, para a formação de outra unidade semelhante. Atendendo à diferença de potencial económico e militar entre os dois países, entende-se que a participação nacional possa ser de menor dimensão. Contudo, Portugal não deverá esquecer que a UE vive uma fase de alargamento para mais dez países, a qual exige um processo de reorganização interna onde os Estados de menor dimensão procuram não perder o *statu quo* adquirido. Assim, é de relevante importância a participação nas iniciativas europeias, de forma a conseguir maior visibilidade e credibilidade, para que a voz portuguesa possa ser audível e não, associada apenas ao grupo dos destinatários de fundos.

A adesão dos países ibéricos à UE permitiu a envolvimento de novos destinos nos desígnios da política externa comunitária. É sabido que Portugal e Espanha desenvolveram ao longo dos anos relações privilegiadas com aqueles que foram os seus territórios de expansão. Sobre Portugal, referimo-nos à África lusófona e ao Brasil, relativamente ao vizinho Espanhol à América do Sul e a Marrocos. Por outro lado, a inserção mediterrânica de ambos, acentua as perspectivas de relacionamento entre a UE e os países do flanco sul do Mar Mediterrâneo que, por ser a fronteira

³⁸ A partir do Conselho Europeu de Nice em 2000.

³⁹ Presidência portuguesa da UE.

Sul da UE e, ao mesmo tempo, uma região instável em termos de segurança, é objecto de particular preocupação. O interesse estratégico da região mediterrânica ficou bem patente pela realização, em Novembro de 2005, da cimeira de Barcelona efectuada por iniciativa espanhola e italiana e que contou com o apoio de Portugal.

Os fluxos migratórios ilegais utilizam os países peninsulares como a porta de entrada num espaço que representa a esperança para uma vida melhor. A afinidade cultural é, para sul-americanos, africanos, e até de proveniência do Leste Europeu, a justificação para que se submetam ao risco de um regresso de “mãos vazias” e, em alguns casos, até a morte. A esta situação não ficou indiferente o crime organizado, que tem tirado partido da ilusão provocada pela possibilidade de entrada no espaço europeu. Esta questão tem suscitado um acréscimo de responsabilidade perante os restantes parceiros europeus, pelo que o controle dos fluxos migratórios representa um importante impulsionador do relacionamento bilateral.

3.2. A Aliança Atlântica

O período do pós-II Guerra Mundial em Portugal, foi dominado pela discussão da forma como o País se deveria integrar no sistema militar de defesa ocidental. A polémica⁴⁰ confrontava dois modelos, de um lado, aquele que foi idealizado pelo General Santos Costa e que se apoiava no conceito de “bastião ibérico”. Estava encontrada a forma de revitalizar o Pacto Peninsular definindo os Pirinéus como o ponto ideal para, em conjunto, Portugal e Espanha procederem à defesa da Península Ibérica de uma possível invasão Soviética. O segundo modelo, protagonizado pelo General Raul Esteves, contrariava a tese ibérica, referindo que por um lado, os Pirinéus não seriam um obstáculo inibidor dado que poderiam ser contornados, por outro, a defesa naquele sistema montanhoso, pela sua proximidade e localização já bem no extremo ocidental europeu, não interessava nem a Portugal nem à Europa.

Dando razão à orientação proposta pelo General Raul Esteves, é endereçado a Portugal o convite para integrar o bloco de países que participariam no sistema defensivo do Atlântico Norte. No entanto, o processo de integração de Portugal não seria afastado de uma acesa polémica. Embora nada tendo a ver com a redacção do texto do Tratado, não deixava de levantar determinadas questões⁴¹ (FERREIRA, 1989, p.59). Em primeiro lugar, encontrava-se a referência à Carta da ONU, OI a que o País não pertencia; em segundo, as referências ao modelo democrático parlamentar e, por último, a sua duração que se prolongava por vinte anos sendo,

⁴⁰ Assunto que José Medeiros Ferreira faz referência nas suas obras “Um Século de Problemas: As Relações Luso-Espanholas da União Ibérica à Comunidade Europeia” e “A Estratégia para a Adesão às Instituições Europeias”.

⁴¹ Em referência a uma alocução de Nuno Severiano Teixeira.

neste caso, as reservas portuguesas justificadas pelo período considerado demasiado alargado, podendo pôr em causa o estatuto de neutralidade mantido até à data.

Contudo, o factor de maior polémica reservava-se para a questão espanhola, novamente a questão espanhola! O vizinho peninsular permanecia sob um regime de isolamento, imposto pela comunidade internacional, que o impedia de se inserir no arranjo estratégico do pós-guerra. Apesar da importância estratégica atribuída a Portugal, e do lugar de destaque que consequentemente passaria a ocupar, o Presidente do Conselho mostrava fortes reservas à exclusão da Espanha. Em primeiro lugar, estava o facto do vazio geográfico e estratégico que a ausência espanhola originava, em segundo, a efectiva contribuição que aquele país poderia proporcionar e, por fim, porque a adesão portuguesa teria significados distintos nos casos da Espanha estar ou não incluída no grupo dos assinantes do Tratado.

Para o Governo Português, liderado por Oliveira Salazar, a Península Ibérica constituía uma “unidade geográfica e estratégica” (VICENTE, 2003, p.242) e não seria possível estabelecer um sistema defensivo eficaz sem a inclusão do vizinho de sempre. Por outro lado, considerava que uma alteração política, motivada por uma orientação soviética, teria reflexos directos em Portugal e na Europa Ocidental. Os motivos justificavam a forte acção diplomática desenvolvida pelo governo nacional, no sentido da Espanha ser incluída nos subscritores iniciais do Tratado.

Para os parceiros ocidentais, o afastamento da Espanha era motivado pelo regime político vigente e pela postura político-estratégica que o país desenvolveu, desde o período da guerra civil até ao conflito mundial que há pouco terminara. Sobre o tema, acrescenta António Telo, era uma forma dos aliados reduzirem o número de parceiros com quem dividir a ajuda militar americana, assim como de evitarem a tentação de defender a Europa nos Pirinéus, sacrificando países como a Alemanha, França ou Itália (TELO, 1999, p.78).

Franco fazia saber da disponibilidade da Espanha em participar dos acordos estabelecidos pelos países ocidentais, enquanto que o seu irmão, representante diplomático em Portugal, mostrava a sua preocupação na exclusão espanhola em face da participação portuguesa, considerando que seria criada uma situação de dependência que reforçava o isolamento internacional. Procurando evitar a entrada de Portugal, a Espanha alude à consequente desvalorização do Pacto Peninsular, afirmando que no seio do Tratado do Atlântico, não seria possível ao Estado português manter os compromissos bilaterais anteriormente assumidos. As conversações entre ambos, levaram a que o Pacto Peninsular fosse reafirmado e prorrogado por mais dez anos, recebendo a Espanha as garantias de que o novo enquadramento estratégico português, em nada influiria no cumprimento das cláusulas previstas no Acordo peninsular.

Portugal encontrava-se colocado numa situação de primazia assumindo a representatividade Ibérica no bloco ocidental. A importância geopolítica e geoestratégica do espaço português, particularmente a posição dos Açores, era reconhecida internacionalmente, bem como o estatuto de diferenciação relativamente ao vizinho ibérico. Desta forma, mantinha-se a vocação atlântica nacional, assim como se achava o substituto britânico para a aliança com a potência marítima. No entanto, a Espanha encontrava no relacionamento bilateral com os EUA a hipótese que lhe escapou no quadro multilateral. Ainda em 1949, assinava um acordo de concessão de crédito⁴² com os EUA que permitiu, em 1953, a assinatura do Convénio Sobre Ajuda para Mútua Defesa e o Convénio sobre Ajuda Económica.

A permanência de Portugal na Organização, permitiu cumprir alguns programas de reequipamento das Forças Armadas e, ainda, efectuar a actualização técnica e operacional dos seus quadros, colocando-os a par da doutrina seguida pelos países ocidentais. Contudo, a guerra no ultramar motivou um período de afastamento de Portugal das actividades desenvolvidas pela OTAN, que impedia o empenhamento do material cedido, no âmbito do Tratado, no esforço de guerra ultramarino. Apesar dos motivos que desencadearam o afastamento, nunca foi posta em causa a permanência portuguesa na OTAN, mantendo-se a cooperação, tanto no quadro multilateral como no quadro bilateral. O relacionamento prolongou-se pelo período de instabilidade, no decorrer do processo de alteração do regime, sendo o assunto da permanência no seio da Organização, uma questão de amplo consenso entre os principais partidos políticos nacionais.

A Espanha assinou, em Maio de 1982, o protocolo de adesão à OTAN. No entanto, o pedido espanhol tinha desencadeado movimentos de oposição por parte de socialistas e comunistas, originando um processo que não se revelava de conclusão fácil. O PSOE, ao assumir o poder, mudava de opinião, contudo fazia desencadear um processo de consulta popular que iria confirmar a opção de entrada na concertação estratégica ocidental. A adesão espanhola trazia uma situação nova às relações bilaterais. Os dois países encontravam-se agora, verdadeiramente integrados nas mesmas alianças, eram parceiros económicos numa comunidade com ambições de integração política, e pertenciam ao mesmo tratado político-militar. A situação era tão nova, que não deixa de ser salientada por Maria João Seabra da seguinte forma: “Com a entrada da Espanha na NATO, Portugal sentiu-se ameaçado pelas suas possíveis ambições geosestratégicas”. Era a tomada de consciência por parte de Portugal no sentido de pensar que a

⁴² Recorda-se que a Espanha se viu afastada do apoio concedido no âmbito do Plano *Marshall*.

nossa diferenciação estratégica poderia não permitir o peso suficientemente, deixando de constituir o garante de identidade.

Os receios, apesar de justificados, não encontraram correspondência na prática. O interesse geoestratégico no espaço nacional tem sido uma marca estruturante da presença nacional na Organização. Por outro lado, o Estado português tem sabido fazer valer os seus interesses. Foi o caso da integração de todo o território nacional sob o mesmo Comando OTAN e, ainda, a permanente presença em Portugal de um Comando Regional de significativa relevância como foram o IBERLANT, o SOUTHLANT e é, actualmente, o *JC Lisbon* (Anexo AG). Neste âmbito, no quadro do relacionamento bilateral com a Espanha, Portugal apoiou a localização de um Comando da OTAN no seu território (Anexo AH), o que se viria a verificar após a sua entrada na estrutura militar da Aliança.

A adesão espanhola colocou os dois países ibéricos numa situação de partilha e convivência no seio da mesma aliança político-militar, para a qual têm contribuído activamente em diversas missões sob a tutela da OTAN. A disponibilidade de forças é compatível com a realidade económica de cada um dos países, no entanto, ambos consideram necessário o empenhamento no sentido de tornar efectivo o conceito de “segurança partilhada e cooperativa” (ARRESTRE, 2005, p.7), para assim, também, colmatarem as respectivas vulnerabilidades estratégicas. Contudo, após uma análise efectuada aos documentos⁴³ que determinam as directivas estratégicas de defesa nacional, constata-se o facto de cada um atribuir um grau de prioridade diferente ao papel a desempenhar no seio da OTAN.

Para a Espanha é clara a prioridade Europeia, bem expressa no primeiro parágrafo do ponto 2. da DDN, a qual refere que “*En cuestiones de seguridad y defensa, Europa es nuestra área de interés prioritario; somos Europa y nuestra seguridad está indisolublemente unida a la del continente*”, ainda que “*España promoverá e impulsionará una autentica política europea de seguridad y defensa (...)*”. As referências à OTAN estão inseridas no âmbito do relacionamento transatlântico. Sobre o assunto diz, “*Esta prioridad es compatible con una relación transatlántica robusta y equilibrada, un elemento también esencial de la defensa europea (...)*”, “*En este sentido, España es un aliado firme e claramente comprometido com la Alianza Atlántica, y además mantiene una relación estrecha y consolidada com los Estados Unidos; una relación que debe estar articulada sobre la lealtad, el diálogo, la confianza y el respeto recíprocos*”. Fica pois clara a tradicional posição espanhola junto da UE, já referida no sub-capítulo anterior, dando clara preferência à criação de um pilar de defesa europeu autónomo.

⁴³ Espanha: *Directiva de Defensa Nacional* 1/2004; Portugal: *Conceito Estratégico de Defesa Nacional*.

Para Portugal a questão é encarada de forma oposta. O Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN), no seu ponto 7.2, define que “o sistema de segurança e defesa de Portugal tem como eixo estruturante a Aliança Atlântica (...)” e prossegue, salientando que “a NATO corresponde à melhor opção de Portugal no quadro de defesa do nosso espaço estratégico e da nossa valorização estratégica”. No que diz respeito ao vínculo transatlântico, o mesmo documento sublinha a necessidade de se manter o bom relacionamento entre a Europa e os EUA, expressando a posição nacional relativamente à opção pela “visão de complementaridade e articulação entre as políticas de defesa e segurança que se desenvolvem na NATO e na UE (...)”, em alusão ao reforço do pilar europeu da NATO. É clara a tendência atlântica portuguesa no âmbito da segurança e defesa, complementada com a opção pelo pilar europeu da OTAN, posição tradicionalmente assumida por Portugal no seio das instituições europeias.

Pese embora a diferença de colocação político-estratégica dos dois países peninsulares, foi no âmbito do relacionamento multilateral e da coabitação no seio das OI referidas neste trabalho, que Portugal e Espanha assumiram uma tomada de posição comum. Referimo-nos ao apoio prestado aos EUA por altura da realização da Cimeira dos Açores e que motivou a acção militar no Iraque. Enquanto Portugal manteve o seu alinhamento tradicional, a Espanha toma uma posição que a afasta do quadro habitual das suas alianças, isto é, junto do eixo Franco-Alemão. O assunto poderá não ser alheio à orientação política do governo espanhol dado que, após as eleições, *José Luís Zapatero*, apesar de não retirar o apoio político aos EUA, faz regressar o efectivo militar espanhol presente no Iraque. Fica desta forma expressa a possibilidade de, apesar de ambos os países pertencerem ao mesmo quadro de alianças, poderem assumir diferentes orientações político-estratégicas.

O facto de serem assumidas posições distintas relativamente ao papel a desempenhar pelas duas organizações na segurança e defesa europeia, é numa perspectiva de complementaridade e de colaboração que estas têm desempenhado as suas acções. Neste âmbito, foram assinados vários acordos de cooperação que contribuíram por um lado para o reforço da Identidade Europeia de Segurança e Defesa, por outro, para evitar duplicações de recursos. Neste quadro de complementaridade deverá ser salientada a preocupação comum sobre os espaços regionais, dos quais se destaca a questão da região Sul do Mediterrâneo, com particular interesse para Portugal e Espanha.

3.3. Os espaços regionais

Para além dos interesses de Portugal e da Espanha se encontrarem bem expressos nos espaços de coabitação já referidos, outros existem que consideramos de significativa relevância: os relacionados com a respectiva identidade histórica, formada ao longo dos séculos e que deixaram linhas de contacto insolúveis pelo tempo. Neste âmbito, abordámos a presença de cada um dos Estados nos espaços regionais preferenciais, no caso português a CPLP, relativamente à Espanha, a Comunidade de Nações Ibero-Americanas, que Portugal também integra, e ainda, a área Sul do Mediterrâneo, de significativa importância também para a UE e a OTAN.

3.3.1. A Comunidade de Países de Língua Portuguesa

A CPLP deu os seus primeiros passos quando, em Novembro de 1989, o Presidente brasileiro José Sarney tomou a iniciativa de realizar uma cimeira entre os sete países de língua oficial portuguesa⁴⁴. No evento, onde participaram os respectivos Chefes de Estado, ficou decidida a criação do Instituto Internacional de Língua Portuguesa com o objectivo de difundir o idioma que irmanava os Estados participantes. Seguiram-se diversas iniciativas de âmbito ministerial, as quais deram origem à realização, em 17 de Julho de 1996, da cimeira final de criação da CPLP, que hoje conta com a participação de Timor-Leste⁴⁵.

A organização representa cerca de 220 milhões de pessoas e encontra-se inserida num espaço geográfico multicontinental e descontínuo, onde as eventuais desvantagens que daqui decorrem são ultrapassadas pela partilha de vários séculos de história, que culminaram numa identidade cultural própria, alicerçada pelo emprego da mesma língua oficial. A comunhão de identidade permitiu, também, uma comunhão de interesses que motivaram a definição dos objectivos gerais⁴⁶ da Comunidade, centrados na concertação político-diplomática entre os seus Estados-membros, na cooperação nos diversos domínios da governação, assim como na promoção e difusão da língua portuguesa.

As acções até agora desenvolvidas por Portugal têm-lhe permitido assumir um papel determinante no desenhar do futuro das nações lusófonas africanas, como foi o caso da participação nos vários processos de paz que o transformaram num actor determinante. Os diversos projectos de cooperação já desenvolvidos têm contribuído, também, para que o País possa vir a ocupar o lugar de principal dinamizador da CPLP e, assim, minimizar as desvantagens decorrentes da menor capacidade económica relativamente ao Brasil.

⁴⁴ Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique, Portugal, Guiné e São Tomé e Príncipe.

⁴⁵ Timor-Leste concretizou a sua adesão em 20 de Maio de 2002, depois de concluído o processo de reconquista da sua independência.

⁴⁶ <http://www.cplp.org/>

Este é o espaço preferencial de actuação externa de Portugal, fora do quadro da UE e da OTAN. O facto de ser o único País europeu a pertencer a esta Comunidade de Estados, confere-lhe a oportunidade de poder vir a ocupar a posição de pólo mediador, tendo em vista a cooperação multilateral pretendida pela UE. Desta forma, ter acesso aos recursos naturais e matérias-primas de África e Brasil, bem como às Organizações de cariz económico a que cada um dos países pertence.

3.3.2. *O Mediterrâneo e o Magreb*

O relacionamento com os países da região Sul do Mediterrâneo tem sido de particular preocupação para a UE e a OTAN. Para além da instabilidade política e de segurança que caracteriza alguns dos Estados, é uma zona economicamente carenciada, de parco desenvolvimento social, e onde o factor extremismo religioso se faz sentir com elevada intensidade. É, pois, uma região particularmente sensível e potencialmente geradora de situações de crise, o que lhe confere uma relevância estratégica, que tem justificado o desenvolvimento de programas especiais com o objectivo de promover a segurança, o desenvolvimento económico e a estabilidade política.

Apesar de Portugal e Espanha partilharem, de uma forma geral, da sensibilidade europeia sobre esta zona do Globo, é sobre o Magreb que concentram as suas principais atenções. As preocupações de ambos os países manifestam-se de forma coincidente com as referidas no parágrafo anterior que, em caso de agravamento, poderão motivar a degradação social e a provável expansão dos reflexos da crise ao Sul da Europa, com especial incidência na Península Ibérica. O aumento dos fluxos migratórios em busca de segurança e prosperidade, transformam os países da península, especialmente a Espanha, na porta de entrada para o espaço europeu.

Às preocupações já referidas deverá adicionar-se a questão da segurança do gasoduto euro-magrebino. Esta infra-estrutura tem a finalidade de proceder ao abastecimento da Península Ibérica de gás natural tornando-se, por isso, de capital importância para os dois Estados. As necessidades de garantir um abastecimento energético seguro representam outro dos factores que colocam o relacionamento bilateral e multilateral com os países do Magreb, num patamar que transcende as questões de identidade histórica e cultural, colocando-as num patamar de âmbito político-estratégica.

Enquanto que as acções de cariz bilateral são enquadradas no âmbito das cimeiras que Portugal e Espanha, individualmente, desenvolvem, é no campo multilateral que têm sido edificadas as iniciativas de maior impacto. No âmbito da OTAN, o “Diálogo para o

Mediterrâneo” onde Portugal, Espanha, Itália, Grécia e, por vezes, com o apoio dos EUA, desenvolvem iniciativas com vista ao incremento das condições de estabilidade e de segurança regional. No âmbito da UE, deveremos salientar aquele que ficou conhecido pelo “Processo de Barcelona”. Esta iniciativa, desenvolvida no decurso da presidência espanhola, decorreu em Novembro de 1995 e contou com a participação dos quinze da UE e de doze PTM⁴⁷. A negociação incidu em três áreas distintas: a “cooperação política e de segurança, a cooperação económica e a cooperação social, cultural e humana” (CRAVINHO et al, 1996, p.162) definindo objectivos que se estendem até ao ano de 2010.

Portugal e Espanha têm na região mediterrânica, fundamentalmente sobre o Magreb, um elevado número de interesses comuns que se estendem às OI onde se encontram inseridos. Pela proximidade geográfica, identidade histórica e cultural, os dois países poderão continuar a desempenhar um papel determinante no desenvolvimento destas iniciativas de cooperação. Em face da maior visibilidade e empenhamento espanhol, do qual não é alheia a questão colonial e a actual posse das Praças de Ceuta e *Melilla*, Portugal tem sabido impor a sua presença nos diferentes fora de negociação, podendo inclusive tirar partido das relações de críspação entre Espanha e Marrocos, que por vezes a questão territorial provoca.

3.3.3. A Ibero-América

Por definição, a Comunidade de Nações Ibero-Americanas engloba todos os Estados soberanos da América e da Europa, cuja língua oficial é o português e o espanhol. Assim, apesar de nos referirmos a dois grandes continentes, a questão limita-se ao espaço regional que sofreu a influência colonizadora de Portugal e Espanha, isto é, o Brasil e as Américas Central e do Sul. Não obstante os dois Estados ibéricos terem marcado profundamente a evolução histórica da região, sendo um espaço onde maioritariamente se fala a língua espanhola, facilmente se poderá concluir que o protagonismo é, mais uma vez da Espanha, resumindo-se a maior capacidade de intervenção portuguesa no Brasil.

Com a adesão de Portugal e Espanha à CEE, esta organização adquiriu novas e poderosas capacidades de negociação, cooperação e intervenção numa zona do Globo com a qual, até aí, mantinha apenas relações bilaterais de carácter eminentemente comercial, sem qualquer carácter de prioridade. As similitudes históricas, culturais e linguísticas fazem dos dois países os interlocutores privilegiados da UE, numa região particularmente rica em matérias-primas e

⁴⁷ Argélia, Chipre, Egipto, Israel, Jordânia, Líbano, Malta, Marrocos, Síria, Tunísia, Turquia e a Autoridade Palestiniana. A Líbia foi o único País da região que não foi convidado.

recursos naturais, onde se encontram constituídas várias Organizações Internacionais⁴⁸ do tipo económico e comercial com as quais a UE poderá relacionar-se.

As Cimeiras Ibero-Americanas, realizadas anualmente, são o fórum privilegiado para o relacionamento entre os vinte e um membros desta Comunidade de Nações. Nelas são debatidos problemas comuns, assim como questões prementes do âmbito internacional, dado que contam com as representações efectuadas ao nível dos Chefes de Estado e de Governo dos Estados-membros, sendo de salientar que este é o único fórum internacional, no qual o Rei de Espanha marca presença regular. Poderão também assistir relevantes figuras da cena internacional ocupando o lugar de convidados.

A prioridade concedida pela política externa espanhola ao relacionamento com os países da América Latina tem sido uma particularidade que é comum aos diversos governos (MALAMUD, 2005). Estes, têm encarado a região de uma forma global, não deixando contudo, de considerar necessário estabelecer associações estratégicas bilaterais com os países de maior dimensão, ou com aqueles que demonstram possuir maiores capacidades de liderança no contexto regional (MALAMUD, 2005).

⁴⁸ Entre outras a ALCA, Grupo Andino e Mercosul.

4. PORTUGAL E AS OPÇÕES POLÍTICO-ESTRATÉGICAS DA ESPANHA: SÍNTESE CONCLUSIVA E RECOMENDAÇÕES

No presente capítulo pretendemos efectuar a validação, ou não, das hipóteses estabelecidas para o desenvolvimento do trabalho. Para isso vamos avaliar inicialmente, no âmbito exclusivamente peninsular, as consequências da tomada de algumas decisões em áreas consideradas determinantes, que poderão desencadear situações de dependência relativamente à Espanha. Seguidamente, passaremos em revista as opções de política externa, onde poderemos determinar as grandes linhas de orientação estratégica de cada um dos países, após o que iremos confrontar os dois modelos de relacionamento estabelecidos. O capítulo irá terminar com algumas recomendações relativas à postura internacional de Portugal.

4.1. A dinâmica de expansão e os prováveis factores de dependência

Uma das constatações de maior evidência extraída do ingresso de Portugal e da Espanha na UE, é, sem dúvida, o assentado desenvolvimento da interacção económica. Se até então o relacionamento bilateral apenas se remetia ao âmbito político, a partir daquele instante desenvolveram-se novas perspectivas nas quais o sector económico assumiu um lugar de relevo. As trocas comerciais foram incrementadas, sucediam-se os investimentos e cada território constituía um mercado apetecível para as empresas do país vizinho.

Com o decorrer dos anos, a dimensão económica de cada um dos Estados deixava expresso qual o lado para onde haveria de pender a balança da hegemonia peninsular. O nosso vizinho histórico é “significativamente mais poderoso que Portugal, com uma população que é hoje quase quatro vezes maior e uma economia que multiplica a portuguesa por cinco” (TELO, 2005, p.198). O potencial espanhol encontra-se, também, reflectido nos resultados do exercício económico do seu governo, que já anunciou a anulação do tão propalado défice público, tendo mesmo previsto, para 2006, a existência de um excedente orçamental de 0,2% do PIB. Pelo contrário, a realidade de Portugal apenas permite estabelecer, até ao final do corrente ano, o limitado objectivo de redução daquele indicador para os 4,8% do PIB.

A dinâmica económica e comercial incutida pela Espanha, transformou-nos no primeiro patamar de internacionalização das suas empresas. Na actualidade, encontram-se implantadas no nosso país cerca de 3000 empresas espanholas, dos mais diversos ramos de actividade, enquanto que, no sentido inverso, o número não ultrapassa as 300 (CHISLETT, 2005). Sobre o assunto muito se tem escrito e falado, tendo mesmo sido associado a já mencionada expressão de

“invasão espanhola”, à ideia de que a Espanha está a conseguir pela via económica, o que não lhe foi permitido pela via das armas (SEABRA, 1995, p.25).

A questão energética deverá ocupar uma posição de destaque junto das principais preocupações do governo de Portugal. Em primeiro lugar, porque a dimensão do mercado energético espanhol é significativamente superior ao português. A Oferta Pública de Aquisição efectuada pela *Gas Natural* sobre a *Endesa*, deverá dar origem ao quarto maior operador europeu de energia (SANTOS, 2005, p.2); este facto, permite visualizar a desproporção actual dos mercados com previsíveis reflexos no futuro do MIBEL. Em segundo lugar, pela maior dependência que Portugal apresenta relativamente ao Petróleo, ficando por isso mais exposto às consequências derivadas da política crescente de preços praticada pelos países produtores. Em contraposição, a Espanha dispõe de uma maior diversidade de opções, das quais importa destacar a possibilidade de recurso à energia nuclear. Por último, a questão da inserção geográfica do território português na Península Ibérica, a qual impõe algumas desvantagens, nomeadamente pela necessidade de fazer passar pelo território espanhol a energia resultante da importação.

O mercado bancário espanhol apresenta uma dimensão “quatro vezes maior do que o português quando medido por activos nos balanços das instituições” (ALVES, 2001, p.152). Este facto, permitiu atingir o objectivo da internacionalização dos grupos económicos do sector, tirando partido da proximidade geográfica e dos menores argumentos financeiros dos grupos nacionais. A aquisição de participações nos bancos portugueses tem decorrido a um ritmo acentuado, tornando-se numa das mais importantes áreas de investimento espanhol no nosso país. De forma a exemplificar o diferencial existente poderemos referir que, seis anos de lucros do BSCH ou do BBVA eram suficientes, em 2000, para adquirir o BCP (ALVES, 2001, p.161).

O sector das telecomunicações é outra das áreas estruturantes da economia onde as empresas portuguesas apresentam uma dimensão substancialmente reduzida, quando comparadas com as suas concorrentes espanholas. Relativamente às principais empresas de cada um dos países, considerámos importante salientar os diferentes níveis de ambição. Enquanto que a espanhola TEM pretende manter uma posição entre as cinco maiores empresas mundiais, a PT deverá limitar-se aos mercados de língua oficial portuguesa, onde se inclui o Brasil, ou a mercados próximos como o de Marrocos, contando para o efeito com a colaboração da sua congénere espanhola. A tendência expansionista da TEM permitiu-lhe atingir a terceira posição mundial, no que toca ao conjunto das redes de comunicações fixa e móvel, com cerca de 140 milhões de clientes (MARTINS, 2005c, p.10).

Os recursos hídricos comuns apresentam-se como um dos factores que revelam uma evidente dependência portuguesa do vizinho peninsular. A realidade geográfica é soberana e determinou que os cinco principais rios portugueses tenham origem em Espanha. A sua importância vê-se incrementada quando associados a factores como a produção de energia eléctrica, agricultura, pesca, abastecimento de água para consumo ou a qualidade ambiental. Se dúvidas houvessem quanto à sensibilidade desta questão, recordemos o PHNE inicial, o qual previa a possibilidade de execução de transvazes dos rios internacionais, cujas bacias hidrográficas eram consideradas excedentárias para áreas onde a avaliação determinasse a existência de um défice hídrico. De referir que as qualificações de “bacias excedentárias” e “áreas de défice hídrico”, resultavam exclusivamente da avaliação espanhola. Após forte pressão do governo português, a solução foi reconsiderada e abandonada, prevendo o actual PHNE apenas a realização de transvazes em rios exclusivamente espanhóis.

Ficam identificadas algumas das áreas do relacionamento bilateral, onde os interesses de Portugal e Espanha poderão colidir e desencadear situações de conflitualidade. A questão agrava-se quando estes mesmos aspectos demonstram a existência de indícios de dependência económica em áreas, que por serem consideradas transversais (ALVES, 2001, p.152), têm impacto directo em todas as actividades económicas. Pretende-se assim demonstrar, que no âmbito exclusivamente bilateral, as posturas político-estratégicas da Espanha têm reflexos em Portugal. A situação exige do governo uma atitude de vigilância, perspicácia, proactividade, ambição e mobilização de toda a sociedade portuguesa, para que se enquadre na dinâmica de competitividade própria de um já velho Estado da UE, de forma a converter prováveis situações desvantajosas em oportunidades.

4.2. Os Estados e as opções de política externa

Ao abordar a questão das opções ou prioridades da política externa de cada um dos Estados peninsulares, achamos por bem recordar, que muito recentemente, ambos viram alterada a orientação política do partido a quem competia formar governo. Na Espanha, ainda no decorrer do primeiro quadrimestre de 2004, o PSOE rendeu na governação o PP, enquanto que em Portugal, foi também o Partido Socialista (PS) que em Fevereiro de 2005, substituiu o Partido Social Democrata (PSD) na responsabilidade de liderar os destinos do País.

Na Espanha, o PP governava desde 1996 com *José María Aznar* na Presidência do Governo. Intitulando-se um reformador de centro direita (AZNAR, 2005, p.197), definiu como principal ambição enquanto líder do governo espanhol, a colocação do País entre as democracias mais

importantes (AZNAR, 2005, p.270) da Europa e do Mundo. Estava convicto de que a Espanha poderia vir a desempenhar um papel de protagonista na cena internacional, desígnio de que considera ter-se mantido alheada no decurso de toda a história do século XX. Esta última referência não é propriamente dirigida ao facto de não terem sido atingidas as metas propostas, mas sim por terem sido alcançadas tardiamente, e por isso de uma forma que considerou menos brilhante.

Da identidade da Nação espanhola salientava a sua vertente atlântica, questionando-se com a seguinte expressão: *“Como se puede llegar a concebir una España sin la dimensión atlántica? Uno de los defectos de la política española a lo largo del siglo XX ha sido justamente estar ausentes en los capítulos más importantes de definición de la política atlántica”* (AZNAR, 2005, p.267). A orientação marítima ocidental era uma característica vincadamente expressa nas definições político-estratégicas do seu governo. A relação transatlântica assentava fundamentalmente na proximidade aos EUA com quem aparentava ter um relacionamento de cumplicidade, fundamentado primeiramente, no apoio concedido à Espanha no caso *Perejil*⁴⁹, onde a mediação com Marrocos “foi feita pelos EUA e não pela UE” (ABU-TARBUSH, 2004, p.26), em segundo lugar, na presença na Cimeira dos Açores, que antecedeu a invasão militar do Iraque.

A OTAN desempenhou também, um papel importante na relação de proximidade transatlântica, constituindo-se num pilar fundamental sem o qual pensava ser impossível encarar com tranquilidade, as questões da segurança europeia. *“Es que la OTAN es el instrumento básico fundamental que garantiza las relaciones de Estados Unidos com Europa. Hay que aumentar las capacidades de Defensa de Europa y de los países europeos. Hay que ser capaces de asumir más competencias y un papel más relevante. Debemos ir más allá del simple compromiso de intervención humanitaria y comprender que los países europeos tenemos intereses comunes estratégicos y de seguridad”* (AZNAR, 2004, p.177). Mantinha a ideia de que o relacionamento transatlântico deveria colocar-se num patamar de complementaridade e cooperação, evitando as posturas de conflitualidade.

Para este Chefe de Governo, uma Espanha atlântica não era incompatível com uma Espanha europeia, assim como a Europa era indissociável desta mesma orientação atlântica (AZNAR, 2004, p.195). O papel interventivo da Espanha no processo de construção europeu, não foi esquecido. Recordar-se o esforço que desenvolveu no decurso das negociações para a conclusão do Tratado de *Nice*, no sentido de dotar o país de maior peso no seio das instituições europeias.

⁴⁹ No Verão de 2002, forças militares marroquinas ocuparam o ilhéu de *Perejil* de soberania espanhola.

A equiparação da Espanha aos maiores países europeus era um objectivo prioritário, claramente dentro do espírito definido para a sua governação e postura internacional.

Ao mesmo tempo, em Portugal, o governo era liderado pelo socialista António Guterres, que assumia um relacionamento cordial com o seu homólogo espanhol. As divergências situavam-se ao nível dos assuntos relativos à construção europeia, sobre os quais a Espanha apresentava uma concepção diferente. No entanto, sempre que possível, designadamente quando as questões não determinavam posições opostas, procuravam apoiar-se mutuamente (AZNAR, 2005, p.193). António Guterres abdicou da governação em 2002, motivando a realização de um processo eleitoral que levou José Manuel Durão Barroso, Presidente do PSD, a assumir o cargo de Primeiro-Ministro. O facto de Durão Barroso pertencer à mesma família política de *Aznar*, foi determinante para o bom entendimento que era evidente.

O posicionamento comum relativamente à opção por um alinhamento atlântico, é o corolário de um período de fácil relacionamento bilateral. A Cimeira dos Açores e o apoio conferido aos EUA na acção militar sobre o Iraque, é o momento mais expressivo do que acabamos de referir. Em plena divisão europeia, Portugal e Espanha encontravam-se lado a lado, o que no período em análise, era uma situação inédita. No entanto, consideramos importante salientar que, enquanto Portugal mantinha o seu tradicional alinhamento, a Espanha assumia uma posição conjuntural, à qual o facto de ter sido eleita Membro Não Permanente do Conselho de Segurança da ONU, poderá não ter sido indiferente.

Consideramos ser este o momento oportuno para abordar a primeira das questões derivadas: Qual o impacto de uma orientação predominantemente atlântica, da política externa da Espanha nas opções estratégicas nacionais? Ao assumir uma orientação predominantemente atlântica, a Espanha entra naquela que foi, durante largos anos, a marca estrutural das nossas opções estratégicas. Embora a questão da independência não seja, hoje em dia, uma consequência equacionável, já no que diz respeito à identidade nacional, o mesmo não poderá ser afirmado. Neste contexto, mantendo Portugal uma atitude voluntariamente passiva, na partilha com a Espanha da mesma orientação estratégica, o risco de uma situação de sub-representatividade relativamente ao vizinho ibérico, assume um carácter real. Neste sentido, também a consequente desvalorização estratégica do espaço nacional é outro dos riscos a ponderar.

Que postura deverá Portugal desenvolver? Justificará esta situação, a procura de uma orientação diametralmente oposta à da Espanha, na tradicional busca da diferenciação peninsular? Por outras palavras, deverá Portugal reforçar a sua opção europeia, em detrimento da orientação atlântica? Em nossa opinião, o quadro actual não permite uma abordagem tão linear.

É um facto que o Governo português deva explorar as oportunidades surgidas, em consequência da alteração das prioridades do relacionamento externo da Espanha. No entanto, não nos parece que o abandono da orientação atlântica seja a opção correcta para Portugal. De uma sub-representatividade provável, passaríamos a uma sub-representatividade efectiva, assumindo a Espanha o espaço estratégico por nós deixado vago. Pelos factos apresentados, poderemos agora confirmar a hipótese, na qual se afirma que: “Uma orientação predominantemente atlântica da política externa espanhola, condiciona a política externa portuguesa”.

A chegada ao poder de um novo governo liderado por *José Luís Rodríguez Zapatero*, determinou uma alteração da orientação político-estratégica espanhola. As linhas de mudança assentaram em dois aspectos fundamentais: por um lado, a dimensão europeia da sua política externa, e por outro, a prioridade conferida à relação transatlântica. Com a primeira, pretendeu reposicionar a Espanha junto à França e à Alemanha, assumindo a prioridade de relacionamento com a Europa continental, retomando a orientação tradicional. A segunda, referia-se à consequência do inevitável afastamento do principal parceiro transatlântico, que se iria reflectir na retirada das tropas espanholas do Iraque.

Considerando que, “*lo que es bueno para Europa es bueno para España*”⁵⁰, *Zapatero* conferia à Espanha um alinhamento prioritário para o interior europeu, no qual procurou o restabelecimento do consenso, perdido com o caso Iraque. Os reflexos da viragem foram recebidos com agrado por parte dos presidentes da França e da Alemanha, que no decurso da quase imediata deslocação de *Zapatero* a estes países, *Chirac* manifestava a intenção de levar em frente a criação do eixo Berlim-Paris-Madrid (ARENAL, p.117), assim como a integração da Espanha no núcleo duro da Europa. A participação do Presidente do Governo espanhol na campanha eleitoral francesa, relativa ao acto referendário do TCE junto a *Chirac* e aos demais partidários do “Sim”, é suficientemente elucidativa da alteração de prioridade do alinhamento espanhol. Sobre o assunto, é de salientar o facto de ter sido o vizinho peninsular o primeiro país a referendar o texto do Tratado, o qual recebeu a aprovação por uma margem significativa de cidadãos espanhóis.

O relacionamento com os EUA, apesar da primazia ser atribuída à opção europeia, será mantido como um pilar que entende ser essencial para as relações externas, considerando possível que as duas orientações podem coabitar, sem que daí advenha qualquer constrangimento. Contudo, a retirada das forças militares espanholas do Iraque, originou um

⁵⁰ Discurso de *José Luís Rodríguez Zapatero* na sessão de tomada de posse como Presidente do Governo.

refrear do relacionamento bilateral. A questão foi reparada após a intensa actividade diplomática desenvolvida pelos ministros da Defesa e dos Assuntos Exteriores, *José Bono* e *Miguel Angel Moratinos*, respectivamente, junto de *Donald Rumsfeld* e *Condoleza Rice*. No encontro, o governo espanhol apresentou propostas concretas (RIBEIRO, 2005, p.4) para o apoio à instrução dos militares das forças armadas e policiais iraquianas, assim como para um maior envolvimento militar no Afeganistão.

E Portugal? Portugal acompanhou a Espanha na mais recente viragem política ao socialismo. Após a saída de José Manuel Durão Barroso, para ocupar a presidência da Comissão Europeia, e a breve passagem pelo governo de Pedro Santana Lopes, as eleições legislativas antecipadas, realizadas em Fevereiro de 2005, determinaram uma nova alteração da orientação política portuguesa. O desenrolar dos acontecimentos, voltava a colocar ao leme dos destinos de ambos os países ibéricos, dois governos da mesma família política. Apesar da alteração, os reflexos na condução da política externa, não são significativos. Relativamente à questão europeia, é colocado grande ênfase na participação de Portugal no processo de construção, nomeadamente no desenvolvimento do “espaço europeu de liberdade, segurança e justiça”⁵¹, no alargamento a Leste, na legitimação do TCE e no esforço pela normalização do diálogo euro-atlântico. A par destas questões, surgem algumas preocupações que parecem merecer uma atenção especial. É o caso da negociação das perspectivas financeiras para o período 2007-2013, a “concretização da Estratégia de Lisboa”, o processo de decisão europeia e o processo de internacionalização da economia.

A prioridade europeia consubstanciada na aproximação à França e à Alemanha, que passou a constar da acção de política externa do actual governo espanhol, não encontra correspondência na postura externa portuguesa. Apesar do empenhamento na edificação do projecto europeu, o factor de identidade atlântica, mantém-se presente e encontra-se reflectido nas abordagens às questões de segurança e defesa. O assunto merece uma alusão clara no programa de governo, quando, depois das referências efectuadas aos diversos elos de ligação no contexto multilateral, salienta, no plano bilateral, “as relações com os seus aliados tradicionais”⁵², das quais destaca, “em primeiro lugar”, os EUA, com quem Portugal mantém um “Acordo de Cooperação e Defesa”, seguindo-se “os parceiros europeus da NATO e da UE (...)”.

O vínculo transatlântico no contexto europeu é também realçado, sendo considerado um “instrumento fundamental de partilha de responsabilidades na preservação de conflitos e no reforço da segurança colectiva (designadamente no quadro da Aliança Atlântica) e de partilha de

⁵¹ Programa do XVII Governo Constitucional, p. 152.

⁵² Programa do XVII Governo Constitucional, p. 160.

objectivos na solução dos grandes problemas da agenda mundial”. Contudo, é no CEDN onde se encontra bem expressa a prioridade conferida à participação da OTAN na segurança do espaço geográfico português, assim como numa óptica de complementaridade na segurança europeia.

A segunda questão derivada coloca a seguinte interrogação: Qual o impacto de uma orientação estratégica predominantemente europeia, da política externa espanhola? A solução enquadra-se nos argumentos apresentados na resposta à primeira questão. O risco de sub-representatividade no quadro do relacionamento europeu é, de novo uma realidade, agravada pelo peso desproporcional que a Espanha tem relativamente a Portugal, no seio das instituições da UE. Actualmente, o nosso vizinho ibérico assumiu uma orientação externa claramente de pendor europeu, aliando-se à França e à Alemanha, na tentativa de igualar a força que estes grandes países detêm nas instituições da UE.

Os riscos de criação do proclamado eixo Berlim-Paris-Madrid reacendem os receios associados ao surgimento de um directório europeu. Desta forma, a Espanha vê facilitada a possibilidade de poder impor os seus interesses, através de uma, cada vez mais usual votação por maioria qualificada, assumindo a representatividade peninsular e subalternizando Portugal, a quem já considera parte integrante do seu mercado económico.

Cada alargamento vai transformando Portugal num dos mais antigos membros da UE, no entanto, enquadra-se no grupo de países de limitados recursos, cada vez mais empurrado para a periferia da Europa. Neste sentido, o fortalecimento do relacionamento transatlântico e o reforço da importância da OTAN, no quadro da defesa europeia, seria a forma de reatribuir ao País a centralidade estratégica, cada vez mais difícil de manter. É pois de validar a hipótese na qual se afirma que “uma orientação predominantemente europeia da política externa espanhola, condiciona a política externa portuguesa”.

4.3. A confrontação dos modelos de relacionamento

O relacionamento com a Espanha foi enquadrado em dois modelos distintos. Inicialmente, o modelo tradicional, que sustentou as relações peninsulares durante a maior parte do século XX, assentava na necessidade de diferenciação estratégica, como suporte de identidade e independência de Portugal. O segundo, é caracterizado pela partilha dos mesmos espaços político, económico e de segurança, determinando uma nova forma de encarar as relações entre os dois Estados peninsulares. De uma postura de divergência haveria que passar a assumir uma de partilha.

4.3.1. O modelo tradicional de relacionamento

No início do século XX, a Espanha assumia um alinhamento político-estratégico num espaço tradicionalmente ocupado por Portugal. Os riscos revelavam-se enormes e estavam na consciência dos responsáveis portugueses, que manifestaram a sua preocupação junto do governo britânico. A consequência foi a desvalorização estratégica do território português, levando, inclusive, *Winston Churchill* a considerar a Espanha como uma mais valia estratégica, relativamente a Portugal e às suas possessões em África.

A posição expressa por *Churchill* apresentava apenas uma condicionante: a necessidade de manutenção das ilhas atlânticas portuguesas sob influência britânica. A reacção portuguesa não se fazia esperar e, procurando a diferenciação peninsular e a revalorização estratégica do território, Portugal ensaia a aproximação à Alemanha, a quem aliciou ao investimento em África e à utilização das posições insulares, para que aí pudesse estabelecer os seus depósitos de carvão.

Decidida a neutralidade da Espanha na I Guerra Mundial, Portugal, mais uma vez, percepcionou a necessidade de se diferenciar do seu vizinho. Estava assim decidida, em 1916, a participação de Portugal no conflito que assinalava também, o regresso do País ao seu alinhamento estratégico habitual. A participação na guerra, visava colocar Portugal à mesa das negociações junto dos vencedores, bem como numa posição de relevância no arranjo estratégico que daí pudesse resultar. Foi a forma que os governantes nacionais encontraram para legitimar o regime, manter a posse das colónias e assumir a representatividade ibérica, reatribuindo ao território nacional a importância estratégica que havia perdido. Portugal viu-se, contudo, defraudado nas suas intenções. Foi a Espanha que, mediante uma forte acção diplomática junto do principal dinamizador da Sociedade das Nações, os EUA, assumiu o lugar em representação dos países neutrais, embora como Membro Não Permanente.

No conflito mundial que se seguiu, a Espanha mostrou a sua preferência pelas posições do Eixo, chegando mesmo a aderir a um tratado tripartido com a Alemanha e a Itália. A tentativa de manter a península ibérica fora da zona beligerante, foi um esforço comum, que levou à assinatura de um pacto de não-agressão entre os dois países ibéricos, mas havia que conseguir a desvalorização estratégica da península. Assegurado o estatuto de neutralidade, Portugal e a Espanha permaneceram junto dos seus tradicionais aliados, embora cada um orientado para o lado oposto da barreira, não deixando de assinalar a marca da diferenciação que lhes era característica.

O período pós-guerra foi fatal para a Espanha, que se viu envolta nas malhas de um castigador isolamento internacional. Portugal tinha conseguido o seu grande objectivo: à sua postura de

diferenciação, associava agora o da hegemonia peninsular, tornando-se no ponto de contacto da Espanha com o mundo. O marco fundamental do momento que se seguiu, foi o convite efectuado pelos EUA, no sentido de Portugal vir a integrar o grupo de países fundadores da Aliança Atlântica. O ingresso do País na OTAN contou com a oposição espanhola, que via Portugal assumir uma posição de destaque no contexto estratégico europeu.

O desenlace da guerra civil espanhola, preocupava o governo português. Neste caso, seria a influência que o regime republicano espanhol poderia exercer na evolução política nacional. Esta preocupação encontrava fundamento na influência comunista no governo republicano de Madrid e a sua difusão ao território português, assim como no movimento iberista, que lhe estava associado. A preocupação demonstrada teve reflexos no apoio conferido pelos portugueses aos nacionalistas liderados por *Francisco Franco*, em contraponto ao apoio soviético prestado aos republicanos.

A história do século XX reservou a Portugal e à Espanha um importante papel no contexto peninsular, europeu e mundial. A geopolítica e a geoestratégia do espaço peninsular, conferiu aos dois países uma centralidade que não lhes permitiu manter-se alheios às ocorrências. Os vários factos da história europeia e a postura político-estratégica do vizinho peninsular, determinaram sempre a Portugal, a necessidade de desenvolver uma reacção própria, com o objectivo de se diferenciar no contexto ibérico, procurando a sua valorização estratégica, de forma a garantir um apoio externo, que contribuísse para a manutenção da sua individualidade e independência. A marca estrutural do alinhamento estratégico português assentou em duas premissas fundamentais. Em primeiro lugar, a valorização permanente da velha aliança com a Grã-Bretanha, papel desempenhado posteriormente pelos EUA. Em segundo lugar, pela já referida necessidade de conseguir a diferenciação estratégica, numa aliança diametralmente oposta à da Espanha.

4.3.2. O “novo paradigma peninsular”⁵³

Os desígnios da história levaram a que Portugal e Espanha viessem a encontrar-se, pela primeira vez, comungando os mesmos espaços geopolítico, geoeconómico e geoestratégico. Esta nova realidade inviabiliza o modelo tradicional de relacionamento, não permitindo a existência de um quadro diferenciador explícito. Por outro lado, decorrente do processo de transformação do regime, Portugal deixou de ser possuidor do império colonial, em função do qual tantas vezes condicionou o desenvolvimento da sua política externa. A grande novidade revela-se na

⁵³ Expressão empregue pelo Professor Doutor Adriano Moreira em entrevista concedida em 23 de Setembro de 2005 ao autor deste trabalho.

passagem de uma situação de divergência estratégica para outra, onde a convergência é uma realidade, uma necessidade, e também, uma oportunidade. Sua Excelência o Ministro da Defesa Nacional, Dr. Luís Amado, iria referir-se ao facto da seguinte forma: “passamos de uma situação de divórcio peninsular para uma convergência peninsular” (AMADO, 2005, p.211).

A realidade da convergência acima mencionada, encontra-se já comprovada pela presença simultânea nas principais OI, designadamente na OTAN e na UE, ambas mencionadas no âmbito deste trabalho. Sendo o factor necessidade intrínseco à partilha de interesses, nos diversos espaços por demais referidos, já o factor oportunidade decorre da forma como são encaradas as situações eventualmente desvantajosas. Ou Portugal encara as desvantagens como um fado inevitável, remetendo-se a uma lamentação inconsequente, ou decide tirar partido das situações, transformando-as em oportunidades, definindo objectivos de médio e longo prazo, aos quais deverá associar a melhor orientação estratégica para os atingir.

A opção europeia afigurava-se como uma solução única e imprescindível perante a previsível adesão da Espanha. Colocar o cenário de uma integração espanhola, com a exclusão de Portugal, era algo que se afigurava desastroso, dado que remetia o País para uma situação de isolamento no extremo ocidental da Europa, fora da centralidade económica e dos incentivos de desenvolvimento proclamados pela CEE. De uma certa forma, a UE representou o apoio externo que o País necessitava⁵⁴. Este conceito estava associado à ideia de que, sempre que necessário, o relacionamento bilateral deveria assentar na mediação multilateral de Bruxelas, algo que a expressão “chegar a Madrid via Bruxelas”⁵⁵ (SOUSA, 1996, p.164) definia muito bem.

As diferentes posições assumidas nas instituições europeias, são marcas evidentes, de que o facto de ambos pertencerem à União, não impede a existência de interesses estratégicos diferenciados. O posicionamento relativamente à defesa europeia é uma questão de divergência, que constitui um bom exemplo do que acabamos de afirmar. A Espanha pretende que seja constituído um pilar autónomo de defesa, enquanto Portugal defende que esse pilar venha a ser desenvolvido de uma forma complementar, e em articulação com a Aliança Atlântica.

A recente reaproximação da Espanha à França e à Alemanha, tem reacendido a ideia de criação de um directório europeu, constituído pelos quatro maiores países da UE, aos quais se deveria juntar o nosso vizinho peninsular. A procura de mais poder dentro das instituições europeias, tem sido uma ambição permanente dos espanhóis, que provavelmente acabará por dar frutos. Esta é uma preocupação que deverá manter-se sempre presente no espírito dos

⁵⁴ Ideia expressa pelo Professor Doutor Adriano Moreira em entrevista concedida em 23 de Setembro de 2005 ao autor do trabalho.

⁵⁵ SOUSA, Teresa – De Lisboa a Madrid, via Bruxelas. Janus 97, p. 164.

governantes portugueses. A orientação estratégica que acabamos de referir, associada à adopção de um sistema de votação favorecendo os Estados demograficamente mais importantes, poderá ter consequências gravosas para Portugal, como a sub-representatividade ou a subalternização, em áreas tão importantes como a Política Externa e de Segurança Comum.

O quadro presente, permite também visualizar a possibilidade de tomada de posições conjuntas, como aliás já no passado recente foi possível. Temos na memória o esforço comum, desenvolvido no sentido garantir a coesão económica e a cidadania europeia, ou o acesso aos diversos fundos utilizados como suporte ao desenvolvimento económico, posições que foram reflectidas na expressão “chegar a Bruxelas, via Madrid”. A comunhão de objectivos tem encontrado reflexos, também, noutras áreas da política externa como é o caso dos interesses nos espaços regionais, onde já foram definidas estratégias comuns, tanto no seio da UE como na OTAN. Contudo, é necessário deixar claro que a coincidência de posições deverá ocorrer “por vontade própria”⁵⁶ e “resultando em prol do interesse nacional”⁵⁷, de forma a afastar a ideia da sub-representatividade ou subalternização, já anteriormente referidas.

É agora o momento oportuno para abordar a última das questões derivadas: Será a orientação estratégica comum, a melhor forma de afirmar Portugal no seio das OI, onde se encontra inserido? A resposta encontra-se reflectida na análise efectuada ao relacionamento entre os dois Estados, quando enquadrado no âmbito multilateral. Se o anterior quadro de relacionamento, justificaria uma assentuação claramente negativa, no contexto actual, será o interesse nacional a orientar o sentido positivo ou negativo da resposta. Situações ocorreram, nomeadamente no seio da UE, em que uma tomada de posição conjunta foi determinante para a consecução dos objectivos pretendidos. Contudo, outros se verificaram em que o afastamento voltou a ser uma prioridade. Neste contexto, não poderemos validar a hipótese onde se afirma que “uma orientação externa comum, não é a melhor forma de afirmar os interesses de Portugal no seio das OI onde se encontra inserido”.

A relação transatlântica é um assunto que, assumidamente, preocupa os governantes de ambos os países. Caso contrário, não lhe dispensariam tantas referências nos diversos documentos sobre política externa, nomeadamente quanto à necessidade de serem normalizadas. Não deveremos esquecer a crise a que foram sujeitas no contexto europeu, logo após as tomadas de posição relativamente à intervenção no Iraque. Portugal e a Espanha estiveram juntos ao lado dos EUA, assumindo-o perante o mundo na mediatizada Cimeira dos Açores. No entanto, *José María Aznar* revelou que o seu protagonismo foi tão longe que, inclusivamente, a ele pertence a ideia

⁵⁶ General Loureiro dos Santos em entrevista concedida ao autor do trabalho em 8 de Abril de 2005.

⁵⁷ Dr. José Medeiros Ferreira em entrevista concedida ao autor do trabalho em 24 de Maio de 2005.

do local de realização do encontro (AZNAR, 2005, p.266). Ainda deveremos ter em memória as referências à fotografia de conjunto, em cujas legendas, os periódicos internacionais, se esqueciam de referir o nome do quarto participante.

Este enquadramento revelou, que a possibilidade de um maior ou menor pendor atlântico, poderá constituir um modo diferenciador da postura estratégica. Contudo, Portugal encontra-se empenhado no processo de construção da Europa, sendo esse o espaço geográfico onde se encontra inserido. Será aí que o país deverá exercer preferencialmente o seu esforço e atenção. No entanto, para Portugal torna-se indispensável que o relacionamento transatlântico atinja a normalidade perdida com os acontecimentos do Iraque. Indispensável para a Europa, porque lhe atribui a estrutura de segurança que ainda não possui, e para Portugal, porque lhe confere uma centralidade estratégica, que uma exclusiva opção europeia não permite. O “equilíbrio euro-atlântico”⁵⁸, torna-se uma opção ajustada, que permitirá acompanhar a construção europeia e as opções político-estratégicas espanholas, assim como, contrariar o “deslocamento do centro de gravidade da política europeia para Leste” (MONGIARDIM, 2004, p.183).

Este é o momento de enfrentar a questão que definiu a orientação do estudo desenvolvido: Poderão as opções político-estratégicas da Espanha, em face da menor dimensão de Portugal, no actual ambiente internacional, condicionar as opções estratégicas nacionais? Em face das soluções encontradas para as questões derivadas, assim como todas as outras considerações efectuadas ao longo do desenvolvimento do trabalho, entendemos que a resposta terá que ser inequivocamente positiva, validando a hipótese central colocada. A afirmação então proferida revelou-se um facto, relativamente ao anterior modelo de relacionamento onde se impunha uma orientação estratégica oposta, mantendo-se como um facto, no já designado “novo paradigma peninsular”.

4.4. A resposta de Portugal

A pergunta para a qual nos falta obter uma resposta, diz respeito à melhor forma de Portugal fazer face a uma Espanha ambiciosa, determinada e confiante na consecução dos seus objectivos. Como poderá Portugal encontrar uma nova fórmula diferenciadora que se enquadre nesta nova matriz de relacionamento? Estamos certos de que a resposta será muito mais fácil de dar, do que obter a sua implementação prática. No entanto, acreditamos que o País prosseguirá vencendo as dificuldades, encontrando as soluções mais adequadas para continuar a afirmar-se na Europa e no Mundo.

⁵⁸ Expressão empregue pelo Doutor Carlos Gaspar em entrevista concedida em 28 de Abril de 2005 ao autor do trabalho.

Para tal, Portugal deverá marcar uma forte presença nas OI onde se encontra inserido, nomeadamente na UE e na OTAN, defendendo de forma firme e determinada o interesse nacional. Deverá estabelecer metas, definir objectivos e as formas mais eficazes para os atingir. Ainda sobre a presença nas OI, Portugal terá que afastar as tendências de sub-representatividade, relativamente à Espanha, fazendo-se representar nos mesmos fora que o seu vizinho peninsular ou, caso contrário, “Madrid representará Lisboa e a imagem de diferenciação perante o mundo esbater-se-á” (AMADO, 2005, p.215).

Sendo a UE um dos elementos determinantes para a definição da matriz de identidade portuguesa e, provavelmente, o ponto aglutinador da maior parte do esforço estratégico nacional, não poderemos esquecer as restantes vertentes que contribuem para a caracterização desta mesma matriz. Assim, teremos que considerar a identificação marítima com o Oceano Atlântico, que encerra, em si mesmo, uma parte fundamental da solução. Permite a potenciação geoestratégica do território, da ligação transatlântica, o acesso a recursos e fontes de rendimento, e ainda, a possibilidade de estabelecer fluxos privilegiados com as Américas e África, de forma a obter a diversificação de relacionamento.

Por outro lado, é incontornável a questão da lusofonia, talvez um dos aspectos mais importantes da marca diferenciadora de Portugal. É necessário defendê-la, estimulá-la, e expandi-la para que possa contribuir para a indispensável afirmação de Portugal no contexto internacional. Neste âmbito, também a CPLP se afigura como incontornável, cabendo-lhe o papel de principal meio de defesa de uma língua e cultura, comuns a cerca de 200 milhões de pessoas, tendo Portugal a responsabilidade de tomar a iniciativa dinamizadora, e determinar a melhor forma para explorar as suas potencialidades.

No âmbito do relacionamento bilateral com a Espanha, haverá que reduzir ao mínimo os factores que poderão determinar qualquer tipo de dependência, procurando alternativas externas à Península, designadamente na questão energética. Neste contexto, o porto de Sines poderá desempenhar um papel determinante, no que diz respeito à possibilidade de importação de gás natural liquefeito, estabelecendo-se como alternativa segura ao gasoduto euro-magrebino. Contudo, deverá manter-se em aberto a possibilidade de recurso a outras fontes energéticas, nomeadamente no campo nuclear.

A internacionalização das empresas portuguesas, é também uma necessidade e uma possibilidade apenas percebida por alguns dos nossos empresários. É opinião generalizada dos principais analistas económicos, de que o mercado espanhol se antevê como um destino preferencial e incontornável dos nossos grupos económicos, com todas as potencialidades que

um mercado de 40 milhões de pessoas poderá fornecer. Daí que haverá que apostar na qualidade, na inovação e na competitividade dos produtos e serviços portugueses, estabelecendo-se, também aqui, a diferenciação positiva de Portugal.

Não será menos importante, a questão da preparação das futuras gerações de portugueses, a quem temos a responsabilidade de ensinar e dotar dos melhores argumentos e competências para que possam continuar Portugal. O País será o que os portugueses quiserem. A nós cabe a responsabilidade de dar continuidade a uma gloriosa história, de mais de oito longos séculos.

BIBLIOGRAFIA E OUTRAS FONTES

- ABU-TARBUSH, José – Política exterior espanhola: Mudança ou continuidade. O Mundo Português. ISSN 0874-4882. (Mar. 2004) 24-27.
- ALMEIDA, Políbio F. A. Valente – **Do poder do pequeno Estado: enquadramento geopolítico da hierarquia das potências**. Lisboa: Instituto de Relações Internacionais, 1990. ISBN 972-9229-13-9.
- ALVES, Ricardo Pinheiro – **Portugal: As Relações Ibéricas no Âmbito da Globalização e Liberalização dos Mercados**. 1.^a ed. Lisboa: “Ordem dos Economistas e Gabinete de Estudos e Prospectiva Económica”, 2001. 266 p. ISBN 972-8170-79-3.
- AMADO, Luís – Portugal e Espanha. In **Visões de Política Externa Portuguesa**. Sociedade de Geografia de Lisboa e Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Lisboa: 2005. ISBN 972-98963-4-8. p. 211-215.
- ANTUNES, José Freire – **Os espanhóis e Portugal**. 1.^a ed. Lisboa: “Oficina do Livro”, 2003. 733 p. ISBN 989-555-050-2.
- ARENAL, Celestino del – La política exterior del gobierno Socialista. Política Exterior. ISSN 0213-6856 Júlio/Agosto. n.º 100. p. 111-126.
- ARMESTRE, Pedro – Um compromisso comum com a segurança e defesa europeias. Jornal Público, (12 Set. 2005) 7.
- AZNAR, José Maria – **Ocho Años de Gobierno: una vision personal de España**. 3.^a ed. Barcelona: “Editorial Planeta”, 2004. 248 p. ISBN 84-08-05225-X.
- AZNAR, José Maria – **Retratos y Perfiles: de Fraga a Bush**. 2.^a ed. Barcelona: “Editorial Planeta”, 2005. 400 p. ISBN 84-08-05940-8.
- CALLE, Angel Luís de la – O processo de emancipação. Expresso: Única. (16 Abr. 2005) 68.
- CARNEIRO, Roberto, MATOS, António Teodoro de [et al] – **Memória de Portugal: o milénio português**. 1.^a ed. Mem Martins: Circulo de Leitores, 2001. 574 p. ISBN 972-42-2594-1.
- CARR, Raymond [et al] – **História concisa de Espanha**. 1.^a ed. Mem Martins: “Europa-América”, 2004. 304 p. ISBN 972-1-05412-7.
- CHARLES, Powell [et al] – Construir Europa desde España: los nuevos desafios de la política europea [em linha]. 2005, [consult. Em 15 Jun. 2005]. Disponível em <http://www.realinstitutoelcano.org/publicaciones/libros/informe%20europa.pdf>. ISBN 169-885X.
- CHISLETT, William – **España y Portugal: de vecinos distantes a sócios incómodos**. [Em linha] 09Dec04. [consult. em 15 Mar 2005]. Disponível em <http://www.realinstitutoelcano.com/documentos/155.asp>.
- Constitucion Española [Em linha] [consult 15 de Ago. 2005]. Disponível em <http://www.la-moncloa.es/web/pdf/constitucion.pdf>.

CRAVINHO, João Gomes, BRITO, Alexandra de – As Relações Ibero-mediterrânicas e Ibero-Americanas. Janus 97 anuário de relações exteriores. Lisboa: Jornal Público e Universidade Autónoma de Lisboa. ISBN 972-8179-13-8. (1996).p. 162.

CRP [Em linha] [consult. em 20 de Ago. de 2005]. Disponível em http://www.cne.pt/Legislacao/dlfiles/crp_pt2004_integral.pdf.

Cuadernos de estratégia, nº 129. La seguridad y la defensa de la Unión Europea: retos y oportunidades. Instituto Español de Estudio Estratégicos. [Em linha] [Consult. 20 Jun. 2005]. Disponível em <http://www.ieee.es/archivos/subidos/documentacion/CE-129.pdf>.

Décimoquarta Cumbre Iberoamericana, San José de Costa Rica – Ministério de Assuntos Exteriores y de Cooperacion, Dirección General de Comunicación Exterior. [Em linha] [consult. em 12 de Set. de 2005] Disponível em <http://www.mae.es/documento/0/000/000/667/14cumbreiberoamericana.pdf>.

Directiva de Defensa Nacional 1/2004. [Em linha] [consult. em 12 de Ago. de 2005] Disponível em http://www.mde.es/descarga/ddn_2004.pdf.

Discurso de tomada de posse de *José Luís Zapatero* [Em linha] [consult. em 16 de Jun. de 2005]. Disponível em <http://www.la-moncloa.es/web/PDF/DISCURSO%20DE%20INVESTIDURA.pdf>

DRAIN, Michel – **Geografia da Península Ibérica**. 1ª ed. Lisboa: “Livros Horizonte”, 1964. 143 p.

Entrevista de Miguel Horta e Costa ao jornal Expresso, publicada em 21 de Maio de 2005.

Expresso 27 de Agosto de 2005. 24 horas, Caderno Principal, p. 1.

FERNANDES, António Horta, DUARTE, António Paulo – **Portugal e o Equilíbrio Peninsular: passado, presente e futuro**. 1ª ed. Mem Martins: “Publicações Europa América”, 1998. 184 p. ISBN 072-1-04409-1.

FERREIRA, José Medeiros – **A Estratégia para a Adesão às Instituições Europeias**, Almedina, Lisboa, 2002.

FERREIRA, José Medeiros – **Portugal na conferência de paz: Paris, 1919**. 1ª ed. Lisboa: “Quetzal Editores”, 1992. 115 p. ISBN 972-564-140-X.

FERREIRA, José Medeiros – **Um século de problemas: as relações luso-espanholas da união ibérica à Comunidade Europeia**. 1ª ed. Lisboa: “Livros Horizonte”, 1989. 84 p. ISBN 972-24-0715-5.

FIEL, Jorge – Que medo. Expresso: Caderno de Economia e Internacional. (30 Jun. 2005) 7.

GASPAR, Carlos – Estruturas, alianças e regimes. As relações entre Portugal e a Espanha (1926-1974). I Encontro Internacional. Relações Portugal-Espanha. Lisboa. 165-209.

GIRÃO, Amorim – **Geografia de Portugal**. 1ª ed. Porto: “Portucalense Editora, SARL”, 1941. 479 p.

MALAMUD, Carlos [et al] – La Política Española Hacia América Latina: Primar lo Bilateral para Ganar en lo Global. [em linha] 2005. [Consultado em 15 em 15 Abr. 05] 2005. Disponível em http://www.realinstitutoelcano.org/publicaciones/libros/Inf_3.pdf

MARTINS, Christiana (2005a) – A carta roubada. Expresso: Caderno de Economia e Internacional (7 Maio 2005).

- MARTINS, Christiana (2005b) – Iberdrola disponível. Expresso: Caderno de Economia e Internacional. (25 Jun. 2005) 15.
- MARTINS, Christiana (2005c) – Telefónica aperta o cerco à PT. Expresso: Caderno de Economia e Internacional. (4 Jun. 2005) 10.
- MATTOSO, José [et al] – **História de Portugal**. 1.^a ed. Mem Martins: Circulo de Leitores, 1994. 683 p. ISBN 972-42-0971-7. vol. 6.
- MEIRELES, Luísa – Nacionalismo (s) à prova. Expresso: Única. (16 Abr. 2005) p. 64-66.
- MONJARDIN, Maria Regina – **O alargamento da União Europeia: Novos vizinhos**. 1.^a ed. Lisboa: “Prefácio”, 2004. 198 p. ISBN 972-8816-32-4.
- NOGUEIRA, Franco (2000a) – **As crises e os homens**. 2.^a ed. Porto: Livraria Civilização Editora, 2000. 347 p. ISBN 972-26-1760-5.
- NOGUEIRA, Franco (2000b) – **Juízo final**. 7.^a ed. Porto: Livraria Civilização Editora, 2000. 217 p. ISBN 972-26-1772-9.
- O estado das autonomias. “Expresso: Única”. (16 Abr. 2005) p. 71-73.
- OLIVEIRA, César [et al] – **História dos municípios e do poder local: dos finais da idade média à União Europeia**. 1.^a ed. Lisboa: Circulo de Leitores, 1996. 591 p. ISBN 972-42-1300-5.
- PEREIRA, Helena – 20 anos da adesão de Portugal à CEE. O olhar de outros negociadores. Jornal Público. (12 Jun. 2005) 9.
- PINTO, Ricardo Leite, CORREIA, José de Matos, SEARA, Fernando Reboredo – **Ciência política e direito constitucional: teoria geral do Estado e formas de governo**. 3.^a ed. Lisboa: “Universidade Lusíada Editora”, 2005. 319 p. ISBN 972-8883-22-6.
- Programa do XVII Governo Constitucional [Em linha] [consult. 14 Jun. 2005] Disponível em <http://www.portugal.gov.pt/NR/rdonlyres/631A5B3F-5470-4AD7-AE0F-D8324A3AF401/0/ProgramaGovernoXVII.pdf>.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 6/2003 D.R. I-B Série 16 (2003-01-20) 279-287.
- RIBEIRO, Nuno – Contributos de Espanha para agradar a Washington, Jornal Público. (11 Fev. 2005) 4.
- SANTOS, José Alberto Loureiro dos – **Convulsões: Ano III da Guerra ao Terrorismo, Reflexões Sobre Estratégia IV**. 1.^a ed. Mem Martins: “Publicações Europa América”, 2004. 308 p. ISBN 972-1-05382-1.
- SANTOS, Nicolau – Indignações e erros à volta de uma OPA, Expresso, caderno de economia, (10 Set. 2005) 2.
- SANTOS, Sérgio Paulo Alves dos – A geopolítica da água. Instituto Superior de Ciências de Ciências Sociais e Políticas, 2002. Tese de mestrado.
- SEABRA, Maria João – **Vizinhança Inconstante: Portugal e Espanha na Europa**. 1.^a ed. Lisboa: Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, 1995. 42 p. ISBN 972-8109-09-1.

- SOUSA, Teresa – De Lisboa a Madrid, via Bruxelas. In **Janus 97 anuário de relações exteriores**. Lisboa: Jornal Público e Universidade Autónoma de Lisboa. ISBN 972-8179-13-8. (1996). 164-165
- SOUSA, Teresa de (2005a) – 20 anos da adesão de Portugal à CEE. O olhar do político e protagonista. Jornal Público. (12 Jun. 2005) 8.
- SOUSA, Teresa de (2005b) – O olhar de um historiador. Jornal Público. (13 Jun. 2005) 11.
- TELO, António José Barreiros – A importância da OTAN para Portugal. In **Portugal e os 50 anos da Aliança Atlântica, 1949-1999**. MDN. ISBN 972-95256-1-7 (1999) p. 71-105.
- TELO, António José Barreiros – A dualidade de um espaço comum. – In **Visões de Política Externa Portuguesa**. Sociedade de Geografia de Lisboa e Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Lisboa: 2005. ISBN 972-98963-4-8. p. 197-208.
- Un Año de Gobierno [Em linha] Abril de 2005, Ministerio de la Presidencia, Secretaria de Estado de Comunicación [consult. 15 de Jun. de 2005] Disponível em <http://www.la-moncloa.es/web/pdf/unanigob.pdf>
- VICENTE, António Pedro – **Espanha e Portugal: Um Olhar Sobre as Relações Peninsulares no Séc. XX**. 1ª ed. Lisboa: “Tribuna”, 2003. 393 p. ISBN 972-8799-01-2.

SITIOS DA INTERNET CONSULTADOS:

http://europa.eu.int/abc/12lessons/index4_pt.htm

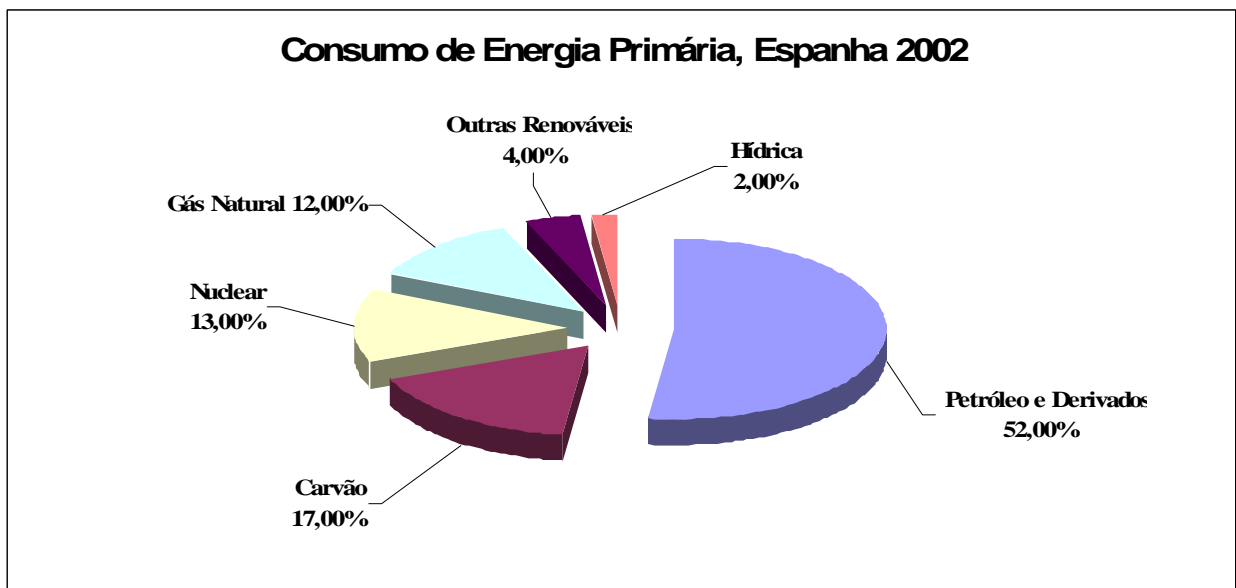
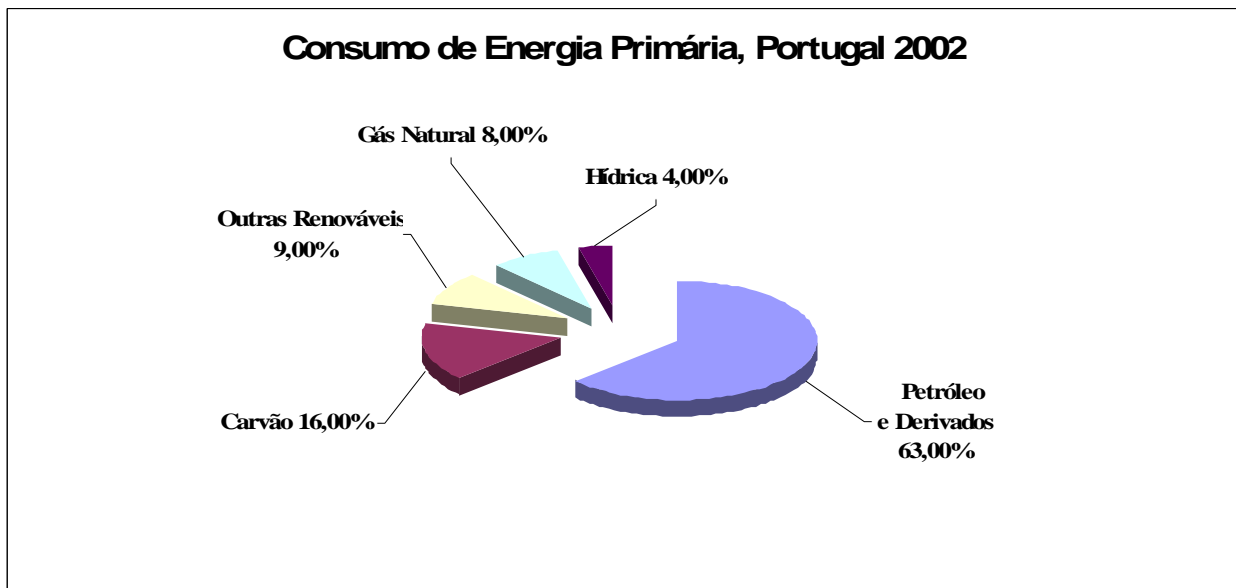
http://europa.eu.int/abc/12lessons/index5_pt.htm

<http://www.cplp.org/>

<http://www.ono.com.pt/CPLP/documento.asp?documento=5>

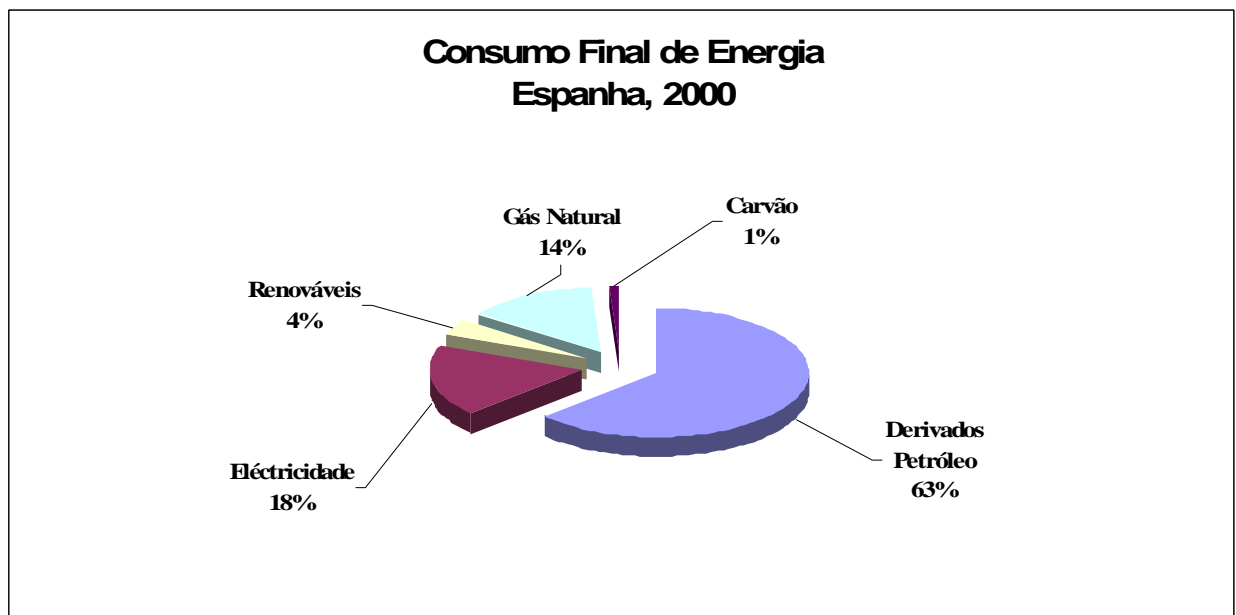
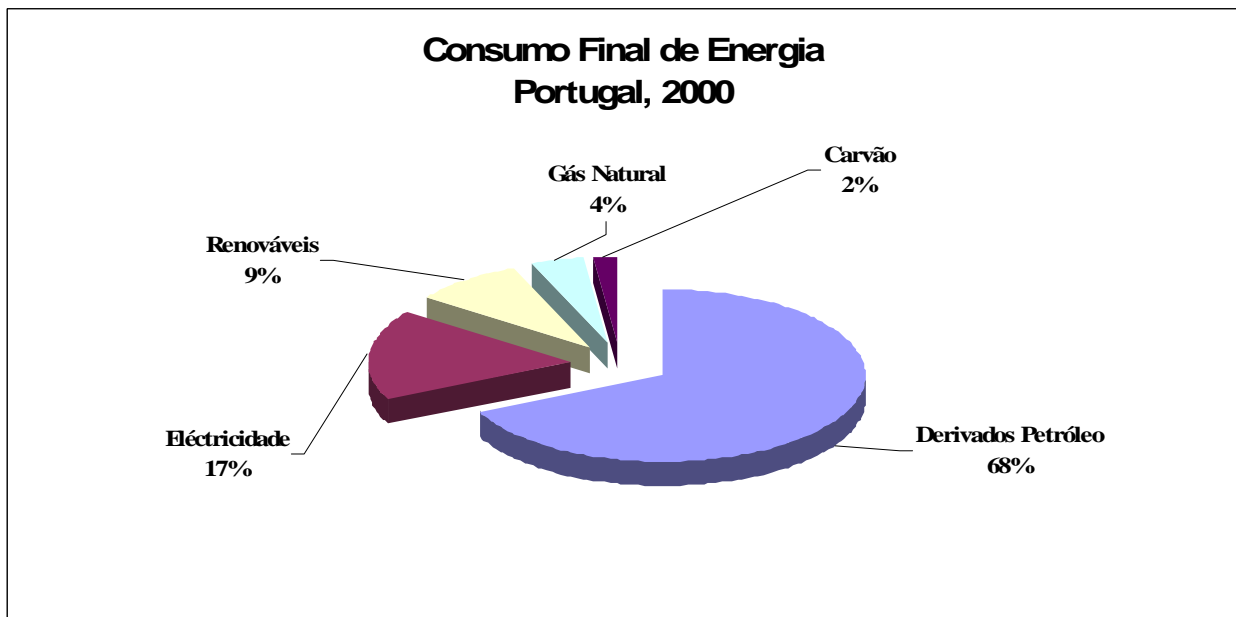
ANEXOS

Anexo AA – CONSUMO DE ENERGIA PRIMÁRIA



Fonte: AIE, Energi Policies of IEA Countries, 2002 Review.

Anexo AB – CONSUMO FINAL DE ENERGIA



Fonte: AIE, Energi Policies of IEA Countries, 2002 Review.

Anexo AC – REDE IBÉRICA DE GÁS NATURAL



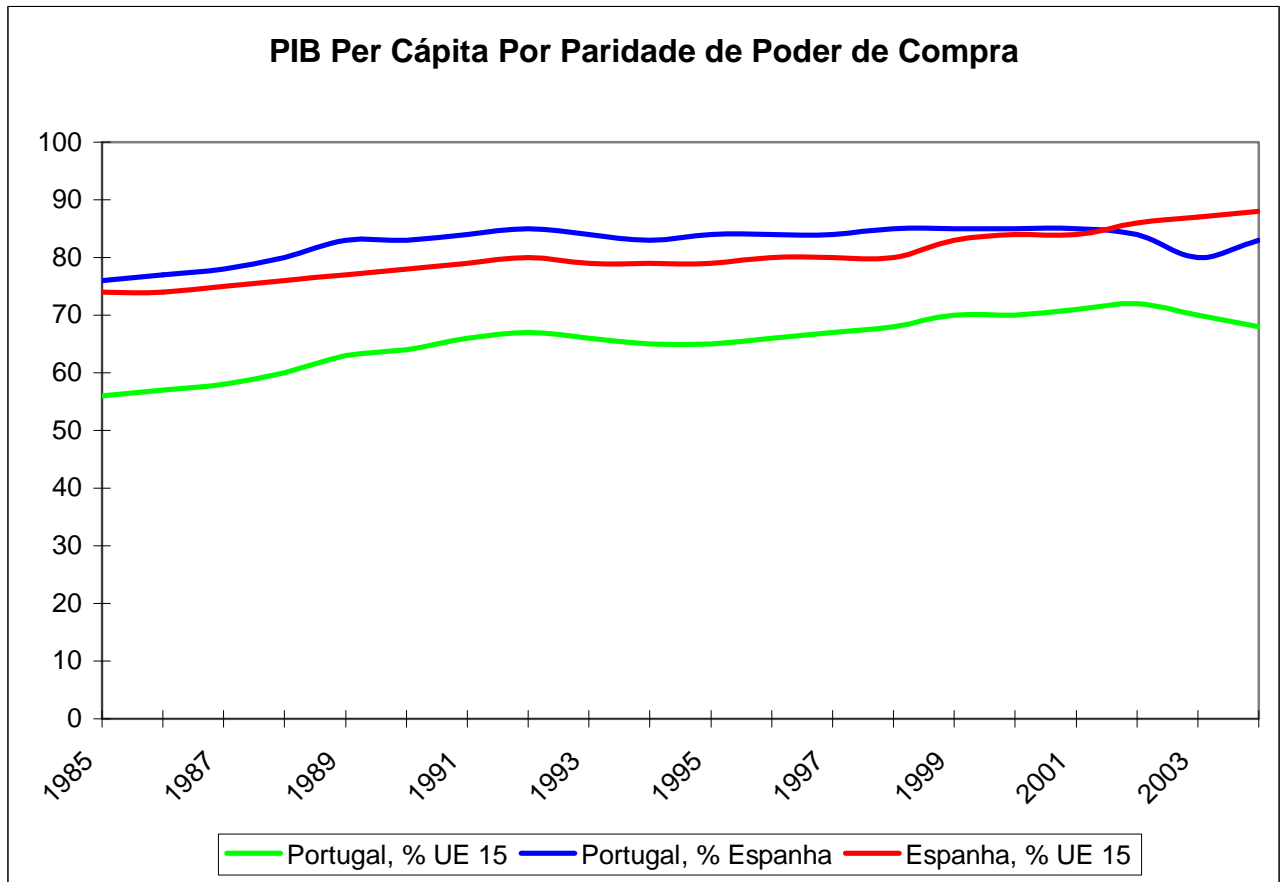
Fonte: GALP.

Anexo AD – PRINCIPAIS BANCOS DE PORTUGAL E ESPANHA

| PRINCIPAIS BANCOS DE PORTUGAL E ESPANHA | | | | | |
|--|-----------------------------|---------------------------|--------------------------------------|------------------------------|----------------------------|
| Bancos | Fortaleza de Capital | Tamanho de Activos | Solidez Ratio Capital/Activos | Retorno Sobre Activos | Ratio Custo/Crédito |
| | (Milhões de dólares) | | (%) | (%) | (%) |
| Banco Comercial Português | 4.819 | 85.486 | 5,64 | 0,79 | 63,55 |
| Caixa Geral de Depósitos | 3.640 | 93.676 | 3,89 | 1,1 | 56,9 |
| Banco Espírito Santo | 3.271 | 54.664 | 5,98 | 0,83 | 50,61 |
| Bano Totta e Açores | 1.806 | 36.403 | 4,96 | 1,1 | 49,91 |
| Santander Central Hispano | 21.408 | 444.012 | 4,82 | 1,17 | 63,1 |
| Banco Bilbao Vizcaya Argentaria | 18.176 | 362.655 | 5,01 | 1,33 | 56,77 |

Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

Anexo AE – PIB PER CÁPITA POR PARIDADE DE PODER DE COMPRA



Fonte: Eurostat, citado em CHISLET, William – España e Portugal: de vecinos distantes a socios incómodos.

Anexo AF – INVESTIMENTO DIRECTO BILATERAL

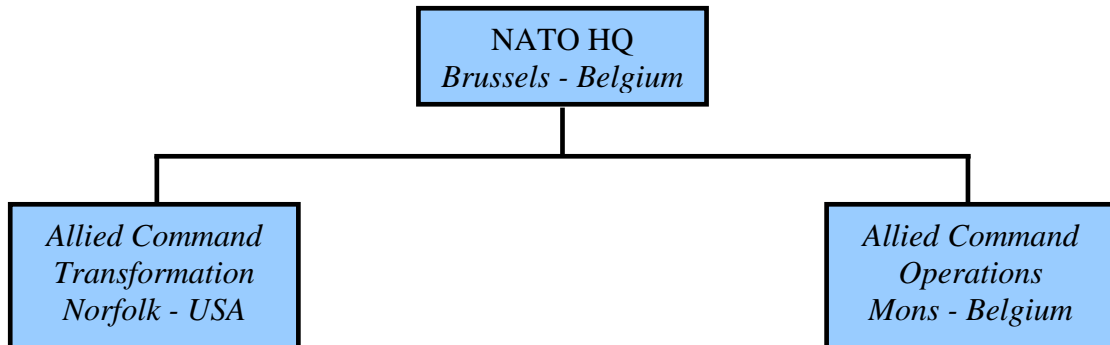
| Investimento Directo Bruto de Espanha em Portugal e Portugal em Espanha* | | | | | | | | | | | |
|---|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| | 1993 | 1994 | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 | 1999 | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 |
| Em Portugal | 462 | 370 | 1.352 | 497 | 740 | 467 | 790 | 3.454 | 1.140 | 1.033 | 1.916 |
| Em Espanha | 141 | 83 | 92 | 164 | 96 | 228 | 149 | 1.844 | 9.169** | 1.086 | 107 |

*Milhões de euros

**Incluem os fundos em *Entidades de Tenencia de Valores Etranjeros*

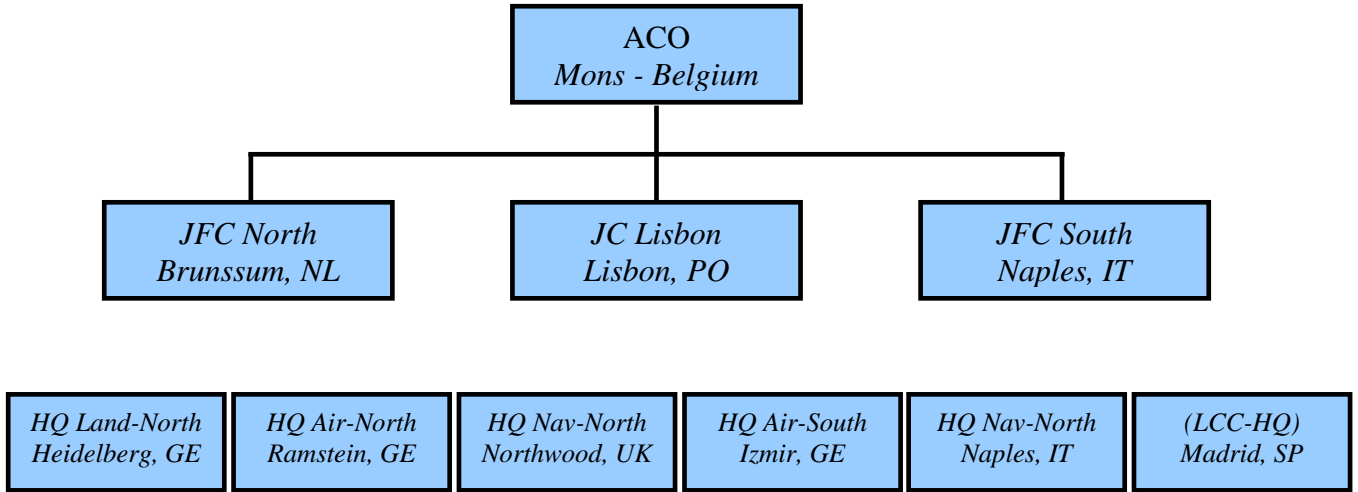
Fonte: *Dirección General Española de Comercio e Inversiones*, citado em CHISLET, William –
Espanña e Portugal: de vecinos distantes a sócios incómodos.

Anexo AG – NATO COMMAND ARRANGEMENTS (NCA)



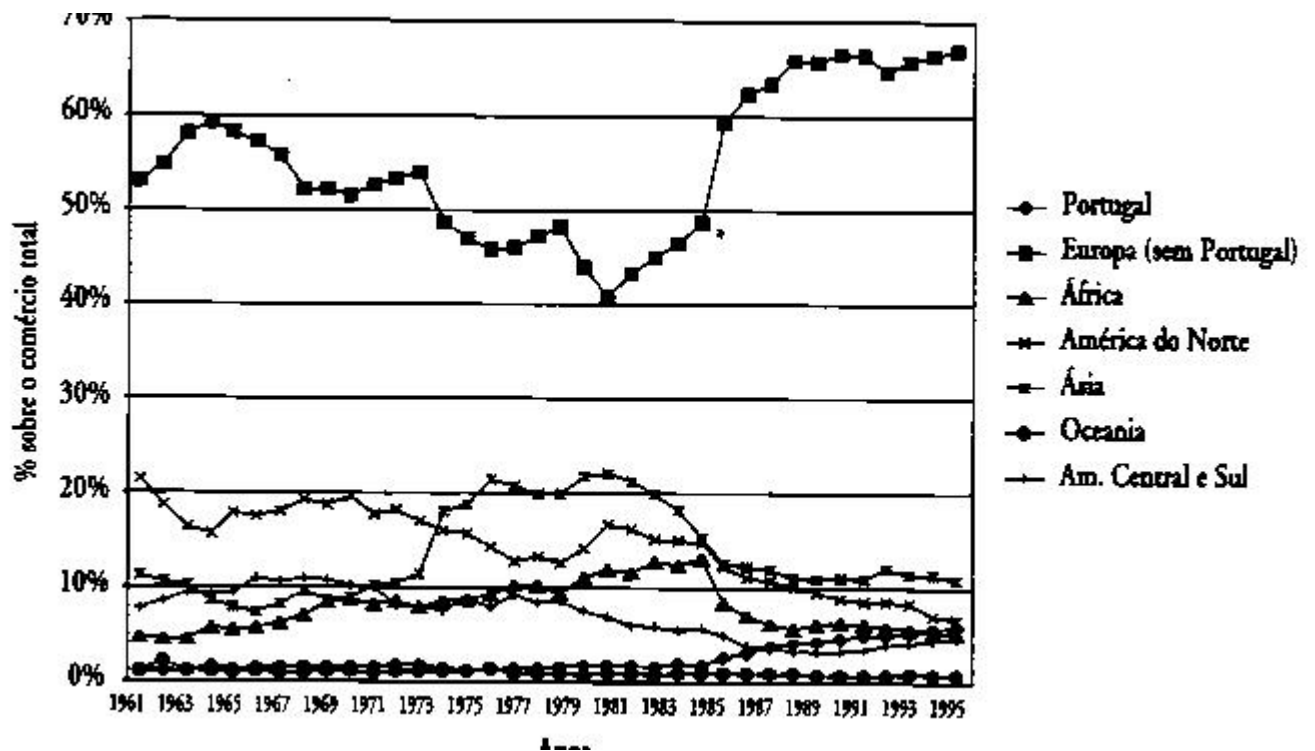
Fonte: *Joint Command Lisbon.*

Anexo AH – NATO COMMAND STRUCTURE – ALLIED COMMAND OPERATIONS



Fonte: *Joint Command Lisbon.*

Anexo B – COMÉRCIO EXTERNO DA ESPANHA POR ZONAS GEOGRÁFICAS



Fonte: ALVES, Ricardo Pinheiro – Portugal: As Relações Ibéricas no Âmbito da Globalização e Liberalização dos Mercados, p. 43.

Anexo C – O ESPAÇO ESTRATÉGICO DE INTERESSE NACIONAL

1. Espaço Estratégico de Interesse Nacional Permanente

A política de defesa nacional tem como um dos objectivos a segurança e defesa do território nacional em toda a sua extensão, que abrange o continente, os Açores e a Madeira. Na definição dessa política, devem inscrever-se os seguintes elementos matriciais:

- O território – Define-se nas suas referências cardeais, entre o ponto mais a Norte, no concelho de Melgaço, até ao ponto mais a Sul, nas ilhas Selvagens; e do seu ponto mais a Oeste, na ilha das Flores, até ao ponto mais a Leste, no concelho de Miranda do Douro;
- O espaço de circulação – Entre as parcelas do território nacional, dado o seu carácter descontínuo;
- O espaço aéreo e marítimo – Sob responsabilidade nacional, as nossas águas territoriais, os fundos marinhos contíguos, a zona económica exclusiva e a zona que resultar do processo de alargamento da plataforma continental.

2. O Espaço Estratégico de Interesse Nacional Conjuntural

Decorre da avaliação da conjuntura internacional e da definição da capacidade nacional, tendo em conta as prioridades da política externa e de defesa, os actores em presença e as diversas organizações em que nos inserimos. Nesse sentido, são áreas prioritárias com interesse relevante para a definição do espaço estratégico de interesse nacional conjuntural as seguintes:

- O espaço euro-atlântico – compreendendo a Europa onde nos integramos, o espaço atlântico em geral e o relacionamento com os Estados Unidos da América;
- O relacionamento com os Estados limítrofes;
- O Magreb – No quadro das relações bilaterais e do diálogo com o Mediterrâneo;
- O Atlântico Sul em especial e o relacionamento com o Brasil;

- A África lusófona e Timor-Leste;
 - Os países em que existem fortes comunidades de emigrantes portugueses;
 - Os países ou regiões em que Portugal tenha presença histórica e cultural, nomeadamente a Região Administrativa Especial de Macau;
 - Países de origem das comunidades imigrantes em Portugal.
3. Podem considerar-se áreas de interesse relevante para definição do espaço estratégico de interesse nacional conjuntural, para além das mencionadas, quaisquer outras zonas do globo em que, em certo momento, os interesses nacionais estejam em causa ou tenham lugar acontecimentos que os possam afectar.

Fonte: Conceito Estratégico de Defesa Nacional.

Anexo D – POPULAÇÃO

| POPULAÇÃO, 2001 | |
|-------------------------------|-------------------|
| PORTUGAL | 10.356.117 |
| Norte | 3.687.293 |
| Lisboa e Vale do Tejo | 3.467.483 |
| Centro | 1.783.596 |
| Alentejo | 535.753 |
| Algarve | 395.218 |
| Madeira | 245.011 |
| Açores | 241.763 |
| ESPAÑHA | 40.847.371 |
| Andaluzia | 7.357.558 |
| Catalunha | 6.343.110 |
| Madrid (Comunidade de) | 5.423.384 |
| Comunidade Valenciana | 4.162.776 |
| Galiza | 2.695.880 |
| Castela e Leão | 2.456.474 |
| País Basco | 2.082.587 |
| Castela-La Mancha | 1.760.516 |
| Canárias | 1.694.477 |
| Aragão | 1.204.215 |
| Múrcia (Região de) | 1.197.646 |
| Astúrias (Principado de) | 1.062.998 |
| Estremadura | 1.058.503 |
| Baleares (Ilhas) | 841.669 |
| Navarra (Comunidade Foral de) | 555.829 |
| Cantábria | 535.131 |
| La Rioja | 276.702 |
| Ceuta | 71.505 |
| Melilla | 66.411 |

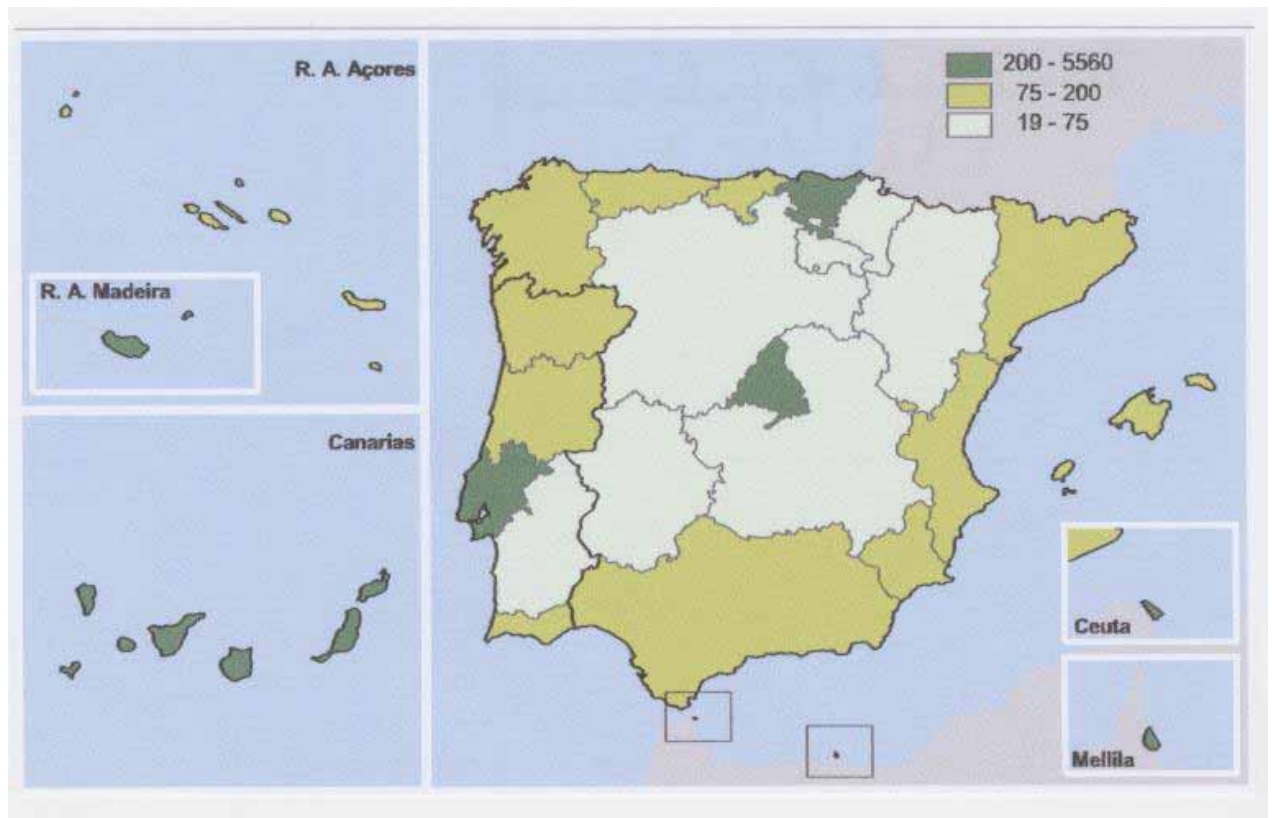
Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

Anexo E – DENSIDADE POPULACIONAL

| DENSIDADE POPULACIONAL, 2003 | |
|-------------------------------------|-----|
| (hab/km²) | |
| UE 15 | 120 |
| Alemanha | 231 |
| França | 110 |
| Reino Unido | 243 |
| Itália | 190 |
| Espanha | 84 |
| Países Baixos | 476 |
| Grécia | 83 |
| Portugal | 113 |
| Bélgica | 334 |
| Suécia | 22 |
| Áustria | 96 |
| Dinamarca | 125 |
| Finlândia | 17 |
| Irlanda | 57 |
| Luxemburgo | 149 |

Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

Anexo F – DENSIDADE POPULACIONAL POR REGIÕES



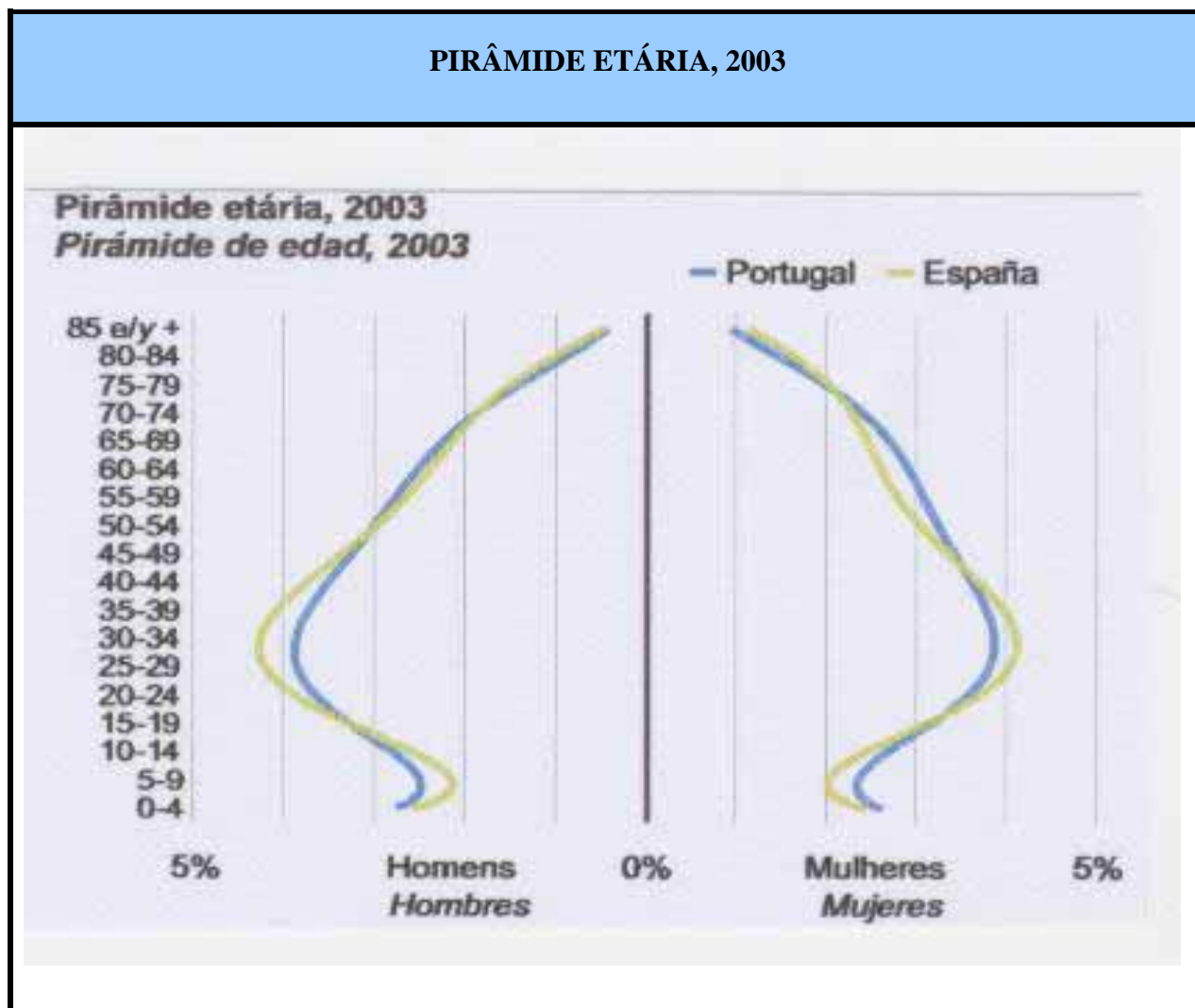
Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

Anexo G – PROJECCÃO DA POPULAÇÃO NA PENÍNSULA IBÉRICA

| PROJECCÃO DA POPULAÇÃO (milhões de pessoas) | | | |
|--|-------------|-------------|-------------|
| Cenário Base/Anos da previsão | 2010 | 2025 | 2040 |
| Portugal | 10.6 | 10.4 | 9.8 |
| Espanha | 45.7 | 50.1 | 52.7 |

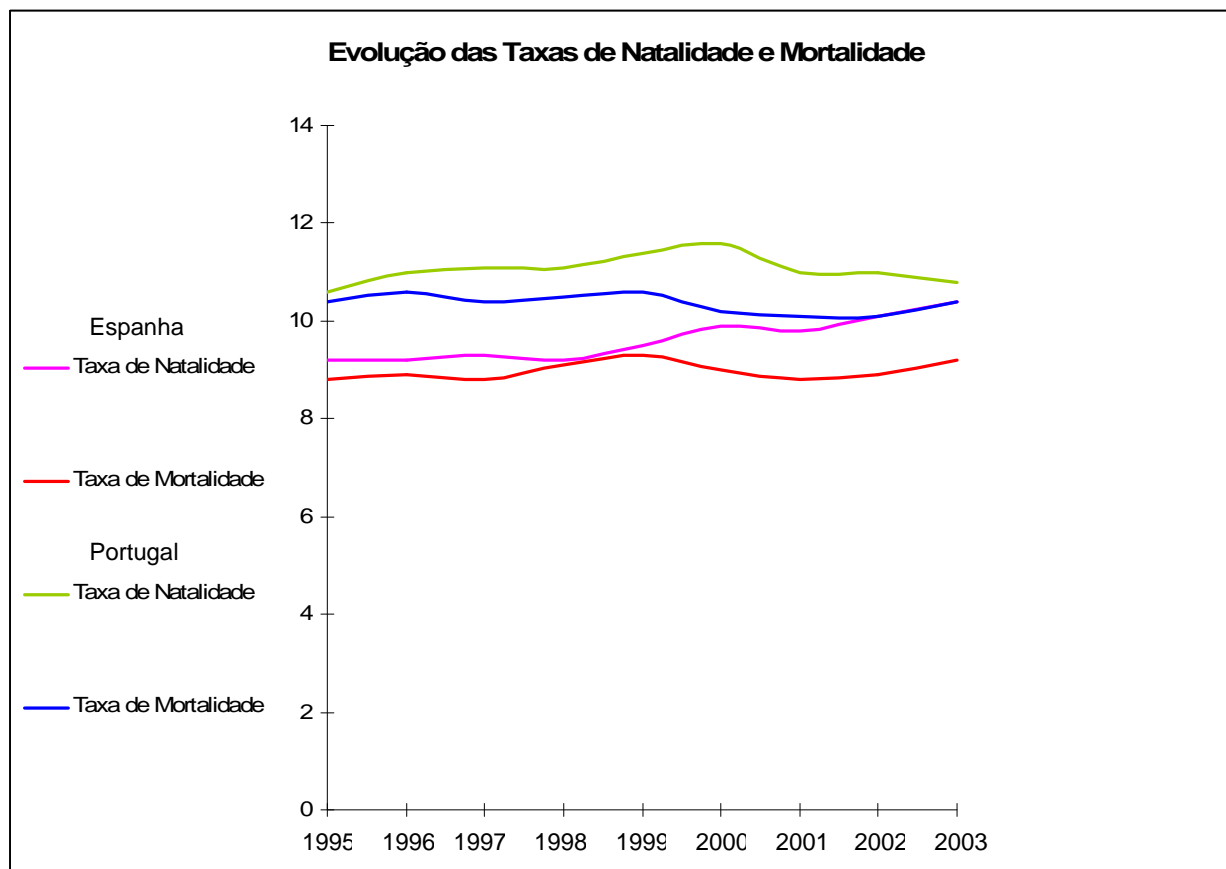
Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

Anexo H – PIRÂMIDE ETÁRIA



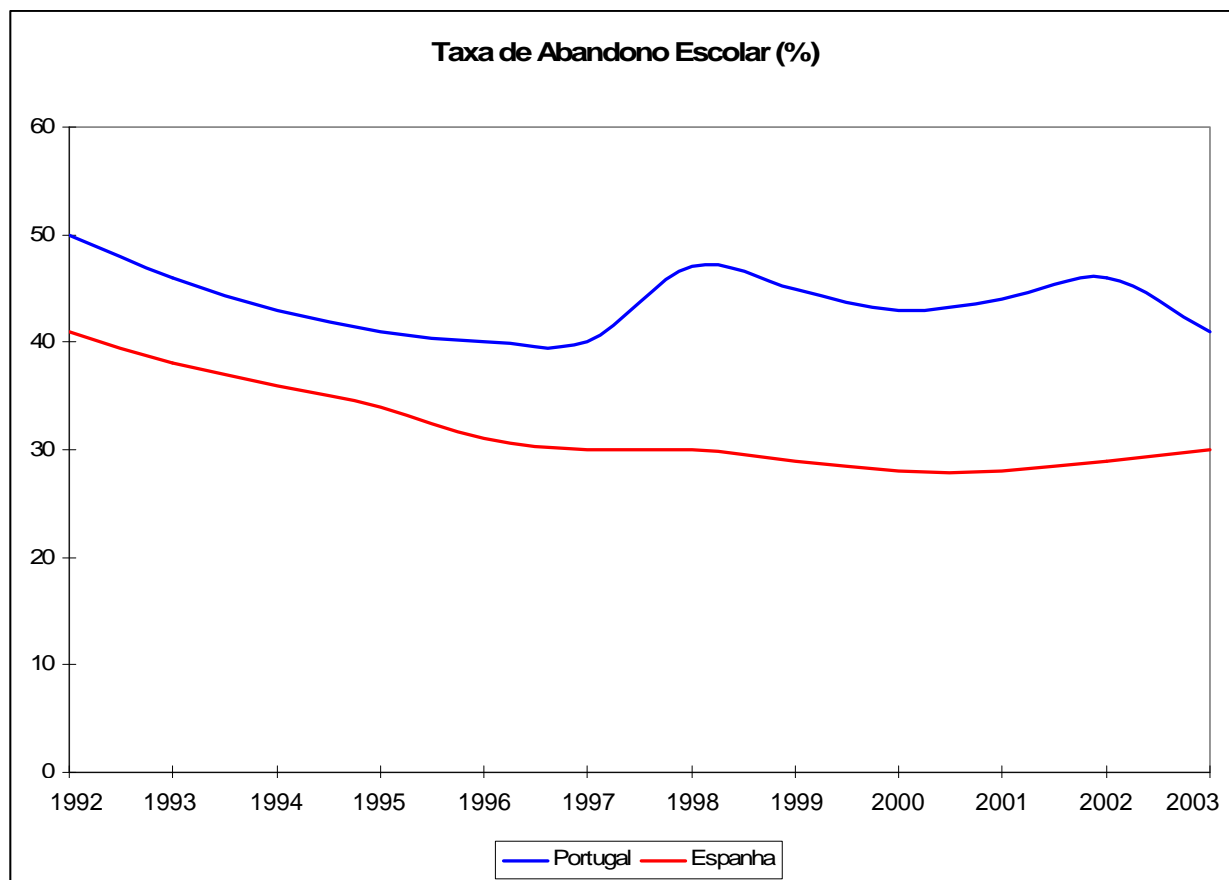
Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

Anexo I – EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE NATALIDADE E MORTALIDADE



Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

Anexo J – TAXA DE ABANDONO ESCOLAR



Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

Anexo K – POPULAÇÃO FEMININA QUE FREQUENTA O ENSINO SUPERIOR

| POPULAÇÃO FEMININA NO ENSINO SUPERIOR, 2001 | |
|--|------|
| UE 15 | 55,9 |
| Portugal | 67,1 |
| Finlândia | 61,1 |
| Suécia | 58,5 |
| Itália | 57,3 |
| Espanha | 57,2 |
| Dinamarca | 56,5 |
| Bélgica | 56,1 |
| Irlanda | 56,0 |
| Reino Unido | 55,9 |
| França | 55,5 |
| Países Baixos | 54,7 |
| Alemanha | 51,6 |
| Áustria | 51,5 |
| Luxemburgo | n.d. |
| Grécia | n.d. |

n.d. – Não disponível

Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

Anexo L – DESPESA PÚBLICA EM EDUCAÇÃO

| DESPESA PÚBLICA EM EDUCAÇÃO, 2001 | |
|--|-----|
| (% PIB) | |
| UE 15 | 5,1 |
| Dinamarca | 8,5 |
| Suécia | 7,3 |
| Finlândia | 6,2 |
| Bélgica | 6,1 |
| Portugal | 5,9 |
| Áustria | 5,8 |
| França | 5,7 |
| Itália | 5,0 |
| Países Baixos | 5,0 |
| Reino Unido | 4,7 |
| Alemanha | 4,6 |
| Espanha | 4,4 |
| Irlanda | 4,4 |
| Grécia | 3,9 |
| Luxemburgo | 3,9 |

Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

Anexo N – POPULAÇÃO EMPREGADA POR SECTOR DE ACTIVIDADE

| POPULAÇÃO EMPREGADA POR SECTOR DE ACTIVIDADE | | | | |
|---|---------------------|----------------------|--------------------|-------------------|
| 2003 | Total (1000) | % Agricultura | % Indústria | % Serviços |
| UE 15 | 163.758 | 3,8 | 26,5 | 64,5 |
| Áustria | 3.693 | 5,5 | 28,7 | 65,7 |
| Bélgica | 4.055 | 1,7 | 24,9 | 73,3 |
| Alemanha | 35.927 | 2,4 | 31,4 | 66,2 |
| Dinamarca | 2.704 | 3,3 | 23,1 | 73,4 |
| Espanha | 16.666 | 5,6 | 30,8 | 63,6 |
| Finlândia | 2.401 | 5,2 | 26,6 | 67,7 |
| França | 24.041 | 4,3 | 24,5 | 70,6 |
| Grécia | 4.015 | 16,3 | 22,0 | 61,7 |
| Irlanda | 1.778 | 6,4 | 27,7 | 65,6 |
| Itália | 22.057 | 4,7 | 31,8 | 63,5 |
| Luxemburgo | 188 | 2,7 | 19,1 | 78,2 |
| Países Baixos | 8.176 | 2,9 | 21,0 | 76,1 |
| Portugal | 5.118 | 12,8 | 32,8 | 54,4 |
| Suécia | 4.352 | 2,6 | 22,6 | 74,8 |
| Reino Unido | 28.637 | 1,2 | 23,5 | 75,1 |

Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

Anexo O – VALOR DO VAB POR SECTOR DE ACTIVIDADE - PORTUGAL



Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

Anexo P – VALOR DO PIB POR SECTOR DE ACTIVIDADE - ESPANHA



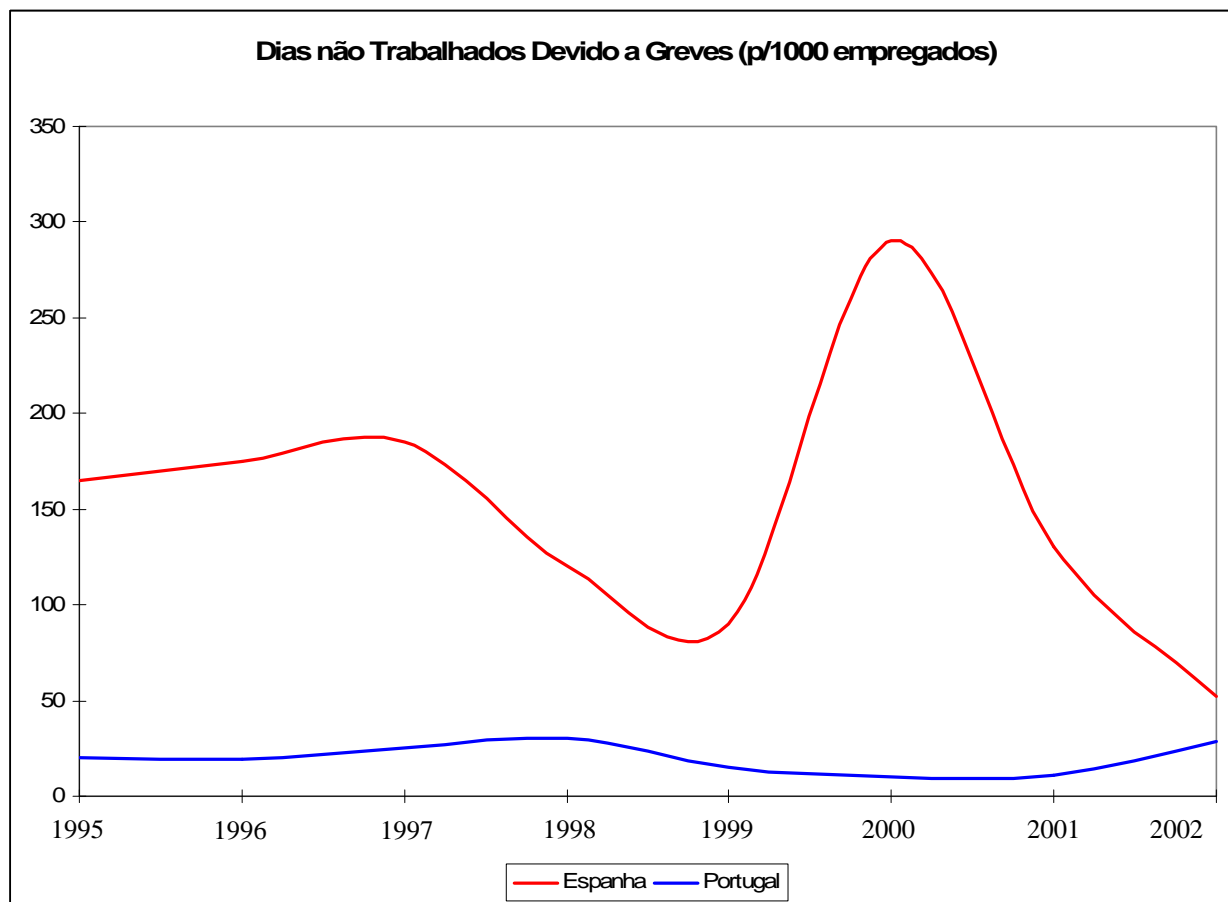
Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

Anexo R – TAXA DE DESEMPREGO POR REGIÕES, 2003 (%)



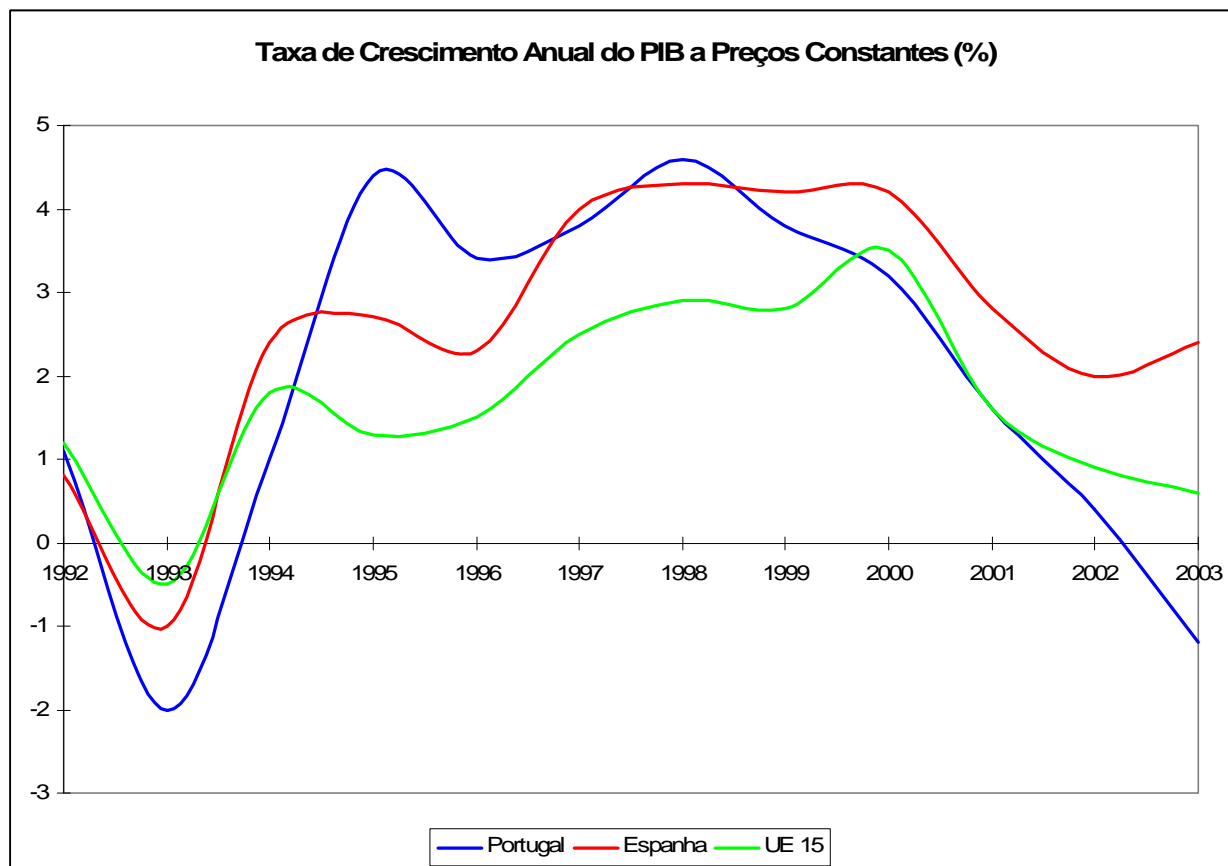
Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

Anexo S – DIAS NÃO TRABALHADOS DEVIDO A GREVES



Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

Anexo T – TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB A PREÇOS CONSTANTES



Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

Anexo U – EVOLUÇÃO DO PIB PER CAPITA A PREÇOS CORRENTES

| PIB PER CAPITA A PREÇOS CORRENTES | | | |
|--|-------------|-------------|-------------|
| Milhares de euros | 1998 | 2000 | 2002 |
| UE 15 | 20,3 | 22,7 | 24,1 |
| Luxemburgo | 39,6 | 48,5 | 50,2 |
| Dinamarca | 29,1 | 32,1 | 34,1 |
| Irlanda | 20,9 | 27,1 | 33,1 |
| Suécia | 25,0 | 29,3 | 28,7 |
| Reino Unido | 21,8 | 26,6 | 28,0 |
| Países Baixos | 22,4 | 25,3 | 27,5 |
| Áustria | 23,7 | 25,8 | 27,1 |
| Finlândia | 22,4 | 25,1 | 26,9 |
| Alemanha | 23,4 | 24,7 | 25,6 |
| Bélgica | 21,9 | 24,2 | 25,2 |
| França | 21,6 | 23,4 | 24,8 |
| Itália | 18,6 | 20,2 | 21,7 |
| Espanha | 13,3 | 15,3 | 17,2 |
| Grécia | 10,1 | 11,3 | 12,9 |
| Portugal | 9,9 | 11,3 | 12,5 |

Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

Anexo V – PIB PER CAPITA A PREÇOS CORRENTES, 2002



Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

Anexo W – PRINCIPAIS PARCEIROS COMERCIAIS DE PORTUGAL

| PRINCIPAIS PARCEIROS COMERCIAIS, 2003 | | | |
|--|-----------------|------------------|--------------------|
| Exportações | Portugal | | Importações |
| | % | % | |
| 1º Espanha | 27,7 | 1º Espanha | 29,1 |
| 2º Alemanha | 15,2 | 2º Alemanha | 14,7 |
| 3º França | 12,9 | 3º França | 9,9 |
| 4º Reino Unido | 10,5 | 4º Itália | 6,4 |
| 5º EUA | 5,8 | 5º Reino Unido | 4,9 |
| 6º Itália | 4,8 | 6º Países Baixos | 4,6 |
| 7º Bélgica | 4,6 | 7º Bélgica | 2,9 |
| 8º Países Baixos | 3,9 | 8º EUA | 1,9 |
| 9º Angola | 2,3 | 9º Japão | 1,7 |
| 10º Suécia | 1,3 | 10º Nigéria | 1,7 |

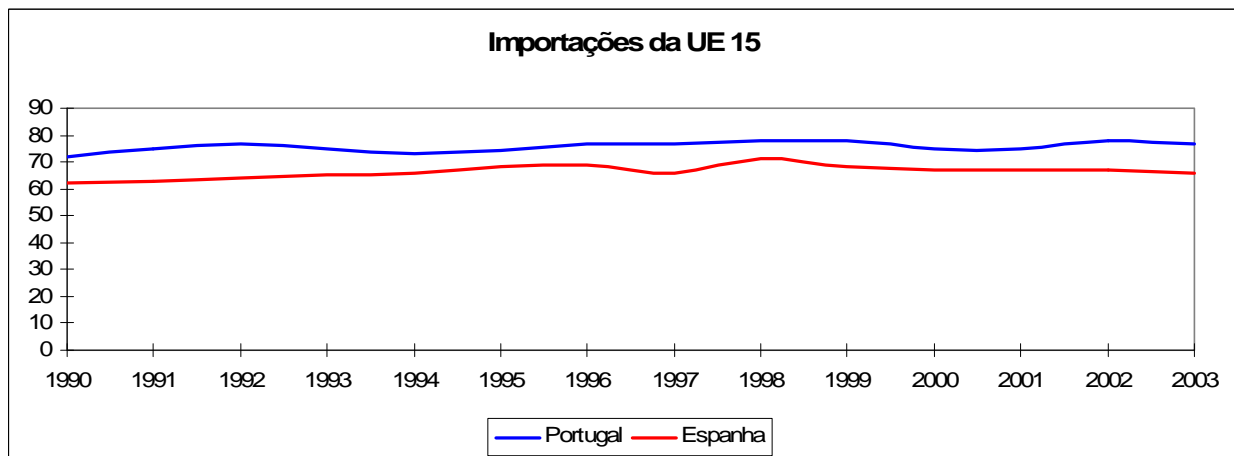
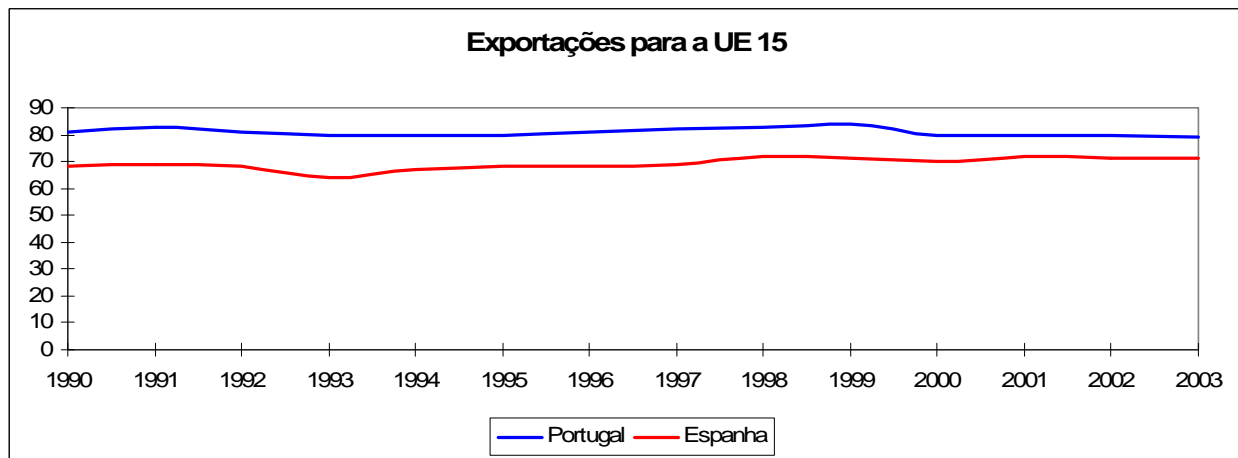
Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

Anexo X – PRINCIPAIS PARCEIROS COMERCIAIS DA ESPANHA

| PRINCIPAIS PARCEIROS COMERCIAIS, 2003 | | | | |
|--|----------------|------------------|--------------------|----------|
| Exportações | Espanha | | Importações | % |
| | % | | | |
| 1º França | 19,1 | 1º França | 16,8 | |
| 2º Alemanha | 11,9 | 2º Alemanha | 16,6 | |
| 3º Itália | 9,6 | 3º Itália | 8,8 | |
| 4º Reino Unido | 9,3 | 4º Reino Unido | 6,5 | |
| 5º Portugal | 9,3 | 5º Países Baixos | 4,8 | |
| 6º EUA | 4,2 | 6º Bélgica | 3,5 | |
| 7º Países Baixos | 3,4 | 7º Portugal | 3,2 | |
| 8º Bélgica | 3,0 | 8º China | 3,2 | |
| 9º México | 1,6 | 9º EUA | 3,1 | |
| 10º Marrocos | 1,3 | 10º Japão | 2,1 | |

Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

Anexo Y – TROCAS COMERCIAIS COM A UE 15



Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

Anexo Z – PRINCIPAIS TROCAS COMERCIAIS ENTRE PORTUGAL A ESPANHA

| PRINCIPAIS TROCAS COMERCIAIS ENTRE PORTUGAL E ESPANHA, 2003 | | | | | |
|--|--|----------|--------------------------------------|--|----------|
| Portugal exporta para Espanha | | % | Espanha exporta para Portugal | | % |
| 1º | Veículos automóveis e componentes | 13,4 | 1º | Veículos automóveis e componentes | 11,9 |
| 2º | Vestuário e acessórios | 11,2 | 2º | Artigos manufacturados diversos | 5,0 |
| 3º | Equipamento eléctrico | 5,6 | 3º | Vestuário e acessórios | 4,9 |
| 4º | Ferro e aço | 4,6 | 4º | Equipamento eléctrico | 4,5 |
| 5º | Produtos metálicos fabricados | 4,0 | 5º | Papel e cartão | 3,9 |
| 6º | Manufacturas de minerais não metálicos | 3,8 | 6º | Máquinas de escritório e de processamento de dados | 3,7 |
| 7º | Fibras, tecidos e produtos têxteis | 3,6 | 7º | Máquinas e equipamento industrial | 3,6 |
| 8º | Mobiliário e componentes | 3,6 | 8º | Peixe, crustáceos e moluscos | 3,5 |
| 9º | Madeira e produtos de madeira | 3,3 | 9º | Ferro e aço | 3,3 |
| 10º | Papel e cartão | 3,2 | 10º | Produtos metálicos fabricados | 3,3 |

Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

APÊNDICES

Apêndice A – SÍNTESE HISTÓRICA DA ESPANHA

No início do século XX, saboreava ainda a Espanha a recém instaurada monarquia e a implementação da Constituição de 1876, quando sofreu o dissabor que a história designou, simplesmente, como “o desastre”. A expressão pretendeu caracterizar a crise vivida no final do século XIX, em 1898, que teve como consequência a perda das colónias de Porto Rico, Cuba e Filipinas. Apesar do regime ter resistido a tais acontecimentos, sobressaiam as vozes críticas, os movimentos de protesto e os incitamentos à implementação de reformas, inicialmente, por acção do movimento regeneracionista liderado por *Joaquim Costa*. Embora não tenha conseguido as esperadas adesões, pretendia mobilizar a classe política para que fossem encetadas as desejadas reformas social, económica e educacional.

O ressurgimento do movimento republicano era, também, uma consequência inevitável, que a partir de 1900 tomava duas direcções distintas. De um lado, surgia *Alejandro Lerroux*, “herdeiro da velha tradição revolucionária urbana” (CARR et al, 2004, p.204), explorando o descontentamento dos trabalhadores marginalizados que viviam nos bairros de lata das grandes cidades. As suas acções visavam atingir os ideais da burguesia, através do renascimento do anticlericalismo violento da década de 1830. Do outro, situava-se a ala burguesa representada pelo Partido Republicano Reformista, caracterizado pela qualidade intelectual dos seus dirigentes, onde despontavam jovens como *Manuel Azaña* que viria a desempenhar um papel relevante no período da Segunda República.

Esta ala reformista pretendia modernizar o país, democratizar e actualizar a legislação social e educacional, assim como afirmava ser possível a convivência com o regime monárquico, desde que este pudesse assegurar os valores e os princípios reformistas pretendidos. O movimento teve uma larga implantação nas grandes cidades onde, nas eleições regionais, obteve resultados superiores aos da monarquia, contudo, no interior rural, as votações não foram nada positivas.

Neste contexto, alguns movimentos nacionalistas atingiam dimensões de relevo. O catalanismo, iniciado na década de 1830 como um movimento de renascimento literário da língua e cultura catalã, assumia, em 1890, uma dimensão política que reivindicava a possibilidade de constituir um governo autóctone. A direcção estava a cargo de *Prat de la Riba* que, apesar das suas reivindicações de âmbito nacionalista recusavam os movimentos de cariz radical. Em 1906, tendo em vista as eleições do ano seguinte, surge o “*Solidaritat Catalan*” que resultou da união de todos os movimentos, com excepção do liderado por *Lerroux*. Apesar das exigências de criação de um governo catalão permanecerem por satisfazer, *Prat de la Riba*

promovia a língua e cultura catalã. Em 1922, o catalanismo político dava origem à Acção Catalã que assumia os princípios da esquerda republicana que, sob a liderança do Coronel *Francesc Maciá*, se tornava num movimento separatista lutando pela Catalunha como uma república livre num Estado federal.

Os Bascos, que ainda sofriam as consequências das rebeliões carlistas do período de 1833-39, desenvolviam um tipo de nacionalismo que, por não possuírem a unidade política do movimento catalão, não representava qualquer ameaça ao regime. Foi *Sabino de Arana* que desenvolveu o sentido de união entre os bascos, designando a união nacional por *Euzkadi* e assumindo o desígnio de separação do Estado espanhol. A par da língua basca, fundou o Partido Nacionalista Basco que desenvolvia um nacionalismo essencialmente racista mas, ao contrário do movimento nacionalista catalão, não se colocou na ala esquerda do sector político. A partir da década de 1960, os nacionalistas radicais adoptaram a acção terrorista como método para atingirem os fins propostos.

Outra das forças políticas que despontava era o *Partido Socialista Obrero Español* (PSOE), fundado em 1879 por *Pablo Iglésias*. Encontrava-se significativamente implantado nos distritos das minas de carvão das Astúrias e das minas de ferro e da indústria metalúrgica de Bilbao. No entanto, a sua implantação não chegava ao interior rural, onde se sobrepunham os sindicatos católicos em Navarra e Castela e os movimentos anarquistas na Andaluzia e Levante.

A igreja opunha-se às tendências reformistas e de modernização, então proclamadas. Para combater estes movimentos, que encarava como ameaça, alargava a actividade missionária e empenhava a Acção Católica na mobilização dos leigos. Entretanto, as ordens religiosas “apoderavam-se das funções de bem-estar e educacionais que o governo não conseguia financiar” (CARR et al, 2004, p.210).

Com a restauração monárquica em 1876, os governos desenvolviam a sua acção em regime de alternância partidária, entre liberais e conservadores. Contudo, as querelas partidárias e a corrupção política não permitiam aos partidos estabelecerem governos estáveis. Esta instabilidade originou, entre 1902 e 1923, a tomada de posse de 34 governos, números que reflectem a precariedade do sistema político a que o rei Afonso XIII deveria fazer face.

Em 1923, através de um *pronunciamiento*¹, o General *Primo de Rivera* tomou o poder e foi reconhecido pelo rei como ditador militar. Era sua intenção conseguir o afastamento dos políticos corruptos e ineficazes, de forma a entregar o País aos verdadeiros patriotas. O seu programa de governo assentava na realização de inúmeros projectos de obras públicas e na

¹ Revolta militar com o objectivo da tomada do poder.

protecção da economia, tornando-a fechada e auto-suficiente. O seu programa falha por dificuldades orçamentais, falhando, também, o projecto político de criação de um vasto movimento patriótico que deveria dar origem à União Política Nacional. *Primo de Rivera* é afastado pelo rei em 1930, após a tentativa de encetar uma reforma no Exército. No entanto, os custos são vastos caindo, também, o regime monárquico.

A 2ª República, proclamada a 14 de Abril de 1931, transmitia a esperança própria de um regime democrático. O novo sistema político pretendia levar a cabo reformas radicais de âmbito social e cultural que, de uma forma geral, se resumiam ao alargamento dos direitos às minorias, ao reconhecimento das reivindicações autonómicas das regiões históricas, na atribuição de melhores salários e mais direitos sindicais. Para os sectores mais tradicionais da sociedade espanhola as transformações e as reformas eram vistas como uma ameaça aos seus interesses, bem como à identidade da própria Espanha. Assim, a igreja temia a progressiva laicização da sociedade, os latifundiários e os industriais receavam os anúncios de subida de salários e o aumento dos direitos sindicais, e a ala conservadora do Exército encarava o reconhecimento das autonomias regionais como uma ameaça à integridade territorial do país.

O governo, formado por republicanos e socialistas, dirigido inicialmente por *Alcalá Zamora* e, posteriormente, por *Manuel Azaña*, demonstrava os primeiros sinais do desgaste provocado pelas elevadas expectativas criadas, bem como pelas polémicas reformas pretendidas. Em 1933 surgia a oposição da Confederação dos Grupos Autónomos de Direita (CEDA), dirigida por *José Maria Gil Robles*, que se assumia como o principal partido do parlamento, a partir das eleições realizadas no final do ano. Este facto, permitia-lhe apoiar um governo minoritário da ala direita dos republicanos radicais.

Em 1935, os escândalos de corrupção, ocorridos no seio da coligação de direita, levaram à convocação de eleições que recolocaram no governo a Frente Popular, antiga aliança eleitoral entre socialistas e republicanos, de *Manuel Azaña* e *Idalécio Prieto*. Contudo, a instabilidade social e o fraccionamento político da Espanha, que opunha de um lado os republicanos apoiados pela esquerda e, do outro, a direita que “pretendia desestabilizar a república através da desordem civil” (CARR et al, 2004, p.230), faziam prever a realização de um golpe militar com o objectivo de instaurar um regime autoritário e, implicitamente, derrubar o regime. O assassinio de *José Calvo Sotelo*, um monárquico autoritário de direita e líder do Bloco Nacional, foi o catalizador necessário para a realização do golpe que se iniciou a 17 de Julho com a sublevação do Exército em Marrocos. Ao falhar, este golpe mergulhou a Espanha num prolongado e sangrento conflito interno.

A guerra civil opôs os partidários do regime aos nacionalistas, liderados pelo Generalíssimo *Francisco Franco*, também conhecido pela designação de “caudilho”. Os revoltosos pretendiam a derrota da democracia e o conseqüente restabelecimento de um regime autoritário, assim como a restauração do papel da igreja católica e a salvaguarda da integridade territorial das ambições separatistas de bascos e catalães. A intensidade dos combates e os prováveis riscos de uma vitória republicana para a estabilidade da Europa, em especial para Portugal, levaram a que o apoio externo fosse considerado um factor determinante para o sucesso. Assim, enquanto os nacionalistas cativaram a simpatia da Alemanha, Itália e de Portugal, os republicanos asseguravam o suporte soviético.

A França e a Grã-Bretanha, receando o contágio do conflito à Europa, propuseram a assinatura de um acordo de não-intervenção, assim como a criação de uma comissão que acompanhasse a sua implementação. Apesar de assinado pelas potências europeias já referidas, de nada valeu, verificando-se violações por parte da Alemanha e da Itália, que contribuíram com aviões para o transporte de tropas, nomeadamente das forças revoltosas sedeadas em Marrocos, armas e homens. Também o Governo de Portugal não deixaria de prestar o seu contributo para o êxito nacionalista, desempenhando um papel fundamental no apoio logístico às suas forças. Mais tarde, a Rússia efectivava o apoio ao regime cedendo material de guerra. A 27 de Março de 1939 os nacionalistas tomavam Madrid e, três dias depois, a guerra era dada por terminada.

Seguiu-se um período de regime conservador e autoritário, liderado por *Francisco Franco*, cujo poder assentava na igreja, no Exército e na recém criada Falange. O regime suportou o período de guerra generalizada que se seguiu na Europa, na qual, apesar da sua alegada neutralidade, deixou claro o alinhamento com as nações do eixo. A entrada na guerra chegou a ser negociada, facto que poderia arrastar a Península para o conflito.

O alinhamento espanhol e a manutenção de um regime autoritário, estiveram na base de um período de isolamento imposto pela comunidade internacional. As conseqüências de maior visibilidade foram o afastamento do *Plano Marshal*, a não entrada na OTAN, na ONU e na CEE. Este período foi mantido até 1953, ano em que foram assinados os acordos de cooperação com os EUA que permitiram o estacionamento de bases militares no território em troca de ajuda financeira.

Economicamente, a Espanha encontrava-se numa situação catastrófica, motivada pela prolongada guerra civil, pela guerra mundial, pelo auto-isolamento económico, patrocinado pelo regime, e pelo isolamento externo imposto pela comunidade internacional. A partir de 1959, *Franco* aceitava alterar a política económica pondo em prática um plano de estabilidade, que

originou importantes resultados. Contudo, a agitação social crescia, fruto da incompatibilidade entre reformas e modernização, e a existência de um regime autoritário.

Ressurgem também, os movimentos nacionalistas regionais que provocam um rude golpe quando, em 1973, a ETA assassina *Carrero Blanco*, Primeiro-Ministro de *Franco*. Com a morte do Chefe de Estado, em 1975, é coroado rei *Juan Carlos I*, entretanto regressado de Portugal. O regime de *Francisco Franco* é desmantelado e é instaurada a democracia, que tem vindo a proporcionar uma alternância de governos entre o PSOE e o PP, dos quais *Felipe González*, *José Maria Aznar* e *José Luís Zapatero* são os mais recentes interpretes.

Apêndice B – SINTESE HISTÓRICA DE PORTUGAL

Ao virar do século, Portugal encontrava-se numa difícil situação financeira, agravada pela diminuição das receitas externas, provenientes das exportações agrícolas e das receitas monetárias dos emigrantes. Em 1892, os “credores suspenderam os empréstimos à coroa portuguesa” (CARNEIRO et al, 2001, p.488), provocando mesmo a entrada do Estado na situação de bancarrota. A agitação social fazia sentir-se com intensidade, a par de numerosas manifestações em favor da República. Na época, estava ainda muito presente a constrangedora questão do ultimato inglês que, em resposta às aspirações nacionais do Mapa Cor-de-rosa¹ que colidiam com as pretensões coloniais britânicas², pressionaram Portugal a abandonar o projecto, pondo a nu a influência inglesa nos desígnios nacionais.

O regime monárquico encontrava-se em crise, assim como o próprio sistema liberal constitucional. Os primeiros anos do novo século foram caracterizados por uma vincada instabilidade governativa. Os escândalos políticos avolumavam-se retirando credibilidade à classe política e à autoridade do próprio Estado. Também os partidos políticos não eram alheios à turbulência então instalada, sucedendo-se as cisões, novos partidos nasciam, representando outras facções. Os governos sucediam-se, até que a instabilidade faz desencadear, em 28 de Janeiro de 1908, uma intentona republicana para derrubar o regime. O clima de agitação social e de confrontação política culminou, em 1 de Fevereiro, com o assassinio do rei D. Carlos e do príncipe herdeiro D. Luís Filipe.

A tentativa de D. Manuel II para manter o regime monárquico não surtiu efeito e, num movimento liderado pelo Almirante Cândido dos Reis e por D. Miguel Bombarda, é implantada a República a 5 de Outubro de 1910. Nos primeiros anos, entre 1911 e 1917, mantinha-se um ambiente de forte instabilidade, podendo identificar-se quatro (CARNEIRO et al, 2001, p.494) períodos políticos distintos: o primeiro, compreendido entre 1911 e 1913, foi caracterizado pela formação de governos de coligação; o segundo, entre 1913 e 1915, no qual acção governativa foi exercida pelo Partido Democrático liderado por Afonso Costa; no terceiro, confinado ao ano de 1915, surgia o período de ditadura do General Pimenta de Castro; por último, o período compreendido entre os anos de 1916 e 1917, no qual governaram os executivos que decidiram a posição beligerante de Portugal na I Guerra Mundial.

¹ O Mapa Cor-de-rosa representava o projecto português de unir os territórios de Angola e Moçambique.

² Os ingleses pretendiam criar um corredor contínuo do Cairo até à cidade do Cabo na África do Sul.

Na fase que se seguiu à implantação da república, foi considerada de grande importância a necessidade de proceder à consolidação do regime e à criação de um clima de pacificação nacional e de ordem pública, pelo que deveria dar-se início à implementação das promessas efectuadas pelo Partido Republicano. A constituição surgiu em 1911 e com ela apareceram reformas de vulto para a época, tais como, a laicização do Estado, a expulsão das ordens religiosas, a proibição do ensino religioso nas escolas públicas e a regulamentação da greve. Contudo, as medidas reformistas desencadearam desentendimentos e um grande descontentamento nalguns sectores da sociedade portuguesa. Por um lado, eram lesados interesses há muito instalados, considerando as medidas muito excessivas, por outro, consideravam-nas insuficientes.

A participação das Tropas portuguesas na I Guerra Mundial teve em Afonso Costa e Bernardino Machado os seus maiores entusiastas. Para tal, foram apresentadas três razões distintas: a primeira, a “tese colonial” (CARNEIRO et al, 2001, p.496), defendia que seria a única forma de Portugal manter a soberania sobre as colónias, contrariando as pretensões alemãs, e mantendo-se ao lado dos aliados, para assim ter assento no concerto das nações após o final da guerra. A segunda, a “tese europeia peninsular” (CARNEIRO et al, 2001, p.496), que deixava explícito a necessidade de um Portugal beligerante em face da neutralidade espanhola, seria a forma de fortalecer a posição do País junto da Grã-Bretanha, e conferir importância estratégica ao território, diferenciando-o no quadro peninsular. Por último, a tese que afirmava que a participação num conflito mundial, ao lado das grandes potências europeias, deveria atribuir legitimidade ao regime, permitindo a sua consolidação política.

A permanente instabilidade política e as fortes contestações sociais, levaram à revolução de 5 de Dezembro de 1917, na qual Sidónio Pais assumiu o poder, transformando o regime parlamentar num regime presidencialista, autoritário e corporativo. Sidónio Pais era assassinado em 14 de Dezembro de 1918, facto que motivou o regresso do anterior sistema multipartidário ou de partido dominante. Apesar da mudança, mantinha-se o quadro de situação anteriormente descrito que, tendo como aliado a precária situação económica, representava o factor catalizador, necessário para a realização do golpe militar de 28 de Maio de 1926, que mergulhou o País num período de ditadura militar. Sucediavam-se as situações de conspiração e tentativas revolucionárias contra a ditadura, que ficaram conhecidas pelo “reviralhismo”.

Já com António de Oliveira Salazar na pasta das finanças, desde Abril de 1928, eclodia o Estado Novo que o levaria à Presidência do Conselho de Ministros em 1932. Criada a União Nacional, que congregava as forças políticas apoiantes do regime, iniciava-se um período de

regime autoritário que governaria Portugal cerca de quarenta anos. Da época citada, destacam-se acontecimentos importantes a que o País teve que dar resposta, designadamente a guerra civil de Espanha, na qual, apesar do pacto de não-intervenção, Portugal tomou uma posição de apoio aos nacionalistas liderados pelo General *Francisco Franco*; a II Guerra Mundial, sobre a qual pôde manter um estatuto de neutralidade, embora colaborando com as forças aliadas; e, finalmente, o novo enquadramento geoestratégico decorrente dos acontecimentos que precederam o conflito, e que culminaram na aproximação aos EUA e no convite para, em 1949, integrar a OTAN.

O autoritarismo do regime e a sua política colonial determinaram ao País um momento de isolamento internacional, motivo pelo qual Portugal viria a sofrer forte pressão externa. Goa, Damão e Dio são ocupadas pelas forças indianas e, ao mesmo tempo, eclodiam movimentos autonomistas nos restantes territórios. A guerra teve início em Angola e rapidamente se propagou às restantes colónias, prolongando-se até 1974, ano em que um golpe de Estado põe fim ao regime e à guerra colonial. Seguiu-se um processo revolucionário, que terminou em 25 de Novembro de 1975, “abrindo-se caminho à instauração de uma democracia parlamentar” (CARNEIRO et al, 2001, p.496).

Seguiu-se um período de transição, caracterizado por grande instabilidade governativa. Apenas a partir das eleições antecipadas de 1987, foi possível constituir governos de maioria absoluta, que permitiram a estabilidade política necessária à implementação de reformas estruturais, indispensáveis a um processo de evolução consolidada. A transição para um regime democrático foi determinante, para que fosse concluído o processo de adesão à CEE, tratado assinado em 1985, juntamente com a Espanha, no Mosteiro dos Jerónimos.

Eliminado: <sp>

Apêndice C – CRONOLOGIA DOS ACONTECIMENTOS MAIS IMPORTANTES

Eliminado: A

1939 - Tratado de Amizade e Não Agressão e Protocolo Adicional que previa a consulta mútua entre os dois estados, relativamente a acontecimentos que pudessem por em causa a segurança e independência dos dois países;

Eliminado: -

Tabela formatada

Eliminado: .

1940 - Acordo tripartido entre Portugal, a Espanha e o Reino Unido que permitia ao vizinho peninsular importar produtos das colónias portuguesas, com base numa linha de crédito concedida pelo Reino Unido. Este Acordo visava garantir o fornecimento de produtos essenciais à Espanha, de modo a suprir as carências originadas pela guerra civil de 1936-39, e evitar a participação espanhola na II Guerra Mundial;

Eliminado: -

Eliminado: à Espanha

Eliminado:

Eliminado: deste país

Eliminado: .

1941/43 - Assinatura de novos Acordos comerciais entre Portugal e Espanha com o mesmo objectivo do anterior;

Eliminado: -

Eliminado: .

1945 - A partir deste ano realizaram-se reuniões anuais da Comissão Mista Luso-espanhola de acompanhamento dos acordos comerciais e de pagamentos assinados anteriormente;

Eliminado: -

Eliminado: .

1946 - A ONU decreta o boicote à Espanha;

1948 - Pacto Peninsular – Prorrogação do Tratado de Amizade e Não Agressão por mais dez anos;

Tabela formatada

Eliminado: -

Eliminado: . Portugal é membro fundador da OCDE. Formalização do Acordo de Defesa com os

- Portugal é membro fundador da OCDE;

- Formalização do Acordo de Defesa com os EUA que permitiu a utilização da Base Militar nos Açores;

1949 - Portugal é membro fundador da OTAN;

Tabela formatada

- Recusada a adesão espanhola, facto que motivou o arrefecimento temporário das relações entre os dois países. A Espanha considerava que a adesão de Portugal à OTAN contrariava o Tratado de Amizade assinado entre ambos;

- Inicia-se um processo de cooperação militar entre os dois países que englobava a realização de manobras conjuntas para a defesa dos Pirinéus, em caso de tentativa de invasão da Península Ibérica;

Tabela formatada

- Assinatura do Acordo Preliminar de Cooperação Económica entre Portugal e Espanha, que veio substituir os Acordos Comerciais assinados anteriormente;

- Assinatura de acordos para a concessão de crédito, entre a Espanha e os EUA, marcando o início do fim do isolamento internacional da Espanha;

Formatada: Tabulações: 468 pto, Direita + Não em 425,2 pto

Eliminado:

Eliminado: de 3¶

- 1951 : Portugal renova o acordo de defesa com os EUA, que seria novamente prorrogado em 1957;
- 1953 : A Espanha assina com os EUA os Convénios sobre Ajuda para Mútua Defesa e sobre Ajuda Económica. Estes, permitem a utilização do território espanhol para fins de defesa e prolongam a ajuda económica, iniciada em 1949, que vai permitir a reconstrução e o relançamento económico do país;
- 1955 : Portugal e Espanha aderem à ONU pondo fim em definitivo ao isolamento internacional do nosso vizinho peninsular;
- 1956 : A Espanha concede a independência a Marrocos dando corpo a uma política africana oposta à portuguesa;
- 1958 : A Espanha adere à OCDE, Banco Mundial e ao FMI, dando início ao processo de abertura internacional da sua economia;
- 1959 : Portugal, no mesmo ano em que adere ao FMI e ao Banco Mundial, é um dos membros fundadores da EFTA, tomando uma opção de internacionalização e de abertura da sua economia que se enquadrava na tradicional aliança Luso-britânica que serve de base à manutenção da sua política colonial;
- 1959 : A Espanha inicia a internacionalização da sua economia através do alargamento do número dos seus parceiros comerciais a várias regiões do mundo;
- 1960 : Assinatura de um novo acordo comercial ibérico que incidia essencialmente sobre as pautas aduaneiras em vigor entre os dois países. Este acordo não representou nenhuma alteração relativamente à política portuguesa de limitar as relações económicas com a Espanha, de modo a proteger as colónias dos investidores e das empresas deste país;
- 1962 : A Espanha realiza contactos informais com vista à adesão à CEE. Dada a incerteza da entrada, os responsáveis espanhóis preferiram concentrar-se na assinatura de um acordo comercial preferencial com a CEE;
- 1963 : Data de realização do último encontro entre Oliveira Salazar e *Francisco Franco*. Após 1963, e até ao final da década, não houve encontros entre altos responsáveis de Portugal e da Espanha, mostrando bem a menor importância dada por ambos às relações ibéricas;
- 1963 : A Espanha concede autonomia à Guiné espanhola;
- 1968 : Independência da Guiné espanhola;
- 1970 : Assinatura e entrada em vigor do acordo comercial da Espanha com a CEE;

... [1]

Formatada: Tipo de letra: Itálico

Tabela formatada

Formatada: Tabulações: 468 pto, Direita + Não em 425,2 pto

Eliminado:

Eliminado: de 3¶

- 1972 : Portugal assina acordos comerciais preferenciais com a CEE e com a CECA que entram em vigor em 1973;
- 1974 : Em Portugal, com o golpe militar realizado em 25 de Abril de 1974, inicia-se o processo de transição para a instauração de um sistema político democrático;
- 1975 : A Espanha dá início ao seu processo de transição para a democracia. Morre Francisco Franco e é coroado o rei *D. Juan Carlos I*;
- 1977 : Portugal e Espanha efectuam, em simultâneo, o pedido de adesão à CEE;
- 1978 : Início das negociações de Portugal para a adesão à CEE;
- 1979 : Início das negociações da Espanha para a adesão às Comunidades Europeias. As negociações definem a estratégia de ambos os países de integração na Europa Ocidental iniciando-se o processo de abertura do espaço económico ibérico;
- 1980 : A Espanha assina um acordo com a EFTA, no âmbito do qual se estabelece o Acordo de Comércio Bilateral Luso-espanhol – Anexo P (relativo a Portugal);
- 1982 : A Espanha apresenta o pedido de adesão à OTAN;
- 1983 : Realização da I Cimeira Luso-espanhola, com a presença dos Chefes de Governo dos dois países, dando início a um processo regular de consulta entre ambos para discussão dos assuntos de interesse comum, especialmente os de índole bilateral;
- 1986 : Adesão de Portugal e da Espanha à CEE;
: Realização do referendo que confirma a entrada da Espanha na OTAN;
- 1990 : Portugal e Espanha aderem à União Europeia Ocidental;
- 1992 : Portugal e Espanha assinam o tratado de Maastricht onde se encontra previsto a criação de uma UEM;
: Entrada do escudo e da peseta no Sistema Monetário Europeu;
- 1993 : Entra em vigor o Mercado Único Europeu;
- 1996 : Os dois países assinam o Tratado de Amesterdão;
- 1999 : Entrada em vigor do Euro – Moeda Única Europeia;
: Início da terceira e última fase da União Económica e Monetária;

Formatada: Tipo de letra: Itálico

Tabela formatada

Formatada: Tabulações: 468 pto, Direita + Não em 425,2 pto

Eliminado:

Eliminado: de 3¶

Apêndice D – A GEOGRAFIA E A GEOETNOGRAFIA DA PENÍNSULA IBÉRICA

Para efectuar uma caracterização da Península Ibérica, atendendo ao âmbito do trabalho, e por muito superficial que esta deva ser, parece-nos lógico iniciá-la efectuando um enquadramento geográfico da área em estudo. Assim, se incidirmos o olhar sobre o globo terrestre e procurarmos o bloco geográfico que constitui a Península Ibérica, ao colocá-la no centro do olhar, verificamos que se insere no extremo Sudoeste da placa continental europeia. Deste conjunto europeu, destaca-se, a “bem pronunciada posição geográfica central” (GIRÃO, 1941, p.10), característica que lhe atribui a designação de “ponto de concentração dos continentes”¹.

A Península Ibérica apresenta-se numa “posição geograficamente excêntrica” (DRAIN, 1964, p.11) relativamente à plataforma continental europeia, da qual se encontra separada pelos Pirinéus. A mesma, projecta-se no Oceano Atlântico, tornando-se “na mais ocidental e meridional península” (GIRÃO, 1941, p.9) da Europa. Encontra-se enquadrada pelo Oceano Atlântico que banha as suas vertentes costeiras Norte, Oeste e Sul; e pelo Mar Mediterrâneo que complementa a delimitação oceânica na faixa costeira Sul, banhando, também, a faixa Sudeste que se prolonga até à cadeia montanhosa dos Pirinéus.

Sendo o Atlântico Norte e o Mediterrâneo o seu espaço de inserção marítima, a Península Ibérica enquadra-se nas cercanias de duas grandes massas continentais. A já referida Europa, e, a Sul, o continente Africano, com o qual o Estreito de Gibraltar representa a mais curta distância de transposição e, ainda, a porta entre os mares acima designados. Esta posição geográfica permitiu, por um lado, projectar a Europa no mundo, em direcção às Américas e Ásia, empregando o caminho marítimo, e por outro, constituir-se numa espécie de ponte para o continente Africano.

Em termos geomorfológicos, a península assemelha-se a “um quadrilátero” (FERNANDES et al, 1998, p.21) com uma área com cerca de 589.000 km², cabendo à Espanha cerca de 500.000 km² e a Portugal Continental 89.106 km². É uma região de planaltos, dos mais elevados do continente europeu, entre os quais se destaca Maciço Central Ibérico, também designada por Meseta Ibérica. Esta tem uma altitude média de 650 m e uma área aproximada de 210.000 km², encontrando-se separada na parte central pela Cordilheira Central, que a transforma em duas Submesetas. Este grande planalto encontra-se rodeado por várias planícies costeiras, na sua

¹ Referência de Amorim Girão a Vidal de La Blanche, salientando que, se procurarmos em que parte do mundo a Ásia, a África e a América se aproximam mais uma das outras, rapidamente se conclui que é na Europa.

maioria de pequenas dimensões, das quais se podem destacar a planície do Ebro a Nordeste; a do Guadalquivir a Sul; do Tejo e do Sado a Ocidente.

A orientação geral do conjunto está estabelecida em direcção à vertente atlântica, facto que determina a direcção dos grandes rios ibéricos. O Lima, o Minho, o Douro, o Tejo e o Guadiana são os rios portugueses de maior importância com nascente em Espanha, e que vêm o seu curso dirigi-los para a respectiva foz no Oceano Atlântico. Do lado espanhol, o Guadalquivir segue a mesma orientação, no entanto, o Ebro, é o único rio de grande envergadura que corre sob uma orientação Noroeste-Sudeste, desaguando no mediterrâneo.

A realidade geográfica influencia de forma directa o clima peninsular que, de uma forma geral, poderá ser considerado temperado, distinguindo-se, entre as várias regiões, devido às influências de vários factores. Assim, poderemos definir um clima de influência Atlântica a Norte e Noroeste, dos Pirinéus até à Galiza, caracterizado por uma fraca oscilação da temperatura média, abundância de chuva e ventos soprando do lado do mar. De influência continental, na região central, caracterizado por Invernos frios e prolongados, ocorrência de neve e Verões quentes e secos. Por último, um clima de influência mediterrânea na região Sul, caracterizado por Invernos temperados, reduzida pluviosidade e Verões muito quentes.

A geoetnografia peninsular foi caracterizada pela existência de uma significativa “divisão sociocultural” (FERNANDES et al, 1998, p.18) que, ao longo de vários séculos, esteve na base da estruturação Ibérica. Esta divisão seguiu, de uma forma geral, a orientação do Sistema Central que opunha, a Norte, um ambiente rural e de pastorício, próximo das culturas do Norte da Europa, e a Sul, uma cultura urbana e agrícola, tradicionalmente ligadas à cultura mediterrânea e africana. Foi principalmente nesta região que se fez sentir a presença dos colonizadores romanos e muçulmanos, com reflexos evidentes nas sociedades que se seguiram.

Os traços gerais acima apresentados caracterizam as grandes diferenças, no entanto tiveram reflexos importantes na definição de particularidades regionais onde assentaram as entidades autónomas peninsulares. Neste princípio, de uma forma geral, deveremos considerar a implantação de catalães, castelhanos, bascos e navarros; assim como uma forte influência mourisca e mediterrânea na região de Valência e de Granada. A planície ocidental esteve na base, tanto do Estado português, como da autonomia galega. Contudo, um factor revelou-se de manifesta importância para o suporte da diferenciação nacional, o aproveitamento do espaço marítimo, tirando partido dos estuários oferecidos pelos grandes rios peninsulares. Este facto foi determinante para a diferenciação e a estruturação de uma identidade própria, na qual assentou a independência nacional.

Apêndice E – O TRIÂNGULO ESTRATÉGICO PORTUGUÊS E O EIXO ESTRATÉGICO DA ESPANHA

O Oceano atlântico, o quadro territorial e a vizinhança com a Espanha, representam as “marcas genéticas de Portugal” (SANTOS, 2004, p.136). Conjugando as duas primeiras deparamo-nos com a descontinuidade do território nacional que determina a existência do denominado “Triângulo Estratégico Português” (SANTOS, 2004, p.138). Este é definido pelos vértices que se encontram apoiados no território continental, no arquipélago da Madeira e no arquipélago dos Açores. A superfície total deste espaço enquadrante¹, sendo grande parte dele marítimo, representa uma área com cerca de 2.300.000 km², isto é, 25 vezes superior às terras emersas de Portugal.

Os vértices definem um espaço estratégico que, pela sua posição geográfica, designadamente a sua projecção oceânica, permite que se constitua num importante ponto de apoio e controlo do tráfego marítimo e aéreo, efectuado entre os diversos continentes inseridos no espaço atlântico, assim como das rotas de entrada e saída do Mar Mediterrâneo. Este espaço poderá, ainda, desempenhar a função de plataforma de projecção de forças com diversos destinos.

Deste vasta área entendemos dever destacar, em primeiro lugar, o arquipélago dos Açores que, para além da profundidade que confere ao espaço estratégico português, representa um importante e relevante ponto de apoio para os EUA e para a OTAN. A Base das Lages tem desempenhado um papel determinante nas diversas acções militares americanas, constituindo-se, ainda, como pista de aterragem alternativa para aos Vaivém nos regressos dos voos espaciais. O vértice seguinte, representado pelo arquipélago da Madeira, permite controlar os movimentos de aproximação provenientes do Norte de África, assim como manter sob vigilância os movimentos ocorridos no Estreito de Gibraltar. Por último, embora não menos importante, o vértice continental que confere a capacidade de projecção de forças constituindo-se, também, numa retaguarda às acções desenvolvidas no continente europeu.

O Eixo Estratégico da Espanha encontra-se definido pela linha imaginária que une as Ilhas Canárias-Estreito de Gibraltar-Ilhas Baleares e representa o único canal que liga o Mar Mediterrâneo ao Oceano Atlântico. Esta linha imaginária, quando prolongada, poderá atingir os Países da América do Sul que integram a Comunidade Ibero-americana de Nações. Na sua função primária, este eixo permite o controlo sobre o Norte de África, assim como de todo o movimento marítimo e aéreo efectuado no mediterrâneo, assim como aquele destinado a

¹ Janus97 – Anuário de relações exteriores, p. 11.

prosseguir na imensidão do atlântico. Este eixo poder-se-á apoiar nas cidades autónomas de Ceuta e Melilla, localizadas na costa africana, contudo, juntamente com Gibraltar, constituem uma das questões territoriais que a Espanha tem ainda por resolver.

Relativamente ao triângulo estratégico português, o eixo estratégico espanhol apresenta-se “demasiado próximo para se resguardar de ameaças directas” (SANTOS, 2004, p.139), enquanto que o espaço português “está suficientemente próximo para, a partir dele, se projectarem forças, e bastante afastado para garantir a segurança relativamente a projecções continentais” (SANTOS, 2004, p.136).

Apêndice F – AS COMUNIDADES AUTÓNOMAS E AS PRINCIPAIS ASPIRAÇÕES

1. ANDALUZIA

- As suas províncias: Sevilha, Málaga, Granada, Cádiz, Huelva, Almería e Jaén.
- Pretende:
 - ✓ Um novo sistema de participação regional nas decisões do Estado;
 - ✓ Uma nova ordenação territorial;
 - ✓ Um espaço fiscal próprio gerido por uma agência tributária andaluza.

2. ARAGÃO

- As suas províncias: Saragoça, Huesca e Teruel.
- Pretende:
 - ✓ Novas competências no domínio da justiça;
 - ✓ Convocar eleições autonómicas fora do calendário geral.

3. ASTÚRIAS

- As suas províncias: Astúrias.
- Pretende:
 - ✓ A obtenção das competências do Instituto Social da Marinha;
 - ✓ A administração da justiça;
 - ✓ O PP, partido político na oposição, pretende uma reforma mais ambiciosa, de forma a equiparar as Astúrias às comunidades mais avançadas em transferências de autonomia.

4. BALEARES

- As suas províncias: Maiorca, Menorca e Ibiza.
- Pretende:
 - ✓ Uma polícia autonómica própria;
 - ✓ Novo sistema de financiamento;
 - ✓ De uma forma geral, pretende que lhe sejam atribuídas o máximo de competências autonómicas possíveis.

5. CATALUNHA

- As suas províncias: Barcelona, Tarragona, Lérida e Gerona.
- Pretende:
 - ✓ O estatuto de Nação;
 - ✓ Uma nova formula de relacionamento com o Estado central;
 - ✓ Novo sistema de financiamento;

- ✓ Nova formula de representação no Parlamento Europeu;
- ✓ Obter a supervisão do sector bancário, assim como rever o regime de competição;
- ✓ Sistema de segurança social;
- ✓ A gestão de portos, aeroportos e estradas;
- ✓ A capacidade de convocação de referendos;
- ✓ Esta comunidade autónoma pretende, no total, a transferência de 88 novas competências.

6. CANÁRIAS

- As suas províncias: Gran Canária e Tenerife.
- Pretende:
 - ✓ A cedência de quarenta novas competências já cedidas pelo Estado.

7. CANTÁBRIA

- As suas províncias: Cantábria.
- Pretende:
 - ✓ A transferência de competências no âmbito da justiça, Fundo Especial de Garantia Agrária, Instituto Social da Marinha e Instituto da Mulher.

8. CASTELA-LA-MANCHA

- As suas províncias: Toledo, Ciudad Real, Cuenca, Guadalajara e Albacete.
- Pretende:
 - ✓ Um novo sistema de financiamento para a saúde e a educação;
 - ✓ A administração da justiça.

9. CASTELA LEÃO

- As suas províncias: Valladolid, Leão, Salamanca, Segóvia, Palencia, Burgos, Zamora.
- Pretende:
 - ✓ Novas responsabilidades administrativas;
 - ✓ A Administração da justiça;
 - ✓ A Administração da água.

10. COMUNIDADE VALENCIANA

- As suas províncias: Valência, Alicante, Castellón.
- Pretende:
 - ✓ Novas direitos de cidadania;
 - ✓ Corpo policial autónomo.

11. EXTREMADURA

- As suas províncias: Cáceres, Badajoz.
- Pretende:
 - ✓ Mais do que as reformas do estatuto próprio, pretende que o Estado corrija os desequilíbrios entre as regiões ricas e as pobres.
 - ✓ Corpo policial autonómico.

12. PAÍS BASCO

- As suas províncias: Álava, Guipúzcoa, Biscaia.
- Pretende:
 - ✓ O estatuto de Nação;
 - ✓ Um novo modelo de relacionamento com o Estado que preveja a “associação livre”, isto é, tornar voluntária a associação ao Estado espanhol;
 - ✓ O projecto de reformas foi conhecido pelo “Plano Ibarretxe”, em alusão ao presidente do governo do País Basco.

13. NAVARRA

- As suas províncias: Navarra.
- Pretende:
 - ✓ Assumir a competência exclusiva da gestão do trânsito;
 - ✓ Ver revogada a quarta disposição transitória da Constituição que regula o processo que os navarros deveriam seguir no caso de decidirem a união com o País Basco.

14. MÚRCIA

- As suas províncias: Múrcia.
- Pretende:
 - ✓ Um corpo policial autonómico;
 - ✓ Que as alterações nos restantes estatutos salvaguem a coesão territorial e sejam limitadas pelos princípios da solidariedade entre autonomias.

15. MADRID

- As suas províncias: Madrid.
- Pretende:
 - ✓ Como capital do Estado, reclama do Governo central uma lei adaptada ao seu estatuto de capital;
 - ✓ Uma nova divisão do mapa eleitoral, com dez novas circunscrições que permitam aos madrilenos eleger mais directamente os seus representantes.

16. GALIZA

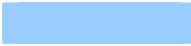
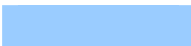


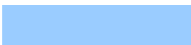


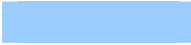

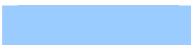
- As suas províncias: Corunha, Lugo, Orense, Pontevedra.
- Pretende:
 - ✓ O estatuto de Nação;
 - ✓ A gestão total dos seus portos e aeroportos;
 - ✓ A aprovação de um estatuto que reconheça aos galegos o direito de decisão sobre o seu destino.

17. LA RIOJA

- As suas províncias: La Rioja.
- Pretende:
 - ✓ A administração da justiça;
 - ✓ Um novo modelo de financiamento.

Fonte: MEIRELES, Isabel – Expresso: Única (16Abr05)

Apêndice G – VOTOS ATRIBUÍDOS A CADA PAÍS NO CONSELHO EUROPEU

| VOTAÇÃO NO CONSELHO EUROPEU* | | |
|-------------------------------------|---|---|
| Países Membros | Até 1 de Maio de 2004** | A partir de 1 de Novembro de 2004*** |
| Alemanha | 10 | 29 |
| Áustria | 4 | 10 |
| Bélgica | 5 | 12 |
| Chipre |  | 4 |
| Dinamarca | 3 | 7 |
| Eslováquia |  | 7 |
| Eslovénia |  | 4 |
| Espanha | 8 | 27 |
| Estónia |  | 4 |
| Finlândia | 3 | 7 |
| França | 10 | 29 |
| Grécia | 5 | 12 |
| Hungria |  | 12 |
| Irlanda | 3 | 7 |
| Itália | 10 | 29 |
| Letónia |  | 4 |
| Lituânia |  | 7 |
| Luxemburgo | 2 | 4 |
| Malta |  | 3 |
| Países Baixos | 5 | 13 |
| Polónia |  | 27 |
| Portugal | 5 | 12 |
| Reino Unido | 10 | 29 |
| República Checa |  | 12 |
| Suécia | 4 | 10 |
| TOTAL | 87 | 321 |

*Entre 1 de Maio de 2004 e 1 de Novembro de 2004, vigorou um mecanismo provisório de votação.

** Eram necessários 62 votos (71,3%) para uma deliberação por maioria qualificada.

***Passaram a ser considerados necessários 232 votos (72,3%) para a obtenção da mesma maioria qualificada.

Fonte: União Europeia.

Apêndice H – MANDATOS POR PAÍS NO PARLAMENTO EUROPEU

| MANDATOS POR PAÍS NO PARLAMENTO EUROPEU | | | |
|--|------------------|------------------|------------------|
| Países Membros | 1999-2004 | 2004-2007 | 2007-2009 |
| Alemanha | 99 | 99 | 99 |
| Áustria | 21 | 18 | 18 |
| Bélgica | 25 | 24 | 24 |
| Bulgária | | | 18 |
| Chipre | | 6 | 6 |
| Dinamarca | 16 | 14 | 14 |
| Eslováquia | | 14 | 14 |
| Eslovénia | | 7 | 7 |
| Espanha | 64 | 54 | 54 |
| Estónia | | 6 | 6 |
| Finlândia | 16 | 14 | 14 |
| França | 87 | 78 | 78 |
| Grécia | 25 | 24 | 24 |
| Hungria | | 24 | 24 |
| Irlanda | 15 | 13 | 13 |
| Itália | 87 | 78 | 78 |
| Letónia | | 9 | 9 |
| Lituânia | | 13 | 13 |
| Luxemburgo | 6 | 6 | 6 |
| Malta | | 5 | 5 |
| Países Baixos | 31 | 27 | 27 |
| Polónia | | 54 | 54 |
| Portugal | 25 | 24 | 24 |
| Reino Unido | 87 | 78 | 78 |
| República Checa | | 24 | 24 |
| Roménia | | | 36 |
| Suécia | 22 | 19 | 19 |
| TOTAL | 626 | 732 | 786 |

Fonte: União Europeia.

Apêndice I – PROJECTO INTERREG

1. O Projecto INTERREG é um programa de iniciativa comunitária, financiado pelo FEDER 2000-2006.

2. Princípios Gerais

- Implementação de estratégias conjuntas transfronteiriças, transnacionais e programas de desenvolvimento.
- Aprofundamento de parceiros entre diferentes níveis de administração com os agentes económico-sociais relevantes.
- Coordenação entre o INTERREG III e os instrumentos de política externa da UE, especialmente tendo em vista o seu alargamento.

3. Vertentes de Cooperação

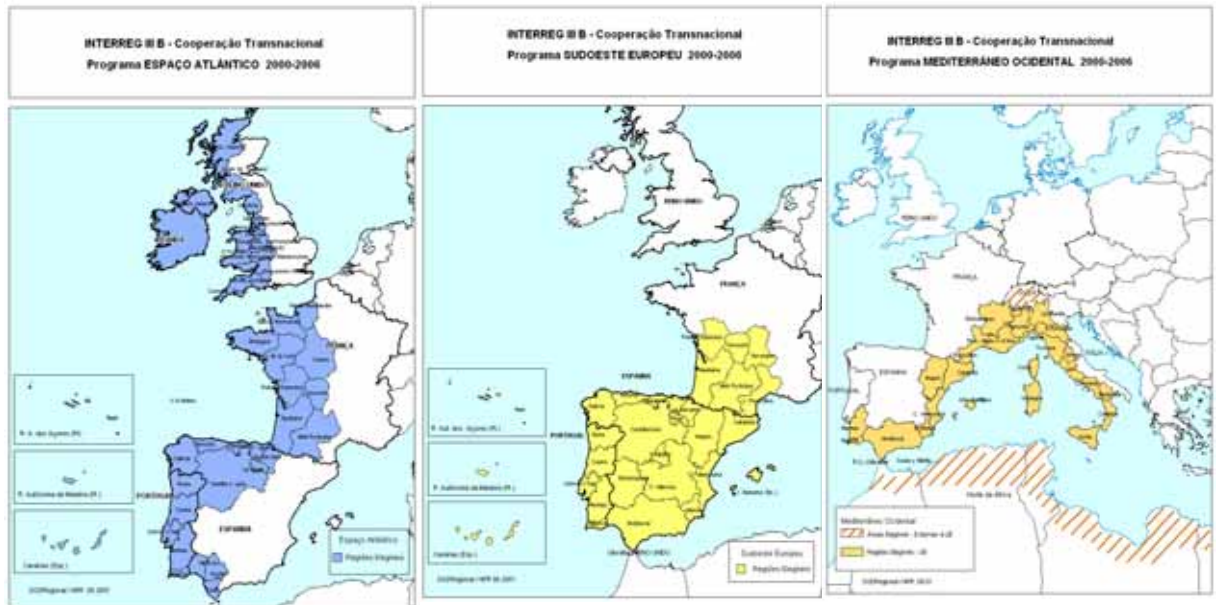
- Vertente A – Cooperação Transfronteiriça

Cooperação entre regiões fronteiriças vizinhas, com o objectivo de desenvolver a cooperação económica e social, através de estratégias conjuntas e programas de desenvolvimento.



- Vertente B – Cooperação Transnacional

Cooperação entre grandes grupos de regiões europeias, com o objectivo de prosseguir o desenvolvimento e uma maior integração territorial na UE, e com os países candidatos e outros vizinhos.



- Vertente C – Cooperação Inter-regional

Cooperação entre regiões no território da UE e países vizinhos, para aumentar a coesão e o desenvolvimento regional, mediante a constituição de redes, especialmente no caso das regiões menos desenvolvidas e das regiões em reconversão.

Fonte: http://www.qca.pt/ini_comunitarias/interreg.htm#1